



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA (PPGLINC)

ERIVALDO DE JESUS MARINHO

**A ATUAÇÃO DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LÍNGUA
BRASILEIRA DE SINAIS-PORTUGUÊS (TILSP) NA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: ESTRATÉGIAS DE
TRADUÇÃO E A CRIAÇÃO DE SINAIS-TERMO**

Salvador
2016

ERIVALDO DE JESUS MARINHO

**A ATUAÇÃO DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LÍNGUA
BRASILEIRA DE SINAIS-PORTUGUÊS (TILSP) NA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: ESTRATÉGIAS DE
TRADUÇÃO E A CRIAÇÃO DE SINAIS-TERMO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Língua e Cultura.

Área de concentração: Línguas, Linguagens e Culturas Contemporâneas

Linha de pesquisa: Estudos de Tradução Audiovisual e Acessibilidade

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Elizabeth Reis Teixeira

Salvador
2016

Ficha catalográfica fornecida pelo Sistema Universitário de Bibliotecas da UFBA,
confeccionada pelo autor.

M338 Marinho, Erivaldo de Jesus

A atuação do tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais-Português (TILSP) na educação profissional: estratégias de tradução e a criação de sinais-termo / Erivaldo de Jesus Marinho. -- Salvador, 2016.

156 f.: il

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elizabeth Reis Teixeira.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura) -- Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2016.

1. Estudos da Tradução 2. Interpretação Simultânea. 3. Língua Brasileira de Sinais. 4. Tradutor Intérprete de Língua de Sinais. 5. Sinais-termo. I. Teixeira, Elizabeth Reis. II. Universidade Federal da Bahia. III. Título.

ERIVALDO DE JESUS MARINHO

**A ATUAÇÃO DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LÍNGUA BRASILEIRA DE
SINAIS-PORTUGUÊS (TILSP) NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: ESTRATÉGIAS
DE TRADUÇÃO E A CRIAÇÃO DE SINAIS-TERMO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Língua e Cultura, linha de pesquisa: Estudos de Tradução Audiovisual e Acessibilidade.

Aprovado em 15 de agosto de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Elizabeth Reis Teixeira (Orientadora)
Doutora – Ph. D. em Fonética e Linguística pela University of London
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Prof. Dr. Gláucio de Castro Júnior
Doutor em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB)
Universidade de Brasília (UnB)

Prof.^a Dr.^a Elizabeth Santos Ramos
Doutora – Ph. D. em Letras pela Universidade de São Paulo (USP)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

A Tamires Mendes, por me apresentar a Libras e o mundo
dos Surdos.

A todos os profissionais tradutores/intérpretes de língua de
sinais.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, pelo dom da vida. A ele toda a minha gratidão, por sempre ser tão generoso, bondoso, e por sempre me impulsionar a seguir em frente apesar dos obstáculos da vida.

À Prof.^a Dra. Elizabeth Reis Teixeira, por ter aceitado essa empreitada de abrir, dentro do Instituto de Letras da UFBA, a primeira pesquisa e orientação sobre tradução/intepretação da Libras. Pelas mensagens inesperadas de incentivo e até mesmo pelos “puxões de orelhas” merecidos, contribuindo diretamente com o favorecimento do meu crescimento e amadurecimento profissional. Não tenho palavras para externar a minha eterna gratidão pela sua dedicação, paciência, apoio, empenho e pela credibilidade de tornar possível a realização deste trabalho. Minha mãe de alma e acadêmica, por segurar a minha mão enquanto dou os primeiros passos na carreira acadêmica. Você é minha inspiração.

A Thallis Paim, pelo incentivo, companheirismo, apoio técnico, emocional e na infraestrutura doméstica, paciência e compreensão nas minhas ausências, mesmo estando tão perto.

À minha família, em especial, Nivaldo de Jesus Marinho (Tito) e Maísa de Jesus Santos, por sempre me apoiarem nos momentos importantes da minha vida e me compreenderem nos momentos de falta.

A Nanci Araújo Bento, minha mãe de alma. Pela amiga que és, por estar sempre ao meu lado incentivando e acalmando nos momentos de desespero. Por, como sempre, abrir a sua casa para estudarmos juntos. Podemos afirmar minha amiga: conseguimos!

À Direção do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) – *campus* de Salvador, em especial, ao Prof. Albertino Nascimento e à Prof.^a Lybia Rocha, por aceitarem que a pesquisa fosse desenvolvida nas dependências do *campus*.

Aos intérpretes de Libras do IFBA – *campus* de Salvador e servidores da Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Capne) e do Departamento Pedagógico e de Assistência ao Estudante (Depae), pela confiança e apoio ao se colocarem a disposição para contribuir com esta pesquisa.

À minha amiga Silvana Aguiar, por estar sempre do meu lado, mesmo distante geograficamente, incentivando-me nos momentos difíceis.

A Vera Lúcia (Tia Vera), Shirley Vilhalva e Cláudia Sobrinho (Claudinha) pelo apoio, preocupação, atenção e incentivo durante essa jornada.

À Prof.^a Dr.^a Elizabeth Santos Ramos, por aceitar participar da banca de avaliação deste trabalho e por compartilhar o seu conhecimento durante as aulas da disciplina Tópicos em Tradução I, através da qual pude conhecer um pouco mais sobre os Estudos da Tradução.

Ao Prof. Dr. Gláucio Castro Junior, por aceitar participar da banca de avaliação desse trabalho e por compartilhar o seu conhecimento sempre nos momentos em que precisei de ajuda.

Ao meu amigo e irmão, Neemias Gomes Santana. Mias, obrigado pelo apoio, companheirismo e incentivo. Por acreditar em mim, no início da minha carreira profissional, enquanto intérprete de Libras, e pela nossa amizade, por aprender muito com você, pelo modelo de excelente profissional – como professor e tradutor e intérprete de Libras.

A Letícia Paim pelo apoio com o lançamento dos dados dos questionários no Google Forms para tabulação dos dados.

Aos meus colegas da Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da UFBA, em especial a Deise Viana, Rosemeire Oliveira (Rose) e Josane Souza (Zane) pelo incentivo, pelas trocas de experiências e apoio durante a nossa jornada.

Ao Prof. Dr. Sávio Pimentel, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, e demais professores que compartilharam seus conhecimentos comigo.

A todos os servidores do Instituto de Letras da UFBA, em especial, aos do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura: Tio Will, Ricardo, Thiago, Hugo e Cris pelo carinho, atenção e orientação que sempre demonstraram.

Aos colegas do Departamento Acadêmico de Língua Estrangeiras do IFBA – *campus* de Salvador, pelo apoio e compreensão.

À Comissão de Ética na Pesquisa do IFBA, por permitir a realização deste trabalho no âmbito institucional, a fim de atender aos requisitos éticos da pesquisa.

Aos amigos e amigas Uerbson Coutinho, Wermerson Meira, Lucas Amorim, Steban Lucena, Andrea Lima, Clézia-Sam Soares, Sandra Tavares, Jean Lima, Deyvid Rebouças, Gil Vasques, Vagner Mercês, Janilson Ribeiro (Nill), Deise Medina, Luiz Machado, Olinda Paim, os membros do grupo de pesquisa Tradução, Mídia e Áudio (Tramad/UFBA) e os membros do Grupo Permanente de Estudos sobre Assistência Estudantil (GEAS/IFBA) pelo apoio, carinho, incentivo e compreensão nos momentos de falta.

A todos que direta e indiretamente contribuíram para seguir veemente com a realização desse trabalho, minha eterna gratidão.

A tradução sempre amplia e renova a língua de chegada, introduzindo nela no mínimo um léxico novo, mas também inovações formais, prosódias, até mesmo sintáticas.

*Paulo Henriques Britto
In: FURLAN, M. e COSTA, W.
(Cadernos de Tradução. v.1, n.º 2, 1997 p. 471)*

MARINHO, Erivaldo de Jesus. A atuação do tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais-Português (TILSP) na educação profissional: estratégias de tradução e a criação de sinais-termo. 156 p. il. 2016. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

RESUMO

O ingresso de estudantes Surdos nas diversas instituições de ensino cresce a cada dia e, nas instituições de educação profissional, não é diferente. Diante da especialidade da educação profissional, o presente trabalho visa investigar as dificuldades enfrentadas pelos Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais-Português (TILSP) nesse ambiente específico, as estratégias utilizadas durante a interpretação simultânea para terminologias que ainda não possuem um sinal-termo em Libras, e descrever como acontece o processo de criação de sinais-termo. Para descrição das decisões tomadas durante o processo tradutório, utilizamos as modalidades de tradução pospostas por Aubert (1998), aplicadas à interpretação em Libras por Nicoloso (2015). Sobre a discussão para a criação de sinal-termo, baseamo-nos em Faria-Nascimento (1999), Costa (2012), Castro Junior (2011, 2014) e Luchi (2013). A metodologia empregada neste trabalho é de natureza qualitativa, de cunho exploratório-descritivo. O *corpus* da pesquisa é composto por dados oriundos da observação de aulas e de entrevistas com TILSP numa instituição de educação profissional. Os resultados indicam que os maiores problemas enfrentados pelos TILSP são a falta de conhecimento prévio sobre o conteúdo ministrado em sala de aula e a inexistência de sinais-termo em Libras. Diante dessa última problemática, como estratégia durante a interpretação simultânea, destacaram-se o uso de *empréstimo* seguido de *acréscimo*. Também foram percebidas apenas a utilização de *empréstimo* e, a utilização sequencial de *empréstimo*, *acréscimo* e *tradução intersemiótica*. Percebemos, ainda, que o processo de interpretação nas salas de aulas da educação profissional tem gerado uma gama de novos sinais-termo na Libras. Os sinais-termo são criados de forma indiscriminada pelos TILSP, muito embora registre-se a colaboração dos estudantes Surdos em sua criação. À medida que não existe validação e uma padronização de sinais-termo, surgem, inevitavelmente, variantes linguísticas. Entretanto, percebemos que as dificuldades enfrentadas pelos TILSP poderiam ser minimizadas com a implantação do serviço de tradução e interpretação de Libras.

Palavras-chave: Tradução. Interpretação. Libras. Estratégias de tradução. Modalidades de tradução. Sinais-termo.

MARINHO, Erivaldo de Jesus. The performance of the translator and interpreter of Brazilian Language of Portuguese-Signs (TILSP) in professional education: translation strategies and the creation of term-signs. (Bahia, Brazil). 156 pp. ill. 2016. Master Dissertation - Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

ABSTRACT

The inclusion of Deaf students in several institutions of education has increased each day, and the same trend is true for the institutions of professional education. In face of the specificities of professional education, the present work aims at investigating the difficulties Brazilian Sign Language – Portuguese Language interpreters experience in this particular environment, simultaneous translation strategies employed in the transposition of technical terms that have no sign correspondence in Libras, and describing what happens in the creation of sign-terms. Translating modes by Aubert applied to Libras' interpretation by Nicolosso were used in order to describe decision making during the translation process. The discussion on the creation of sign-terms was based on Faria-Nascimento (1999), Costa (2012), Castro Junior (2011, 2014) and Luchi (2013). The methodology was qualitative in nature, of the exploratory-descriptive type. The research corpus comprises data elicited from the observation of classroom practice and interpreters' answers to a survey questionnaire in an institution of professional education. Results indicate that the greatest difficulties interpreters experience are lack of previous knowledge about classroom content taught; as well as the inexistence of standardized sign-terms in Libras. Because of this latter limitation, during simultaneous translation, the use of *borrowing* followed by *insertion* was predominant. The exclusive use of *borrowing* and the sequential use of *borrowing*, *insertion* and *intersemiotic translation* were also detected. It is noteworthy mentioning that the interpreting process in professional education classrooms has generated a great number of new sign-terms in Libras. Interpreters indiscriminately have created sign-terms, although Deaf students' cooperation has been depicted in the creative process. As there is no sign-terms validation or standardization, linguistic variation inevitably arises. Nonetheless, TILSP difficulties could be minimized with the creation of a Libras translation and interpretation service.

Keywords: Translation. Interpretation. Libras. Translation strategies. Translation modes. Sign-terms.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASL	<i>American Sign Language</i>
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CL	Classificadores
CT	Competência Tradutória
CODAS	<i>Children of Deaf Adults</i>
DI	Descrição Imagética
ELAN	<i>EUDICO Language Annotator</i>
ENM	Expressões Não-Manuais
EI	Estudos da Interpretação
ET	Estudos da Tradução
ETA	Estudos de Tradução Aplicado
ETP	Estudos de Tradução Puro
FENEIS	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
FIC	Formação Inicial e Continuada
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
IE	Intérprete Educacional
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LSB	Língua de Sinais Brasileira (LSB)
Libras	Língua Brasileira de Sinais
LS	Línguas de Sinais
PROLIBRAS	Proficiência em Libras
RID	<i>Registry of Interpreters for the Deaf</i>
SUS	Sistema Único de Saúde
TILS	Tradução e Interpretação de Língua de Sinais
TILSP	Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais-Português
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UL	Unidade Lexical
UT	Unidade Terminológica.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapeamento da disciplina Estudos da Tradução, proposta por Holmes (1973).....	32
Figura 2 – Mapeamento proposto por Williams e Chesterman (2002)	33
Figura 3 – Mapeamento dos Estudos da Tradução no Brasil	34
Figura 4 – Mapa dos Estudos da Tradução no Brasil (Pagano e Vasconcellos)	35
Figura 5 – Categorização da Saint Jerome Publishing (2003)	36
Figura 6 – Parâmetros fonomorfológicos da Libras no sinal-termo: CORAÇÃO DE BEBÊ..	68
Figura 7 – Relação significado e significante na Libras.....	69
Figura 8 – Representação mental da relação significado e significante na Libras	70
Figura 9 – ESPERMATOZÓIDE (sinal-termo) e ESPERMATOZÓIDE (CL) em direção ao óvulo	72
Figura 10 – Base paramétrica – ORGANISMO.....	73
Figura 11 – Sinal-termo – CADEIA ALIMENTAR	74
Figura 12 – Sinal-termo – MEIO AMBIENTE	75
Figura 13 – Sinal-termo – PREDADOR	76
Figura 14 – Evolução da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica..	79
Figura 15 – Unidades de ensino do IFBA no estado da Bahia	80
Figura 16 – Questionário para TILSP no Google Forms	91
Figura 17 – Sistematização das respostas a partir do Google Forms	91
Figura 18 – Classificador utilizado para "purgador"	101
Figura 19 – Purgador de vapor instalado numa chaleira encamisada.....	102
Figura 20 – Variantes do sinal-termo: “CORRENTE ELÉTRICA”	117
Figura 21 – Variantes do sinal-termo: “MOTOR”	118
Figura 22 – Variantes do sinal-termo: “RESISTOR”	119
Figura 23 – Variantes do sinal-termo: “LÍQUIDO”	120
Figura 24 – Variantes do sinal-termo: “VOLUME”	120
Figura 25 – Variantes do sinal-termo: “COMPRESSÃO”	121
Figura 26 – Variantes do sinal-termo: “NÍVEL”.....	122
Figura 27 – Variantes do sinal-termo: “PRESSÃO”	123
Figura 28 – Variantes do sinal-termo: “CALOR”	124
Figura 29 – Variantes do sinal-termo: “DIÂMETRO”	124
Figura 30 – Variantes do sinal-termo: “TRANSMISSOR”	125
Figura 31 – Variantes do sinal-termo: “ELETROMAGNÉTICO”	126

Figura 32 – Variantes do sinal-termo: “CONTADOR”	127
Figura 33 – Variantes do sinal-termo: “RECEPTOR”	128
Figura 34 – Variantes do sinal-termo: “TURBINA”	129
Figura 35 – Variantes do sinal-termo: “CONVERSOR”	130
Figura 36 – Variantes do sinal-termo: “FREQUÊNCIA”	131
Figura 37 – Variantes do sinal-termo: “CIRCUITO”	132

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução das dissertações e teses sobre tradução e/ou interpretação de língua de sinais por ano	43
Gráfico 2 – Distribuição por programas de pós-graduação das dissertações e teses concluídas	44
Gráfico 3 – Perspectivas apontadas pelos programas de pós-graduação das dissertações e teses em andamento.....	45
Gráfico 4 – Quantitativo anual de estudantes Surdos matriculados no IFBA – <i>campus</i> de Salvador.....	81
Gráfico 5 – Motivação na escolha da profissão.....	88
Gráfico 6 – Formação de nível médio	92
Gráfico 7 – Formação de nível superior	93
Gráfico 8 – Participação em curso de formação para TILSP	94
Gráfico 9 – Participação em eventos científicos sobre a temática TILSP.....	95
Gráfico 10 – Grau de frequência de leitura de material científico	95
Gráfico 11 – Relação entre a formação do profissional e o curso que atua	99
Gráfico 12 – Opinião dos profissionais se, durante a interpretação simultânea, era possível passar um conceito de termo técnico desconhecido	100
Gráfico 13 – Quantidade de sujeitos que já leu ou estudou sobre estratégias de tradução	105
Gráfico 14 – Estratégias de tradução utilizadas para termos técnicos desconhecidos	105
Gráfico 15 – Satisfação quanto às estratégias de tradução utilizadas.....	108
Gráfico 16 – Profissionais que tiveram acesso prévio aos sinais-termo.....	110
Gráfico 17 – Profissionais que afirmaram que o acesso prévio aos sinais-termo facilitaria a sua atuação.....	111
Gráfico 18 – Momento em que o profissional consegue sanar suas dúvidas com o docente .	112
Gráfico 19 – Compartilhamento de sinais técnicos criados em sala com outros profissionais	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Diferenças entres os processos de tradução e de interpretação	29
Quadro 2 – Categorias que compõem o modelo de Vinay e Darbelnet e a proposta de Aubert	53
Quadro 3 – Perfil do TILSP 1.....	82
Quadro 4 – Perfil do TILSP 2.....	83
Quadro 5 – Perfil do TILSP 3.....	83
Quadro 6 – Perfil do TILSP 4.....	84
Quadro 7 – Perfil do TILSP 5.....	84
Quadro 8 – Perfil do TILSP 6.....	85
Quadro 9 – Perfil do TILSP 7.....	85
Quadro 10 – Perfil do TILSP 8.....	86
Quadro 11 – Perfil do TILSP 9.....	86
Quadro 12 – Perfil do TILSP 10.....	87
Quadro 13 – Perfil do TILSP 11.....	87

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	21
2.1 CONCEITUANDO TRADUÇÃO	21
2.2 ASPECTOS DA TRADUÇÃO	23
2.3 TRADUÇÃO VS. INTERPRETAÇÃO.....	27
2.4 A ÁREA DOS ESTUDOS DA TRADUÇÃO	30
2.5 A TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LÍNGUA DE SINAIS.....	37
2.5.1 As pesquisas sobre Tradução e Interpretação de Língua de Sinais no Brasil	42
2.5.2 O TILSP no âmbito educacional	47
3 AS ESTRATÉGIAS DE TRADUÇÃO E A CRIAÇÃO DE SINAIS-TERMO.....	51
3.1 AS ESTRATÉGIAS DE TRADUÇÃO.....	51
3.1.1 As Modalidades de Tradução aplicadas à interpretação simultânea do português para Libras.....	56
3.2 A CRIAÇÃO DE SINAIS-TERMO NA LIBRAS.....	65
4 METODOLOGIA.....	78
4.1 LOCAL DA PESQUISA	79
4.2 OS SUJEITOS DA PESQUISA	81
4.3 A COLETA DE DADOS	88
4.4 SESSÕES DE OBSERVAÇÃO	90
4.5 A TRANSCRIÇÃO E TABULAÇÃO DOS DADOS	90
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	92
5.1 SOBRE ATUAÇÃO E DIFICULDADES	92
5.2 SOBRE AS ESTRATÉGIAS DE TRADUÇÃO.....	104
5.3 SOBRE A CRIAÇÃO DE SINAIS-TERMO	109
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
REFERÊNCIAS	137
APÊNDICES	146
ANEXOS	154

1 INTRODUÇÃO

Durante séculos, as línguas de sinais eram vistas simplesmente como conjuntos de gestos, pantomimas, uma versão simplificada da língua oral, incompleta e incapaz de expressar conceitos abstratos. Somente após 1960, com os estudos de William Stokoe, que pesquisou a American Sign Language (ASL), houve uma mudança de percepção. Através das publicações de Stokoe, as línguas de sinais obtiveram o seu reconhecimento, o seu *status* linguístico e, assim como qualquer língua oral, passam a ser reconhecidas como línguas naturais, complexas, prósperas e independentes das línguas orais, e constituídas de gramática própria. (GESSER, 2009; QUADROS; KARNOPP, 2004). Desde então, pesquisas na área linguística e educacional passaram a ocorrer no mundo todo.

No Brasil, as pesquisas linguísticas sobre a língua de sinais falada por Surdos¹ começaram na década de 1990, com a pesquisadora Lucinda Ferreira Brito. Contudo, o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) só ocorreu, no país, em 2002, através da promulgação da Lei Federal n.º 10.436, a chamada Lei de Libras, que oficializou a língua como meio legal de comunicação e expressão de pessoas Surdas brasileiras e, foi, posteriormente, regulamentada pelo Decreto n.º 5.626, de 2005.

O reconhecimento da Libras fez com que as pessoas Surdas adentrassem em vários âmbitos sociais, entre eles, o contexto educacional. Ademais, mesmo antes do reconhecimento linguístico, o direito à educação para Surdos, nas instituições regulares de ensino, já era garantido em todos os níveis e as modalidades de ensino (BRASIL, 1999). O desconhecimento da singularidade linguística do Surdo por parte de muitos professores e demais profissionais da educação, como também, a falta de implementação de políticas inclusivas nas instituições de ensino, são limitadores para alcançar uma inclusão efetiva de estudantes Surdos. Dessa forma, para garantir o acesso à informação e à comunicação, faz-se necessária a presença do Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais-Português (TILSP) que intermediará a comunicação dos estudantes Surdos com os professores e outros ouvintes que não dominam a Libras (BRASIL, 2005).

¹ Utilizo, neste trabalho, o termo “Surdo”, com inicial maiúscula, como forma de mostrar minha visão socioantropológica da surdez como uma diferença cultural, assim como, outras minorias étnicas e linguísticas, por reconhecer o empoderamento identitário dos Surdos, que não se definem como deficientes e sentem o orgulho de Ser Surdo, por utilizarem a língua de sinais, pelos valores linguísticos e culturais. (LANE, 2000; CASTRO JÚNIOR, 2011; SOBREIRO, 2016; PERLIN, 2004)

A principal motivação para realização desta dissertação surgiu a partir de inquietações particulares acerca do processo tradutório e, a partir do contato com a Libras – em uma instituição religiosa no ano de 1995, e a partir de meu aperfeiçoamento como profissional TILSP, principalmente após ter cursado a Licenciatura em Letras/Libras² (de 2006 a 2010), atuado como tutor no curso de bacharelado em Tradução e interpretação Letras/Libras (de 2008 a 2012), e com a conclusão de uma pós-graduação *lato sensu* em Interpretação de Libras (2014).

Com as certificações do Exame de Certificação PROLIBRAS³, principalmente o de proficiência em tradução e interpretação da Libras/Língua Portuguesa/Libras em 2006, e com o curso Letras-Libras em andamento, fui convidado, no ano de 2008, para atuar como TILSP no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) – *campus* de Salvador, num curso superior de Engenharia Industrial Mecânica. Portanto, o que era missão (trabalhos voluntários) se tornou profissão, ao atuar no IFBA. Nesse momento, pude perceber, na prática, a grande diferença entre a atuação do TILSP no âmbito religioso e a atuação profissional no âmbito educacional, principalmente numa instituição de educação profissional.

Durante os anos de 2008 a 2012, atuei como TILSP no IFBA – *campus* de Salvador. Nesse ínterim, outros profissionais ingressaram na instituição e, com o contato com outros colegas, pude perceber que estes passavam pelas mesmas dificuldades em sala de aula. Assim, a experiência profissional enquanto TILSP atuante em diversos espaços, principalmente os educacionais, e por atualmente ser professor na referida instituição, tenho contato com a problemática que permeia a atuação do profissional TILSP no âmbito da educação profissional, sendo possível perceber os diversos desafios enfrentados pelo profissional na sua prática tradutória.

Em vista do crescente acesso de estudantes Surdos no IFBA e, conseqüentemente, a crescente demanda de TILSP no âmbito educacional, acentua-se também a preocupação com

² O curso de licenciatura em Letras com habilitação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é um curso ofertado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em parceria com o Ministério da Educação (MEC), a Secretaria de Educação à Distância e nove instituições de ensino superior em forma de rede, no primeiro projeto de 2006.

³ Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), “O PROLIBRAS (Exame Nacional para Certificação de Proficiência no uso e no ensino de Libras e para Certificação de Proficiência na tradução e interpretação de Libras/Português/Libras) certifica pessoas surdas ou ouvintes fluentes em Língua Brasileira de Sinais (Libras) que já concluíram o ensino superior ou o ensino médio. O Exame visa proporcionar a pessoas com nível superior de escolaridade, surdas ou ouvintes, a certificação de competência necessária para compor o corpo docente de Libras e a pessoas com nível médio de escolaridade, a certificação de competência necessária como instrutores de Libras”. <<http://portal.inep.gov.br/proLIBRAS1>>.

a qualidade dos serviços de tradução e interpretação oferecidos aos estudantes dessa instituição para que, em conjunto a outras ações institucionais inclusivas, os mesmos possam ter assegurado o acesso à informação e conseqüentemente a construção de conhecimento.

Esta pesquisa foi realizada no IFBA – *campus* de Salvador com o objetivo de investigar quais as dificuldades de atuação e os desafios enfrentados pelo TILSP frente a uma instituição de educação profissional inclusiva. Visando obter as respostas para essas questões, foi elaborado um questionário para que fosse possível responder as perguntas pertinentes e, assim, fazer uma análise e reflexão sobre a atuação do TILSP na educação profissional, frente à terminologia de conteúdos técnicos. Logo, a presente pesquisa pretende contribuir para descrições e análise da atividade tradutória do TILSP que atua no âmbito educacional a partir da análise das dificuldades encontradas, estratégias de tradução de termos em língua portuguesa para Libras e a criação de sinais-termo em Libras.

A principal importância da investigação está na possibilidade de trazer reflexões sobre a atuação do TILSP no ambiente educacional, mais especificamente, na educação profissional e, contribuir com os Estudos da Tradução e da Interpretação das línguas de sinais e Estudos da Terminologia da língua de sinais, mais especificamente, a Libras.

Acredito que os dados pesquisados servirão como referenciais para novas propostas de pesquisas nos Estudos da Tradução e da Terminologia da Libras, bem como a novas reflexões sobre estratégias tradutórias utilizadas pelos TILSP. Sabemos que diversos são os estudos que têm focalizado os Estudos da Tradução para as línguas orais, mas ainda há a necessidade da ampliação de estudos no que se refere a línguas de modalidade visual-espacial, a qual se configura como uma dimensão presente na Libras. Existe também a necessidade de ampliação lexical da Libras por meio da criação de sinais-termo.

Considerando as asserções acima, algumas questões se colocam como condições norteadoras, a saber: quais são dificuldades enfrentadas pelos profissionais durante o processo da tradução nos cursos técnicos do IFBA – *campus* de Salvador? Quais as estratégias utilizadas durante o processo de tradução, na modalidade interpretação simultânea, que podem contribuir para nortear a atuação dos TILSP no processo de construção do conhecimento do estudante Surdo? Qual seria a estratégia mais utilizada para tradução de termos técnicos em língua portuguesa para a Libras? Como se dá a criação de sinais-termo na Libras, nesse ambiente educacional?

Os próximos capítulos irão conduzi-lo nas discussões sobre as reflexões supracitadas. No capítulo 2, abordaremos alguns pressupostos teóricos referentes aos aspectos da tradução, dentre eles, a diferença entre tradução e interpretação, a constituição dos Estudos da Tradução

enquanto área do conhecimento científico, apresentamos também a tradução e interpretação da língua de sinais enquanto subárea dos Estudos da Tradução, um pouco da história da constituição do profissional TILSP, a sua atuação no âmbito educacional, e as pesquisas sobre tradução e interpretação das línguas de sinais no Brasil.

No capítulo 3, fazemos uma reflexão sobre as competências básicas para a atuação do tradutor e intérprete, apresentamos as Modalidades de Tradução propostas por Aubert (1998), a aplicação dessas modalidades à interpretação simultânea em Libras, trazemos também a discussão sobre reflexões sobre a criação de sinais-termo na Libras e algumas pesquisas da área.

O capítulo 4 apresenta a metodologia do trabalho, o levantamento e a descrição do *corpus* da pesquisa, apresentamos um breve histórico e caracterização do local da pesquisa, o perfil dos sujeitos pesquisados, e procedimentos metodológicos de coleta, transcrição e tabulação dos dados.

No capítulo 5, a partir dos dados coletados, passamos à sua análise, trazendo reflexões e uma discussão sobre a atuação e principais dificuldades dos TILSP, sobre as estratégias de tradução utilizadas para termos da língua portuguesa para a Libras e sobre a criação de sinais-termo.

Nas “Considerações finais”, capítulo 6, apresentamos um breve resumo dos resultados da pesquisa, propondo sugestões para facilitar a atuação dos profissionais, como por exemplo: a importância do acesso prévio dos TILSP ao conteúdo a ser ministrado em sala de aula, tempo para estudo e discussão desse conteúdo, e a necessidade de formação para estes profissionais. Além disso, percebemos que as dificuldades enfrentadas pelos TILSP se dá pela não implementação do serviço de tradução e interpretação no local da pesquisa. Identificamos que, durante o processo tradutório, na modalidade da interpretação simultânea, os profissionais utilizam, dentre as Modalidades de Tradução, o uso mais recorrente do *empréstimo* seguido de *acréscimo*. Também foram percebidas apenas a utilização de *empréstimo* e, a utilização sequencial de *empréstimo*, *acréscimo* e *tradução intersemiótica*. Apesar de identificarmos durante as observações as Modalidades de Tradução apresentadas, não conseguimos quantificar o número de ocorrências de cada modalidade, uma vez que não foi possível realizar uma análise detalhada pela falta de registro fílmico.

Além disso, percebemos que os sinais-termo são criados de forma indiscriminada pelos TILSP, muito embora registre-se a colaboração dos estudantes Surdos em sua criação. À medida que não existe validação e uma padronização de sinais-termo, surge, inevitavelmente, variantes linguísticas. Essa variação poderia ser minimizada com a criação

de um glossário de sinais-termo, que serviria de apoio à atuação dos TILSP, e, ao mesmo tempo, servir como *corpus* para diversas pesquisas e de estudo para os estudantes Surdos.

Acreditamos que os dados apresentados servirão como referenciais para novas pesquisas e reflexões para novas propostas de formação relacionadas à prática tradutória dos TILSP em áreas de diferentes tipos de especificidades. Isso posto, para iniciarmos, no próximo capítulo discutiremos um pouco sobre os pressupostos teóricos que fundamentam a nossa pesquisa.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Neste capítulo, discutiremos o que é tradução, discutiremos sobre os tipos de tradução e a diferença entre tradução e interpretação. Também apresentaremos um breve panorama sobre a constituição dos Estudos da Tradução enquanto área do conhecimento científico interdisciplinar e as suas subáreas, destacando subárea da Tradução e Interpretação de Língua de Sinais (TILS) e as pesquisas dessa subárea no Brasil, a constituição da profissão do TILSP no país e sua atuação no âmbito educacional.

2.1 CONCEITUANDO TRADUÇÃO

Analisar as definições conceituais sobre tradução é essencial para a investigação e compreensão dos Estudos da Tradução e importante para podermos discutir a área dos Estudos da Tradução e Interpretação das línguas de sinais.

Tradução é uma atividade antiga. Derrida (2002), no seu famoso ensaio *Destours de Babel*, baseando-se na história bíblica da torre de Babel⁴, afirma que Deus, ao impor a desconstrução da torre, promoveu a dispersão das línguas, que se confundiram ou se multiplicaram, criando, assim, ao mesmo tempo, a tradução.

De acordo com Guerini e Costa (2007), o termo “traduzir” deriva do latim *traducere* e, segundo o dicionário Aurélio, etimologicamente, significa “conduzir além”, “transferir”. Atualmente, há uma gama de significados, como o mais comum “transferir”, que quer dizer, entre outras coisas, também “transportar, trasladar de uma língua para outra”, “revelar, explicar, manifestar, explicar”, “representar, simbolizar”. Os autores ainda afirmam que tanto o verbo “*traduzir*”, como o substantivo “tradução”, são utilizados como metáfora para transportar uma palavra de uma língua para a outra, ou seja, uma operação linguística englobando qualquer operação de transferência de códigos.

Ao que nos parece, a definição apresentada por Guerini e Costa (2007), para tradução, apenas como uma operação linguística de transportar códigos de uma língua para outra, é uma definição simplória. Essa visão parece-nos restrita, ao definir tradução como se fosse apenas substituição de palavras de uma língua para outra língua, de forma mecânica. Segundo Susan

⁴ O episódio de Babel está registrado no livro bíblico de Gênesis 1:1-9.

Bassnett (2003, *apud* GUERINI; COSTA, 2007) a tradução, no passado, era considerada uma atividade marginal – o que talvez explicaria tal definição restrita.

Outros autores ampliam a definição de tradução. Barbosa (2007) define tradução como atividade realizada através de estratégias mentais durante a atividade de transferência de significados de uma língua para outra. Já Batalha e Pontes Jr. (2007) afirmam que tradução é a transposição de uma palavra de uma língua para outra, fazendo-se, ao mesmo tempo, uma travessia cultural. Essa ideia é corroborada por Said (2011) ao afirmar que a tradução é o processo de levar uma mensagem de uma língua para o espaço cultural de outra língua.

Percebemos que foram citados pelos autores nas suas definições: estratégias mentais, transposição de significados e cultura. O conceito de tradução é ampliado pela concepção de Hurtado Albir ao definir tradução como um processo interpretativo e comunicativo de reformulação, que se desenvolve em um contexto social (1999, *apud* SANTOS; NECKEL, 2013).

Diante das definições de tradução apresentadas acima, podemos concluir que tradução é uma atividade linguística, estabelecida por meio de estratégias mentais de transformação de significados, levando-se em consideração os aspectos culturais das línguas envolvidas no processo tradutório. Dessa forma, a tradução é uma atividade interdisciplinar, por se associar a várias áreas do conhecimento. “Se o sentido nasce da diferença, é só na diferença que podemos encontrar sentido. [...] a tradução é uma atividade de criação de pontes entre diferenças [...]” (SOBRAL, 2008, p. 137). Nesse sentido, é consoante à proposta de Eco (2011), ao afirmar que se deve levar em conta também os elementos culturais. Para o autor, a tradução é um processo de negociação entre textos e culturas.

Uma tradução não diz respeito apenas a uma passagem entre duas línguas, mas entre duas culturas, ou duas enciclopédias. Um tradutor não deve levar em conta somente as regras estritamente linguísticas, mas também os elementos culturais, no sentido mais amplo do termo. (ECO, 2011, p.180).

Diante do atual mundo globalizado, é por meio da tradução que se cria sentidos de uma língua para outra. Os autores deixam bem claro, na citação acima, o conceito de tradução como atividade comunicativa e processo mental, que envolve durante tal atividade, a relação do sentido e as negociações culturais. Esse é o motivo pelo qual é importante frisar esse ponto, uma vez que, encarar tradução somente como transposição de palavras de uma língua para outra ainda é a forma como muitos encaram a tradução. Diante disso, nas próximas seções apresentaremos alguns aspectos da tradução e o que envolve o ato tradutório.

2.2 ASPECTOS DA TRADUÇÃO

Roman Jakobson (1896-1982) – o renomado linguista russo e teórico literário –, no seu famoso texto *On linguistic aspects of translation* (1959), publicado no Brasil, pela primeira vez, em 1969, afirma que o significado de qualquer palavra ou frase é um fato linguístico ou semiótico.

Para o Linguista como para o usuário comum das palavras, o significado de um signo linguístico não é mais que sua tradução por um outro signo que lhe pode ser substituído, especialmente um signo ‘no qual ele se ache desenvolvido de modo mais completo’, como insistentemente afirmou Peirce, o mais profundo investigador da essência dos signos. (JAKOBSON, 1970, p. 64)

O autor afirma que o significado de uma palavra só pode ser inferido a partir de um conhecimento linguístico ou da assistência do código verbal. Afirma ainda que é possível interpretar o signo verbal de três formas: por outros na mesma língua, por outros de outra língua, ou por signos não verbais. Baseando-se na semiótica, a ciência geral da comunicação através de sinais e sistemas de signos, Jakobson, um dos primeiros pesquisadores nesta área, diferencia e conceitua os tipos possíveis de tradução da seguinte forma:

- 1) A tradução intralingual ou *reformulação* (*rewor-ding*) consiste na interpretação dos signos verbais por meio de outros signos da mesma língua.
- 2) A tradução interlingual ou *tradução propriamente dita* ‘consiste na interpretação dos signos verbais por meio de alguma outra língua.
- 3) A tradução inter-semiótica ou *transmutação* consiste na interpretação dos signos verbais por meio de sistemas de signos não-verbais. (JAKOBSON, 1970, p. 64-65)

A tradução intralingual, segundo Guerini e Costa (2007), envolve Texto de Partida, o leitor-textualizador e o Texto de Chegada. Envolve apenas uma língua comum. Temos como exemplo de tradução intralingual, as seguintes situações: quando uma mãe explica o significado de uma palavra para o seu filho, ou quando fazemos um resumo de um artigo.

A tradução interlingual envolve Texto de Partida, tradutor e Texto de Chegada (GUERINI; COSTA, 2007). Segundo os autores, em relação a esse tipo de tradução, no Brasil, a quantidade de textos publicados representa cerca de 60% a 80%, sendo 75% somente na área científica e tecnológica. Nesse caso, línguas diferentes estão envolvidas. Temos, como exemplo de tradução interlingual, as seguintes situações: quando se traduz uma obra literária de um autor em língua portuguesa para uma outra língua, ou quando fazemos a tradução entre línguas de modalidade diferentes (português/Libras) ou mesmo entre línguas de mesma modalidade (Libras/ASL).

Já a tradução inter-semiótica, segundo ainda Guerini e Costa (2007), envolve o Texto de Partida, intérprete, ícone de chegada. Ou seja, inclui a passagem de um texto para outro

sistema, de um sistema de signo para outro. Por exemplo: da música para uma arte visual, de um romance escrito para o cinema, ou na audiodescrição, quando o audiodescritor traduz imagens em palavras de produtos culturais audiovisuais e visuais.

Tendo em vista os três tipos de tradução apresentados por Jakobson (1970), são múltiplas e diversificadas as possibilidades de tradução, pois não há uma única forma de traduzir (GUERINI; COSTA, 2007). Podemos perceber também que a tradução é uma atividade complexa que exige interpretação, escolhas, atenção, e é extensa a bibliografia acerca desse assunto.

Muitos, ainda de forma equivocada, acreditam que basta saber duas línguas para realizar uma tradução. Alguns autores afirmam que, para tal atividade, é necessário que o profissional de tradução e interpretação possua algumas competências:

1. Roberts (1992) apresenta seis competências para o profissional da tradução e interpretação:

Competência linguística – habilidade de entender o objeto da linguagem usada em todas as suas nuances e expressá-las corretamente, fluentemente e claramente a mesma informação na língua alvo, ter habilidade para distinguir as ideias secundárias e determinar os elos que determinam a coesão do discurso.

Competência para transferência – Essa competência envolve habilidade para compreender a articulação do significado no discurso da língua fonte, habilidade para interpretar o significado da língua fonte para a língua alvo, sem distorções, adições ou omissão, sem influência da língua fonte para a língua alvo.

Competência metodológica – habilidade em usar diferentes modos de interpretação, para encontrar o item lexical e a terminologia adequada avaliando e usando-os com bom senso e para recordar itens lexicais e terminologias.

Competência na área – conhecimento requerido para compreender o conteúdo de uma mensagem que está sendo interpretada.

Competência bicultural – conhecimento das crenças, valores, experiências e comportamentos dos utentes da língua fonte e da língua alvo.

Competência técnica – habilidade para posicionar-se apropriadamente para interpretar. (1992 *apud* QUADROS, 2004, p. 73-4, grifo nosso)

2. Como base em hipóteses do estudo empírico-experimental, o grupo de pesquisa Procés d'Adquisició de la Competència Traductora i su Evaluació (PACTE)⁵ apresenta, além dos componentes psicofisiológicos necessários, cinco subcompetências para a Competência Tradutória, definida como conhecimento especializado (*expert knowledge*) envolvido na tradução:

Subcompetência bilíngue (conhecimentos em todas as línguas envolvidas no processo de tradução);

Subcompetência extralinguística (conhecimentos culturais e enciclopédicos);

⁵ O PACTE – em português, Processo de Aquisição da Competência Tradutória e sua Avaliação – é um grupo de pesquisa da Universidade Autônoma de Barcelona, Catalunha, Espanha. Criado em 1997, reúne especialistas de todo o mundo em pesquisa empírica e experimental na tradução, tendo como pesquisara líder Amparo Hurtado Albir. Fonte: <http://grupsderecerca.uab.cat/pacte/es>

Subcompetência sobre conhecimentos em tradução (conhecimentos teóricos a respeito de tradução e da profissão do tradutor);

Subcompetência instrumental (conhecimentos a respeito do uso de recursos e fontes de documentação necessários para a realização da tarefa de tradução);

Subcompetência estratégica (capacidade do tradutor de gerenciar todo o processo de tradução e coordenar as demais subcompetências durante a realização da tarefa). (LIPARINI; SOUSA; GOMES, 2011 p. 2, grifo nosso).

3. Gonçalves (2015) afirma que as competências se constituem de capacidades situadas no domínio cognitivo e também de instâncias de interação sociocultural. Aprofundando a discussão apresentada em Gonçalves e Machado (2006), o autor rediscutiu os conceitos e reorganizou a listagem de componentes da Competência Tradutória e reformulou sua proposta inicial de subcomponentes da seguinte forma:

1. *Capacidade pragmática/estratégica* – é a capacidade de acessar esquemas de conhecimentos prévios a fim de produzir inferências a partir do processamento de estímulos em geral (linguísticos ou não) e de esquemas de conhecimentos prévios diversos, ativados a partir de um determinado contexto situacional, ampliando assim a rede de conhecimentos do indivíduo.

2. *Capacidade linguística/ metalinguística nas línguas de trabalho* – normalmente denominada competência linguística estrita pela linguística aplicada, envolve os mecanismos automatizados nos níveis lexicais, morfossintáticos e semânticos nas línguas de trabalho, além do conhecimento explícito/consciente e até metaconsciente de certas regras e mecanismos dessas línguas, inclusive o caráter contrastivo entre elas, o qual envolve a percepção consciente/explicita das semelhanças e diferenças entre as suas características linguísticas.

3. *Capacidade sociolinguística/ estilística/ textual/ discursiva nas línguas de trabalho* – habilidades, conhecimentos e metaconhecimentos relativos a gêneros, tipos textuais, estilos, marcas discursivas de textos escritos e interações orais nas línguas de trabalho, incluindo os aspectos contrastivos explícitos entre essas línguas.

4. *Capacidade nas culturas das línguas de trabalho* – habilidades, conhecimentos e metaconhecimentos relativos às rotinas socioculturais, incluindo valores, tabus, crenças, ideologias, rituais, normas de comportamento, informações históricas etc. dos grupos sociais que utilizam as respectivas línguas de trabalho, além da percepção explícita de suas características contrastivas.

4.a) *Capacidade em cultura geral* – habilidades, conhecimentos e metaconhecimentos relativos às rotinas socioculturais, incluindo valores, tabus, crenças, ideologias, rituais, normas de comportamento, informações históricas etc. de grupos sociais diversos além dos que utilizam as línguas de trabalho, incluindo a percepção explícita das características contrastivas entre eles.

5. *Capacidade temática* – habilidades, conhecimentos e metaconhecimentos relativos a áreas de conhecimento especializado, ou seja, conhecimento específico em determinada área artística, profissional, técnica ou científica (por exemplo literatura, biologia, psicologia, computação, dramaturgia, marcenaria, pintura etc).

5.a) *Conhecimento terminológico* – conhecimentos e metaconhecimentos relativos à utilização do vocabulário especializado (terminologia) das respectivas áreas temáticas ou de conhecimento especializado dos textos traduzidos.

6. *Conhecimento teórico e meta-teórico sobre tradução* – conhecimento declarativo e metacognitivo sobre o que é tradução e seus diversos desdobramentos e implicações; caracteriza-se como uma subcompetência aberta, já que existem inúmeras definições e abordagens sobre tradução, envolvendo inúmeras interfaces com outras áreas de conhecimento.

7. *Habilidade no uso de tecnologias aplicadas à tradução* – habilidade de coordenar e otimizar a utilização de diversas ferramentas, especialmente as tecnológicas, a serviço do tradutor, tais como editores de texto, memórias de tradução, tradutores eletrônicos, glossários e dicionários (eletrônicos ou impressos), programas

informáticos de busca e pesquisa, materiais de referência e textos paralelos de diversas fontes etc.

7.a) *Habilidade em pesquisa* – habilidade de aplicar as ferramentas disponíveis ao tradutor à pesquisa terminológica, temática, mercadológica etc.

8. *Habilidade sócio-interativa/profissional* – habilidade de lidar com uma série de aspectos presentes no entorno do processo tradutório, especialmente aqueles que envolvem relações interpessoais e mercadológicas no universo profissional, favorecendo o sucesso na criação de redes de conversação com colegas e especialistas diversos (networking), na negociação de preços, prazos e condições dos trabalhos de tradução, entre outros.

9. *Fatores psicofisiológicos* – processos psicomotores e perceptuais, em alguns casos chegando ao nível procedimental, com habilidades que incluem “saberes” automatizados, tais como a inteligência psicomotora ou sinestésico-corporal, relacionadas, por exemplo, à agilidade em digitação e manuseio de equipamentos, correção postural/ergonômica no trabalho.

9.a) *Fatores emocionais/ subjetivos* – sub-categoria do item 9, inclui a chamada “inteligência emocional”, envolvendo processos procedimentais (habilidades) relativas à intuição nas suas diversas manifestações (bom senso, sensibilidade artística, auto-controle emocional, empatia, entre outros).

10. *Conhecimentos/ habilidades não diretamente relacionados* – componentes e disciplinas curriculares não diretamente relevantes para a constituição da CT. Geralmente aparecem em matrizes cuja área de formação principal é a licenciatura em línguas. (GONÇALVES, 2015 p. 118-21, grifo do autor)

Analisando as definições dos autores, percebemos que a lista de competências é extensa e o quão complexa é a atividade tradutória. Ao mesmo tempo, percebemos que há uma divergência teórica, mostrando a necessidade de aprofundar sobre a reflexão dos processos e mecanismos de tradução de forma a contribuir com a formação do tradutor/intérprete (GONÇALVES, 2015).

Além disso, ao deparar-nos com todas essas competências, questionamos: o tradutor/intérprete tem de estar “pronto”, com todas essas competências já alcançadas, para exercer a profissão? Seria isso possível? Nossa resposta é não, uma vez que, segundo Hurtado Albir (2001), a tradução não é somente um “saber”, é sim, “um saber fazer”, é um conhecimento do tipo procedural e operativo e, por isso, o conhecimento é adquirido pela prática. Isso reafirma a constituição dos profissionais TILSP, uma vez que sua atuação iniciou/inicia, na maioria das vezes, de forma voluntária e empírica (SANTOS, 2006; ROSA, 2008), e que cursos de formação em nível superior para esses profissionais ainda é incipiente no país (MARINHO e SANTANA, 2014). Concluímos então, que é praticamente impossível que o TILSP inicie sua atividade, “pronto”, com todas as competências acima descritas.

Concordamos que o domínio de duas línguas não garante a qualidade da tradução/interpretação. Entretanto, algumas competências básicas são necessárias para tradução, como será discutido no capítulo 3. Mesmo sem formação, sem o TILSP estar “pronto”, a tradução acontece, dando à tradução um papel vital no mundo globalizado, principalmente no acesso à informação e à comunicação do sujeito Surdo, por tornar a estes o

conhecimento acessível. Entretanto, muitas dúvidas surgem sobre questões operacionais da tradução. Dessa forma, a seguir, apresentaremos uma breve reflexão sobre tradução e interpretação.

2.3 TRADUÇÃO VS. INTERPRETAÇÃO

Diante dos modos de operacionalização, nos Estudos da Tradução, há uma distinção entre as atividades de tradução e interpretação. Tanto na tradução quanto na interpretação, o objetivo é fazer com que a mensagem em uma língua seja passada para outra língua, no caso da tradução interlingual. Segundo Pereira (2008, p. 136):

A diferenciação é feita, em um nível posterior de especialização, quando se considera a modalidade da língua para qual está sendo transformado o texto. Se a língua meta estiver na modalidade escrita trata-se de uma tradução; se estiver na modalidade vocal (também chamada de oral) ou sinalizada (presenciais ou de interação imediata), o termo utilizado é interpretação.

A modalidade na qual as línguas são articuladas é que diferencia a tradução (escrito), da interpretação (oral ou sinalizado). Também compreendemos, a partir da definição acima, que o tradutor é aquele que trabalha com o texto escrito, enquanto o intérprete com a língua oral ou sinalizada. Embora a diferença seja clara entre os profissionais das duas áreas, no Brasil, é bastante comum no dia a dia pessoas se referirem ao profissional da tradução como tradutor-intérprete. Tal hábito talvez tenha surgido com a promulgação da Lei n.º 5.692/71, que “incluía a formação do “tradutor-intérprete” como uma das inúmeras possibilidades dos cursos profissionalizantes” (PAGURA, 2003).

Diante do desconhecimento da terminologia dos modos de interpretação por pessoas que não exercem ainda ou estão iniciando essa atividade, e por ela ser o foco principal dessa pesquisa, faz-se necessário explicitá-los. Segundo Pagura (2003), é possível apresentar dois modos de interpretação mais frequentemente usados:

Interpretação consecutiva: nessa modalidade, o intérprete ouve um trecho do Texto de Partida, se necessário, toma notas, e, após a conclusão da fala do locutor, o profissional assume o microfone e faz a interpretação para a língua de chegada.

Interpretação simultânea: modalidade mais utilizada nos dias de hoje. Nela, o intérprete ouve a mensagem do locutor no Texto de Partida e faz a interpretação de forma simultânea⁶ para a língua de chegada. Nesse tipo de modalidade, os intérpretes sempre

⁶ “A interpretação simultânea não ocorre, de fato, simultaneamente à fala original, pois o intérprete tem necessidade de um espaço de tempo para processar a informação recebida e reorganizar sua forma de expressão. Esse breve espaço de tempo recebe o nome tradicional de ‘*décalage*’” (PAGURA, 2003, p. 211-2).

trabalham em dupla por conta do grande trabalho mental envolvido. Outra forma de realizar interpretação simultânea é pela *interpretação sussurrada*, também conhecida como interpretação “cochichada” ou “chuchotage”. Nessa forma, o intérprete senta próximo ao público ouvinte e realiza de forma simultânea a interpretação da mensagem do Texto de Partida para o Texto de Chegada.

Ainda segundo o autor, os modos apresentados acima ocorrem em situações como “interpretação de conferências, interpretação comunitária, interpretação em tribunais, interpretação na mídia, interpretação de acompanhamento ou ligação, interpretação médica, entre outras” (PAGURA, 2003, p. 212). Entretanto, podemos afirmar que esses modos também acontecem no ambiente educacional, pois muitas vezes os TILSP utilizam da interpretação simultânea e consecutiva nas salas de aula.

Assim como os tradutores, a existência do intérprete é muito antiga. Pagura (2003), citando Hogg (1997), apresenta alguns dos registros sobre a presença de intérpretes através dos tempos. Segundo Hogg, a mais antiga referência ao intérprete data do terceiro milênio a.C. num hieróglifo egípcio. Há registros também na Grécia e no Império Romano. Além disso, no livro bíblico de 1 Coríntios 14:28, o apóstolo Paulo mostra a necessidade de um intérprete caso alguém fale em língua desconhecida. Nas Cruzadas ou nos encontros diplomáticos, na Idade Média, a presença de intérpretes está documentada. Além disso, Colombo, no Novo Mundo, estava acompanhado de intérpretes das línguas hebraico, caldeu e árabe na sua expedição.

Apesar das diferenças operacionais, Pagura (2003) afirma que os pressupostos teóricos podem ser considerados os mesmos, tanto para a tradução como para a interpretação, uma vez que a transferência de uma mensagem em uma língua para outra respeita a singularidade cultural em ambos os casos.

Podemos afirmar que, independentemente da diferença na modalidade de tradução, tanto intérpretes quanto tradutores possuem um objetivo em comum: transportar uma mensagem de uma língua para a outra. Segundo Pagura (2003), esses profissionais possuem semelhanças essenciais na sua atividade, como por exemplo: compreensão do texto na língua de partida e expressar as ideias compreendidas numa outra língua; domínio dos dois idiomas envolvidos no processo de tradução; capacidade de expressar ideias, de diferentes áreas do conhecimento, numa outra língua mesmo sem ser especialista nessas áreas; e ser guiado pelas pressuposições contextuais no processo de reformulação.

Da mesma forma como existem as semelhanças básicas entre a tradução e a interpretação, há também diferenças entre as duas modalidades. Pagura (2003), baseando-se

em Lederer (1994, 1978), Harris (1981), Seleskovitch (1975, 1978), Padilla e Martin (1992), Lederer (1990), e Seleskovitch e Lederer (1995), realizou uma reflexão sobre as duas modalidades e apresentou diversas diferenças entre os dois processos. Baseados nas diferenças apresentadas por Pagura, elaboramos o quadro comparativo a seguir:

Quadro 1 – Diferenças entres os processos de tradução e de interpretação

Intérprete/interpretação	Tradutor/tradução
A fonte da mensagem como o resultado do processo se dá oralmente.	A fonte da mensagem como o resultado do processo se dá de forma escrita.
Na interpretação, o intérprete precisa ter conhecimento e vocabulário específico antes do processo tradutório. Não há tempo para fazer consultas, no máximo, ao seu colega de apoio.	Na tradução, o tradutor pode interromper o processo para realizar consultas, como por exemplo, a dicionário e outros profissionais.
Um texto transcrito com cerca de 50 linhas é interpretado numa estimativa de 8 minutos.	Espera-se que um texto com cerca de 50 linhas seja traduzido em 2 horas por tradutores de tempo integral.
O resultado do trabalho do intérprete é o produto final, não há tempo hábil para correções e revisões.	O texto traduzido passará por correções e diversas revisões até o produto final.
O texto do intérprete desaparece quando acaba o evento.	O texto do tradutor permanece, após impressão e publicação, por tempo indeterminado.
O intérprete trabalha, no mínimo, em dupla.	O tradutor trabalha na maioria das vezes sozinho.
A plateia é o “termômetro” do intérprete. Pois a reação desta mostrará o resultado do trabalho imediato de interpretação.	O tradutor não obtém do público de maneira imediata o <i>feedback</i> do seu trabalho.
O tempo de análise e retenção do conteúdo é menor. O Texto de Partida está à disposição por um tempo determinado, uma única vez.	O Texto de Partida está à disposição do tradutor para consulta quantas vezes se fizer necessário para o início da tradução.

Fonte: Adaptado de Pagura (2003).

Entendemos que, apesar de semelhantes, há diferenças claras entre as atividades. As diferenças entre os processos de tradução e interpretação são basicamente operacionais, pois, “tanto a fonte da mensagem como o resultado do processo se dão em formas distintas – escrita e oral, respectivamente – resultando daí diferenças operacionais” (PAGURA, 2003, p. 226). Entretanto, ao analisar o Quadro 1, é notório o fator tempo como uma condição substancial na singularidade da interpretação, como também da tradução.

Então, perceber as diferenças entre as modalidades de tradução, principalmente as singularidades da modalidade de interpretação, modalidade utilizada pelos TILSP analisados nesta pesquisa, nos ajudará a compreender como essas diferenças implicam diretamente na atuação profissional, especialmente quando este realizará sua atividade numa instituição de educação profissional com diversas áreas de especialidade, e com o contato com diversos termos desconhecidos. Toda a discussão apresentada, até o presente momento, é ponto já

consensual entre os pesquisadores dos Estudos da Tradução. Deste modo, na próxima seção, apresentaremos um panorama da constituição da área dos Estudos da Tradução e suas subáreas.

2.4 A ÁREA DOS ESTUDOS DA TRADUÇÃO

Segundo Baker (1998), os Estudos da Tradução se constituem em uma disciplina acadêmica que se dedica à pesquisa sobre tradução, e, em conformidade com Vasconcellos e Bartholomei Jr. (2008), uma área do conhecimento científico que tem, como escopo de investigação, a tradução.

De acordo com Holmes (1972, *apud* MUNDAY, 2010), embora o estudo da tradução e as traduções tivessem uma longa história, nas duas últimas décadas, havia ainda pouco consenso geral quanto a como esta nova disciplina deveria ser chamada.

Baker (1998) afirma que alguns pesquisadores, como Nida (1969) e Wilss (1977/1982), propuseram chamá-la “ciência da tradução”. Já Goffin (1971) propôs “translatologia” ou “tradutologia”. Entretanto, como atesta Baker, James Holmes, em 1972, no seu artigo “The name and nature of Translation Studies”, defendeu a denominação de “*Translation Studies*” para o campo de investigação científico, que recebeu adesão de muitos estudiosos. Para Munday (2010), os Estudos da Tradução têm como objetivo investigar e refletir sobre o estudo da teoria e fenômenos da tradução. Ainda para esse autor:

Estudos da tradução é a disciplina que estuda os fenômenos associados à tradução em suas muitas formas. Embora a tradução e a interpretação tenham sido práticas conduzidas por muitos milênios, Estudos da Tradução é uma área relativamente nova de pesquisa, que data da segunda metade do século XX e que emergiu de outras áreas como Línguas Modernas, Literatura Comparada e Linguística. Como outras novas áreas de estudo, teve que lutar por reconhecimento e foi adicionalmente dificultada por um arraigado viés negativo resultante de um desrespeito antigo pela tradução. Na academia, a tradução tem sido constantemente percebida como menor em valor por conta de ser, como um produto, derivada e supostamente subserviente a um ‘original’, e, como prática, associada, em escolas e universidades, ao aprendizado de línguas clássicas e estrangeiras (consequentemente, como um mero meio para atingir um objetivo mais alto como aprender Grego, Latim, etc.), ou com uma profissão não acadêmica e mal paga. Foi apenas a partir de 1980 que esta percepção começou a mudar de forma significativa (MUNDAY 2010, p. 419, tradução nossa).⁷

⁷ “Translation Studies is the discipline which studies phenomena associated with translation in its many forms. Although translation and interpreting are practices that have been conducted for millennia, Translation Studies is a relatively new area of inquiry, dating from the second half of the twentieth century and initially emerging out of other fields such as Modern Languages, Comparative Literature and Linguistics. Like other new areas of study, it has had to fight for recognition and was additionally hampered by an entrenched bias against it resulting from a long-held disregard for translation. In academia, translation has often been perceived to be of lesser value because, as a product, it is derivative and supposedly subservient to the ‘original’, and, as a practice, it was associated in schools and universities with classical or foreign language learning (hence was merely a means to a

Como se pode verificar nessa citação, os Estudos da Tradução é uma área da ciência de natureza multilíngue e também interdisciplinar relacionada com o estudo da teoria e fenômenos da tradução. Por ser de natureza interdisciplinar, abrange áreas como línguas, linguística, estudos de comunicação, filosofia e estudos culturais (MUNDAY, 2001). Evidentemente, a aplicação dos Estudos da Tradução se estende à dimensão de atividades de pesquisa e pedagógicas, assim como desenvolvimento de quadros teóricos para a realização de estudos de casos individuais para engajar-se em questões práticas, tais como formação de tradutores e o desenvolvimento de critérios para a avaliação de tradução (BAKER, 1998). Nesse sentido, é possível o desenvolvimento de estudos sobre os problemas na produção e descrição de traduções, de forma a produzir uma teoria que também pode ser usada na formação de tradutores (MUNDAY, 2001).

Como uma disciplina acadêmica, os Estudos da Tradução é relativamente jovem, tendo não mais do que algumas décadas. As pesquisas iniciaram com a literatura comparada ou linguística contrastiva.

Houve um tempo em que o termo ‘Estudos de Tradução’ implicou maior ênfase em tradução literária e menos em outras formas de tradução, incluindo interpretação, ao mesmo tempo que uma falta de interesse em aspectos práticos como pedagogia, mas isto não mais acontece. ‘Estudos de Tradução’ agora refere-se a uma disciplina acadêmica relacionada, de forma geral, ao estudo da tradução, incluindo tradução literária e não literária, várias formas de interpretação oral, bem como DUBLAGEM e LEGENDAGEM. (BAKER, 1998, p. 277, tradução nossa).⁸

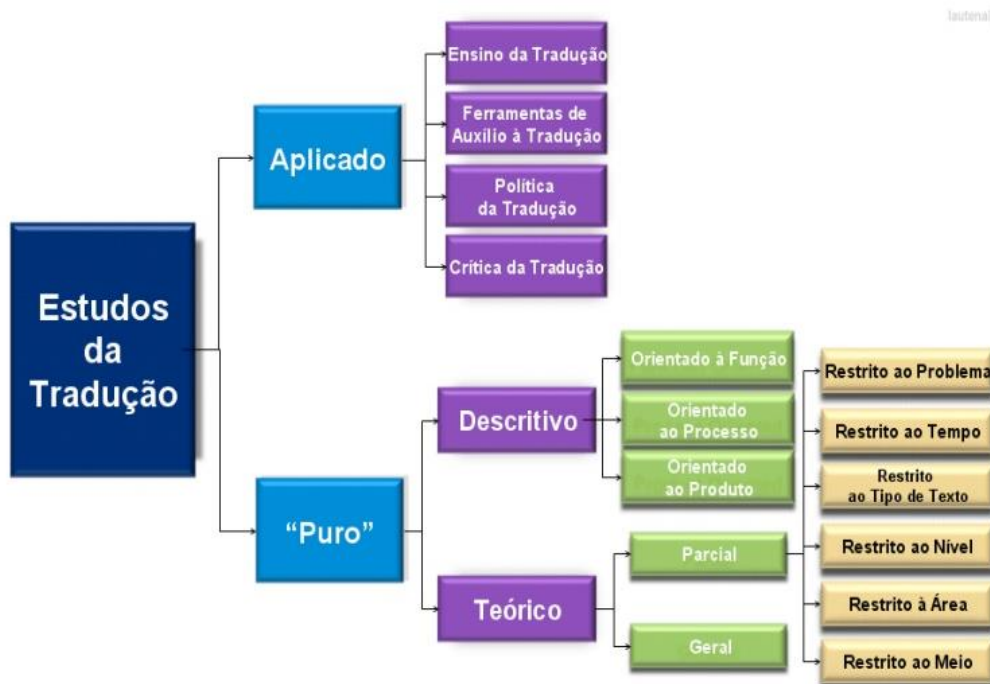
Percebemos, diante do exposto, que, durante um tempo, houve um distanciamento de pesquisas por outras áreas dos Estudos da Tradução. Entretanto, para Munday (2010), a situação mudou a partir de meados do século XX em diante, com a introdução de teorias linguísticas de forma sistemática. Ocorreu, assim, uma transformação no estudo da tradução, preparando a base para o estabelecimento da disciplina. Ainda segundo o autor, desde o final dos anos 1980, com o rápido crescimento em programas para formação de tradutores, apoiado por investigação e respondendo a uma maior demanda internacional de tradução, o interesse geral na tradução como um fenômeno intercultural expandiu enormemente os Estudos da Tradução.

higher goal of learning Greek, Latin, etc.) or with a non-academic and underpaid profession. It is only really since the 1980s that this perception has begun to shift significantly”.

⁸ “At one time, the term ‘translation studies’ implied more emphasis on literary translation and less on other forms of translation, including interpreting, as well as a lack of interest in practical issues such as pedagogy, but this is no longer the case. ‘Translation studies’ is now understood to refer to the academic discipline concerned with the study of translation at large, including literary and non-literary translation, various forms of oral interpreting, as well as DUBBING and SUBTITLING.”

Graças a Holmes, atualmente, há uma considerável gama de investigações sistemáticas sobre tradução e desenvolvem-se teorias coerentes de tradução e suas subáreas. Na imagem abaixo (Figura 1), temos a transcrição realizada por Vasconcellos e Bartholamei Jr. (2008, p. 6) da proposta de Holmes (1972), que “mapeou o novo campo disciplinar como uma ciência”.

Figura 1 – Mapeamento da disciplina Estudos da Tradução, proposta por Holmes (1973)



Fonte: Vasconcellos e Bartholamei Jr. (2009).

Percebemos, na imagem acima, que Holmes (1973) divide a disciplina em duas áreas principais: Estudos de Tradução Puro (ETP) e Estudos de Tradução Aplicado (ETA). Baker (1998) afirma que os Estudos de Tradução Puro têm como objetivo descrever como ocorrem os fenômenos de tradução, e gerar teorias para descrever e explicar tais fenômenos. Já os Estudos de Tradução Aplicado abordam atividades relativas a práticas específicas, mais especificamente a formação de tradutores, ferramentas de apoio a tradução, tais como dicionários e bancos de dados, a política de tradução, e crítica de tradução. Em suma, a proposta foi amplamente aceita como uma estrutura sólida para organizar as áreas dentro da nova ciência (BAKER, 1998).

Apesar da proposta inicial de Holmes (1973), o mapeamento do campo dos Estudos da Tradução é uma atividade contínua. Então, com o surgimento de novas pesquisas, outros subcampos foram agregados à proposta inicial. De acordo com Santos (2013, p. 167), os

“novos objetos de investigação, novas demandas instauradas pela globalização e pela sociedade pós-moderna, mudanças tecnológicas, novas metodologias de pesquisas, contribuíram para a expansão” do campo dos Estudos da Tradução.

Dessa maneira, com os novos desdobramentos, Williams e Chesterman (2002) apresentaram a seguinte proposta sistematizada por Vasconcellos e Bartholamei Jr. (2008):

Figura 2 – Mapeamento proposto por Williams e Chesterman (2002)

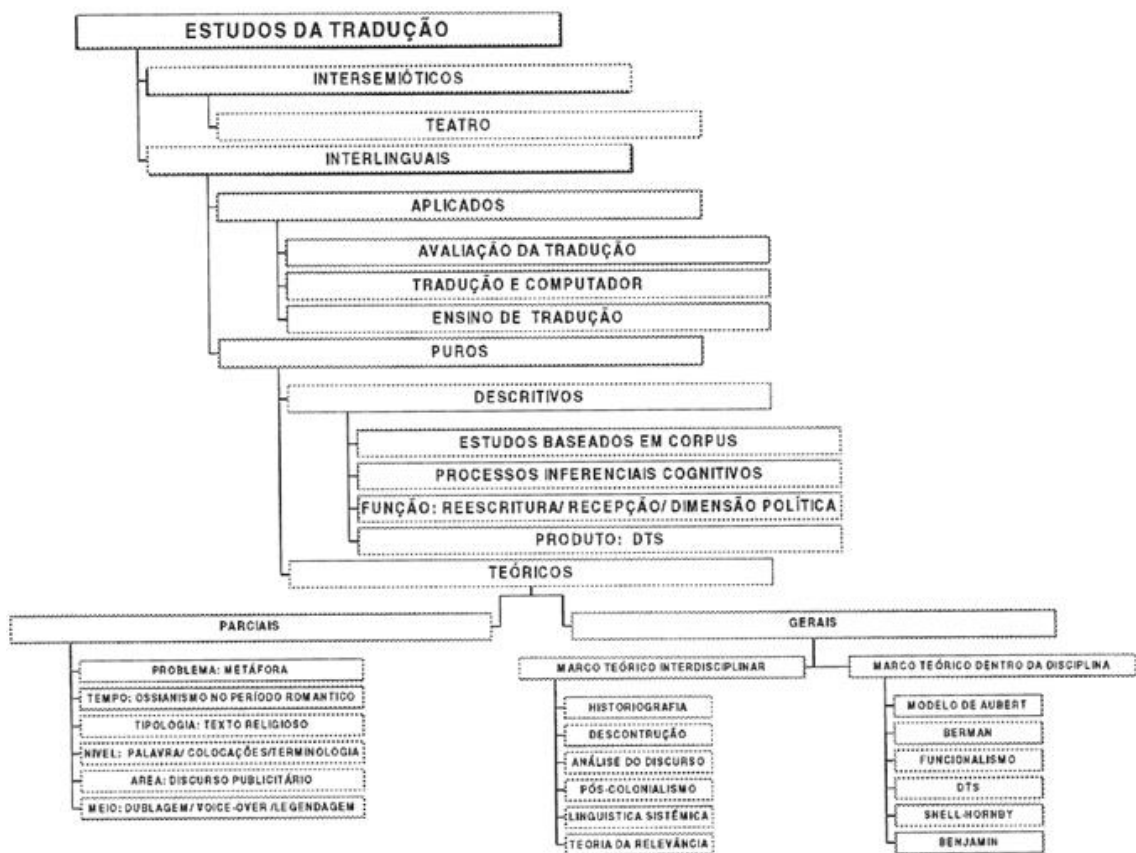


Fonte: Vasconcellos e Bartholamei Jr. (2008).

Ressaltamos que, em comparação com a proposta inicial apresentada por Holmes, a proposta apresentada por Williams e Chesterman (2002) é dividida em 12 áreas de pesquisa, sendo estas independentes e interdisciplinares. Segundo Santos (2013 p. 169), a proposta de Williams e Chesterman concentra-se em pesquisas em torno do tradutor. Além disso, a autora afirma que na subárea interpretação, não contemplada por Holmes, Williams e Chesterman mencionam os contextos de interpretação para Surdos. Além disso, a autora afirma, categoricamente, que, no contexto internacional dos Estudos da Tradução, o mapeamento da interpretação das línguas de sinais ocorreu em 2002.

No Brasil, com o objetivo de documentar informações referentes às pesquisas em Estudos da Tradução e mapear as modalidades de pesquisa e a aproximação de afiliação teórica dos trabalhos, Pagano e Vasconcellos (2003) analisaram a produção acadêmica de dissertações e teses brasileiras entre os anos de 1980 e 1990. O resultado desta pesquisa é uma reflexão sobre a produção acadêmica em Estudos da Tradução no Brasil e, a partir dos dados encontrados, baseando-se no mapeamento proposto por Holmes (1973), foi elaborado um esquema das modalidades de pesquisa e afiliação teórica identificadas no Brasil:

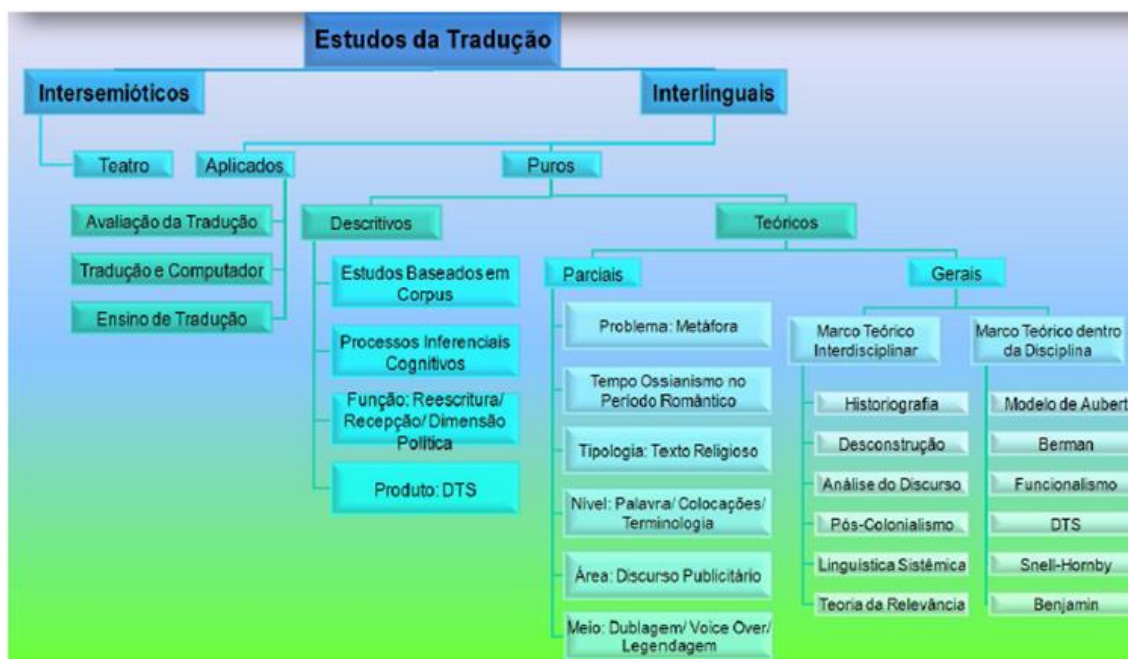
Figura 3 – Mapeamento dos Estudos da Tradução no Brasil



Fonte: Pagano e Vasconcellos (2003, p. 15).

Uma nova proposta de Pagano e Vasconcellos é apresentada por Santos (2013, p. 170) (Figura 4):

Figura 4 – Mapa dos Estudos da Tradução no Brasil (Pagano e Vasconcellos)



Fonte: Santos (2013 p. 170).

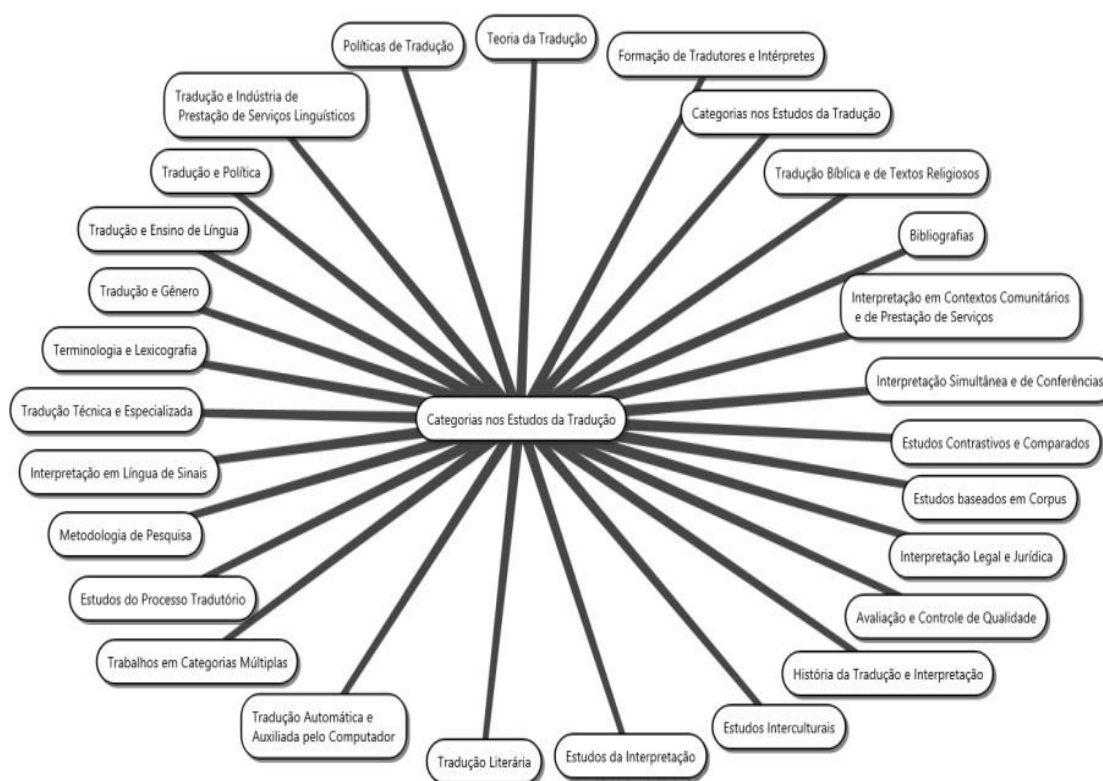
O mapeamento proposto por Pagano e Vasconcellos, assim como o primeiro mapeamento proposto por Holmes, tanto para Rodrigues (2013) e Santos (2013, p. 169), não contemplou a TILS, apesar de pesquisas que tratavam da TILS terem feito parte do cenário nacional. Segundo Santos (2013), isso ocorreu pelo desconhecimento sobre os objetos e contextos partilhado às pesquisas em TILS, como também o uso equivocado de palavras-chaves nas teses e dissertações.

Ampliando o mapeamento dos Estudos da Tradução, Rodrigues (2013), baseando-se na classificação das publicações da editora especializada em Estudos da Tradução e Estudos Interculturais, a Saint Jerome Publishing⁹, identificou, em 27 categorias ou áreas no sítio: (1) Tradução Audiovisual e Multimídia; (2) Tradução Bíblica e de textos religiosos; (3) Bibliografias; (4) Interpretação em contextos comunitários e de prestação de serviços; (5) Interpretação Simultânea e de Conferências; (6) Estudos Contrastivos e Comparados; (7) Estudos baseados em *Corpus*; (8) Interpretação Legal e Jurídica; (9) Avaliação e controle de qualidade; (10) História da Tradução e Interpretação; (11) Estudos Interculturais; (12) Estudos da Interpretação; (13) Tradução Literária; (14) Tradução Automática e auxiliada pelo computador; (15) Trabalhos em categorias múltiplas; (16) Estudos do processo tradutório; (17) Metodologia de Pesquisa; (18) Interpretação em Língua de Sinais; (19) Tradução técnica

⁹ Segundo Rodrigues (2013), informação disponível em: <<https://www.stjerome.co.uk/tsa/category/?p=1>>. Acessado em 20 abr. 2010.

e especializada; (20) Terminologia e Lexicografia; (21) Tradução e gênero; (22) Tradução e ensino de língua; (23) Tradução e Política; (24) Tradução e indústria de prestação de serviços linguísticos; (25) Políticas de Tradução; (26) Teoria da Tradução e (27) Formação de Tradutores e Intérpretes.

Figura 5 – Categorização da Saint Jerome Publishing (2003)



Fonte: Rodrigues (2013, p. 22).

Rodrigues (2013) destaca a identificação de novos ramos de pesquisa, como por exemplo, Estudos da Interpretação. Mas ressalta que as áreas interpretação em contextos comunitários e de prestação de serviços; à interpretação simultânea e de conferências; à interpretação em Tribunais e à interpretação em LS poderiam ser agrupadas como subáreas dos Estudos da Interpretação.

É importante destacar que, devido ao amplo interesse disciplinar, os Estudos da Interpretação vêm ganhando atenção e o seu espaço dentro dos Estudos da Tradução, da mesma forma como os Estudos da Interpretação das Línguas de Sinais. Por exemplo, no ano

de 2007, foi publicada pela editora Saint Jerome Publishing o volume 1, número 1 da nova série *The Sign Language Translator and Interpreter*.

Diante da breve discussão sobre os Estudos da Tradução, concordamos com Rodrigues (2013, p. 23, 24), ao afirmar que:

Refletindo-se acerca dos ET, na atualidade, percebemos que as discussões travadas no âmbito desse campo (multi)interdisciplinar desenvolveram-se muito além da abordagem da tradução e do traduzir a partir de simples noções de equivalência (relação direta entre textos fonte e alvo). Com a afirmação do campo disciplinar, novas abordagens passaram a incorporar elementos contextuais e aspectos culturais, assim como a considerar questões relacionadas à audiência (participantes, clientes, destinatários), à função do texto etc. As perspectivas mais prescritivas cederam lugar às mais descritivas e, conseqüentemente, ressignificaram e ampliaram diversas áreas dentro dos ET.

Assim, fundamentamos a importância do mapeamento dos Estudos da Tradução em consonância a Vasconcellos e Bartholamei Jr. (2008, s.p.):

A relevância de se fazer o mapeamento de um campo disciplinar pode ser argumentada em, pelo dois menos [sic], dois aspectos: (i) a inserção do praticante em um campo disciplinar específico, contribuindo para a constituição de seu status de profissional, e a conscientização desse profissional com relação aos possíveis desdobramentos e expansões do campo disciplinar no qual está inserido.

O mapeamento amplia e aprofunda os Estudos da Tradução, como também, orienta pesquisadores que desejam localizar-se nos Estudos da Tradução. Logo, é importante compreender que os Estudos da Tradução, como disciplina independente e (mult)interdisciplinar vem atender a necessidade de organização da disciplina acadêmica para refletir sobre o fazer aliado a prática da tradução. Dessa forma, baseando-nos nas categorias mapeadas por Rodrigues (2013), a presente pesquisa se enquadra nos Estudos da Interpretação em Língua de Sinais. Mas se inter-relaciona com outras áreas, como por exemplo, a Tradução Técnica e Especializada, como também com a Terminologia e Lexicografia. Na próxima seção, discutiremos sobre a subárea da Tradução e Interpretação de Língua de Sinais (TILS), as pesquisas dessa subárea e a constituição do profissional TILSP no Brasil.

2.5 A TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LÍNGUA DE SINAIS

Como vimos anteriormente, a área dos estudos sobre TILS é muito recente. Isso se dá a partir do reconhecimento do *status* linguístico das línguas de sinais enquanto língua. Esse reconhecimento ocorreu na década de 1960 por meio das pesquisas de Stokoe (QUADROS; KARNOPP, 2004).

No Brasil, com a participação crescente de pessoas Surdas nos diversos espaços sociais, devido ao reconhecimento linguístico das línguas de sinais, a necessidade do TILSP cresceu consideravelmente. Segundo Quadros (2004 p. 12), “a história da constituição deste profissional se deu a partir de atividades voluntárias que foram sendo valorizadas enquanto atividade laboral na medida em que os Surdos foram conquistando o seu exercício de cidadania”. As atividades voluntárias também ocorriam no âmbito familiar. CODAS¹⁰, filhos de pais Surdos, pela aquisição e fluência na língua de sinais, acabavam atuando como intérpretes entre seus pais Surdos e a comunidade de ouvintes (SANTOS, 2006). Quanto à história do TILSP, Quadros (2004) apresenta um breve panorama deste profissional em alguns países e no Brasil.

Na Suécia, a presença inicia por volta do final do século XIX, por meio de trabalhos religiosos. Em 1983, são criados, pelo parlamento sueco, cinco cargos de conselheiros para Surdos, mas estes não conseguiam atender a demanda da comunidade surda. Posteriormente, mais de 20 pessoas assumem a função de intérprete em 1947, sendo que, só em 1968, os Surdos passaram a ter acesso ao serviço sem ônus e, nesse mesmo ano, surge o primeiro curso de treinamento de intérpretes. Já em 1981, uma unidade de cada conselho municipal deveria ter intérpretes.

Nos Estados Unidos, Thomas Gallaudet, em 1815, atuava como intérprete do Surdo francês Laurent Clerc que estava nos EUA promovendo educação de Surdos. Ao longo dos anos, voluntários, como vizinhos, amigos, filhos e religiosos, intermediavam a comunicação com as pessoas Surdas de forma voluntária. Criam-se regras para a atuação do intérprete apenas com a fundação da organização nacional de intérpretes para Surdos¹¹ em 1964. Posteriormente, em 1972, essa organização começou a avaliar os intérpretes e registrá-los.

Já no Brasil, Quadros (2004) afirma que a presença de intérpretes de língua de sinais iniciou por volta dos anos 1980 com trabalhos religiosos. A Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis)¹² marcou presença nessa história, organizando o I Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais, em 1988, e o II Encontro Nacional, quatro anos depois. A partir da década de 1990, os escritórios regionais da Federação passaram a

¹⁰ A sigla em inglês refere-se a Children of Deaf Adults, ou seja, filhos de adultos Surdos.

¹¹ Atualmente, a organização nacional de intérpretes para Surdos é conhecida como Registry of Interpreters for the Deaf (RID), e tem como missão defender as melhores práticas na interpretação, o desenvolvimento profissional para os profissionais e os mais altos padrões na prestação de serviços de interpretação para diversos usuários de línguas de sinais ou orais. Para maiores informações, acesse: www.rid.org

¹² A Feneis é uma entidade que tem como missão a defesa dos direitos da comunidade surda brasileira, bem como, articular políticas de promoção à educação, cultura, saúde e assistência social para essa comunidade.

estabelecer unidades de intérpretes. Os encontros continuaram a acontecer entre 1993 a 1994, mas em âmbito estadual. Em 2000, cria-se o *website* <<http://www.interpretels.hpg.com.br>>, tendo uma lista de discussão por *e-mail* disponível para os intérpretes interessados. E, em 24 de abril de 2002, foi promulgada a lei federal que reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão das pessoas surdas. Essa lei acaba sendo um marco importante no processo de ascensão da profissão de TILSP no país.

É interessante perceber, no breve panorama apresentado por Quadros (2004), que todos os países possuem um aspecto em comum: as atividades emergiram do âmbito religioso, de forma voluntária. Isso se deu pelo fato de que, segundo Santos (2006, p. 75), “com o intuito de evangelizar, catequizar os Surdos, pastores, missionários, padres e demais pessoas sentiam a necessidade de conhecer a LS, para que pudessem transmitir a palavra de Deus aos Surdos”. Esses intérpretes atuavam na interpretação das reuniões, cultos e missas das suas respectivas denominações religiosas para os Surdos presentes. A autora compara esse fato com a catequização dos índios no nosso país.

Mesmo com a finalidade de evangelização dos Surdos, é preciso reconhecer a relevância do papel social que as instituições religiosas tiveram/têm na inclusão das pessoas Surdas. Pois foi a partir delas que muitos Surdos passaram a aprender a sua própria língua¹³, a Libras e, conseqüentemente, se desenvolveram emocionalmente, cognitivamente e politicamente, constituindo-se enquanto sujeitos e se posicionando como membros da sociedade.

Esse caráter religioso também contribuiu muito para a constituição da formação da identidade do profissional TILSP. Nas palavras de Santos (2006, p. 76):

O espaço religioso é um forte elemento que marcou e constituiu as identidades da maioria dos ILS que hoje atua profissionalmente. Isso se dá em razão de eles adquirirem a LS nos espaços religiosos e, posteriormente, após a fluência em LIBRAS, essas pessoas passaram a ser convidadas para atuar como ILS. Analiso essas etapas como um processo de formação dos ILS, pois nem sempre eles frequentam os espaços religiosos com o objetivo de tornarem-se intérpretes. Alguns afirmam ter recebido uma tarefa, dom ou missão designada por Deus, que é a da interpretação em LIBRAS/Português, para atuarem junto às pessoas surdas, evangelizando-as. A questão da vocação, da missão serve como estratégia para trabalhar em ‘prol’, ‘em favor’ das pessoas surdas. Parte-se da premissa que esse grupo é desvalorizado e discriminado pela sociedade em geral e que os mesmos, nessa perspectiva, precisam da *ajuda* de pessoas que conheçam a LS e de ILS para que tenham o mesmo nível de formação e informação.

Percebemos que, apesar de um nobre trabalho de inclusão, naquela época, como o foco era a evangelização, nessas instituições religiosas não existia cursos de formação de

¹³ Segundo Sacks (1998), cerca de 95% das crianças surdas nascem em famílias de pais ouvintes nas quais estes, na sua grande maioria, não sabem a língua de sinais.

TILSP. Desse modo, as atividades desenvolvidas pelos profissionais, oriundos de âmbitos religiosos, tinham uma visão assistencialista (SANTOS, 2006).

Entretanto, com avanço das políticas públicas e políticas linguísticas, como por exemplo, o reconhecimento da língua de sinais no Brasil, o cenário começou a mudar, e assim:

[...] as pessoas que atuavam, e ainda atuam, em instituições religiosas começaram a ser convidadas a intermediarem a comunicação entre Surdos e ouvintes em congressos, mais especificamente, sobre educação; posteriormente, muitos desses mesmos intérpretes foram convidados a assumirem esse papel na sala de aula de universidades e, mais recentemente, no ensino médio e fundamental, com menor frequência neste último. (ROSA, 2008, p. 111).

Logo, o que era “missão”, aos poucos, tornou-se profissão e, conseqüentemente, o mercado, por conta do acesso mais frequente das pessoas Surdas nos diversos espaços sociais e, tendo que atender a esse novo público, absorve a mão de obra empírica de TILSP do âmbito religioso.

Como relatado acima, de forma a garantir pleno acesso a informação a comunicação e, conseqüentemente, a vida social e cultural, algumas legislações foram imprescindíveis para a inclusão social das pessoas Surdas. Entre as principais, podemos destacar: a Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência; a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão de comunidades de pessoas surdas brasileiras; o Decreto n.º 5.626, de 22 de Dezembro de 2005, que regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Esse último Decreto, Lei n.º 5.626/2005, é uma das legislações que mais trouxe impactos significativos para o reconhecimento da Libras, e, conseqüentemente, a inclusão das pessoas Surdas no país. Essa legislação trata dos aspectos relativos à: inclusão da Libras como disciplina curricular nos cursos superiores; formação de professores para o ensino de Libras; uso e difusão da Libras e da língua portuguesa; formação de TILSP; garantia a saúde e de atendimento diferenciado à pessoa surda ou com deficiência auditiva no Sistema Único de Saúde (SUS); capacitação de servidores públicos para o uso da Libras ou sua interpretação, e dotação orçamentária para garantir as ações previstas em lei.

O Decreto também garante às pessoas Surdas o direito à educação, inclusive a presença de TILSP nas salas com estudantes Surdos. Assim, por causa da política de inclusão, muitos TILSP ingressaram no ambiente educacional, onde se encontra a maior demanda de profissionais no Brasil (QUADROS, 2004). Além do âmbito escolar, o referido Decreto também assegura a presença de TILSP na rede de serviços do SUS e das empresas que

possuem concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde para atendimento às pessoas Surdas.

Posteriormente, em 1 de setembro de 2010, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei n.º 12.319, que regulamenta a profissão do TILSP, estabelecendo os critérios de formação profissional, as atribuições e os deveres desse profissional. A presente norma teve uma contribuição importante no reconhecimento e na valorização do profissional, como também na quebra do paradigma de que os profissionais TILSP deveriam trabalhar de forma voluntária e assistencialista, devido ao histórico da constituição desse profissional.

O reconhecimento profissional contribuiu também com a ampliação dos espaços de atuação do TILSP no mercado de trabalho, como por exemplo, em repartições públicas, órgão administrativos ou policiais (BRASIL, 2010). Na verdade, os espaços de atuação dos TILPS “são constituídos a partir das possibilidades de existência de pessoas surdas, podendo ser em atividades informativas como eventos acadêmicos, tribunais, mídia etc.; ou de acompanhamento em consultórios médicos, delegacias, escolas, cartórios, entre outras” (DORZIAT; ARAÚJO, 2012, p. 03). Portanto, onde se fizer presente pessoas Surdas, se fará necessária a presença do profissional TILSP.

Cada espaço de atuação exige dos profissionais competências necessárias para o exercício da profissão, exigindo também a necessidade de cursos para a formação desse profissional. Segundo estabelece o Decreto n.º 5.626/2005, no seu Art. 17, a formação do TILSP deve ocorrer por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras – Língua Portuguesa. Esse curso, denominado bacharelado em Letras/Libras EaD, foi ofertado, pela primeira vez no Brasil, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em parceria com o MEC, a Secretaria de Educação à Distância e 15 instituições de ensino superior em forma de rede, no período de 2008 a 2012, na modalidade semipresencial¹⁴.

¹⁴Atualmente, o curso bacharelado em Letras/Libras EaD tornou-se um curso regular na UFSC, tanto na modalidade presencial como também na modalidade EaD. Após um período sem oferta na modalidade EaD, no ano de 2014, outro projeto foi iniciado nessa modalidade com apenas três polos de apoio presencial. (Fonte: <https://libras.ufsc.br/libras-distancia/>). Além da UFSC, segundo o *site* e-MEC, sistema oficial do MEC de cadastro de instituições e cursos de educação superior, atualmente outras seis instituições de ensino têm ofertado o curso superior de bacharelado em Letras/Libras para formação de TILSP, são elas: Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Federal de Roraima (UFRR); Universidade Federal de Goiás (UFG); e Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Ressaltamos que, todos os cursos cadastrados são na modalidade presencial, não há até a presente data, além da UFSC, cursos na modalidade EaD. Ainda segundo o *site* e-MEC, o curso da UFMT está em processo de desativação/extinção voluntária (Processo 23000.016507/2016-56). Além disso, os cursos da UFG e da UFSCAR, são denominados como Letras: Tradução e Interpretação em Libras/Português e

Como a oferta do curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras – Língua Portuguesa pelas instituições de ensino superior ainda é incipiente, o Decreto n.º 5.626/2005, no seu art. 18, e a Lei n.º 12.319/2010, art. 4º asseguram que:

A formação profissional do tradutor e intérprete de LIBRAS – Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de: I – cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou; II – cursos de extensão universitária; e III – cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação. (BRASIL, 2005; 2010).

De tal modo, há as iniciativas de formação para TILSP espalhados pelo Brasil, como por exemplo, cursos de extensão, de qualificação profissional – Formação Inicial e Continuada (FIC) –, de educação profissional – cursos técnicos subsequentes –, e na educação superior nos cursos de tecnologia e de pós-graduação. Essas iniciativas, principalmente os cursos de pós-graduação, têm contribuído com o aumento significativo de pesquisas sobre TILS no Brasil, como será apresentado a seguir.

2.5.1 As pesquisas sobre Tradução e Interpretação de Língua de Sinais no Brasil

Ao mesmo tempo em que surge a necessidade de formação, também, surge à necessidade de pesquisas sobre a Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais (TILS)¹⁵. Nesse sentido, um dos primeiros trabalhos relacionado às pesquisas acadêmicas sobre tradução e interpretação da Libras foi o de Pereira (2010).

Pereira (2010) fez um levantamento inicial das produções acadêmicas de dissertações e teses na base de dados de acesso público, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e a Plataforma Lattes. A pesquisa teve como objetivo traçar um histórico e um panorama descritivo da interpretação de língua de sinais no Brasil.

Durante a pesquisa, a autora identificou produções concluídas e em andamento até o segundo semestre de 2009. Dentre os trabalhos concluídos, foram identificados 16 dissertações. Nesse levantamento, o primeiro registro acadêmico, uma dissertação, data do ano de 1995. Entretanto, essa não foi uma pesquisa com TILSP ou sobre o processo de tradução e interpretação, mas tratou de reflexões sobre o processo de interlíngua entre língua

Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais - Libras/Língua Portuguesa, respectivamente (Fonte: <http://emec.mec.gov.br/>).

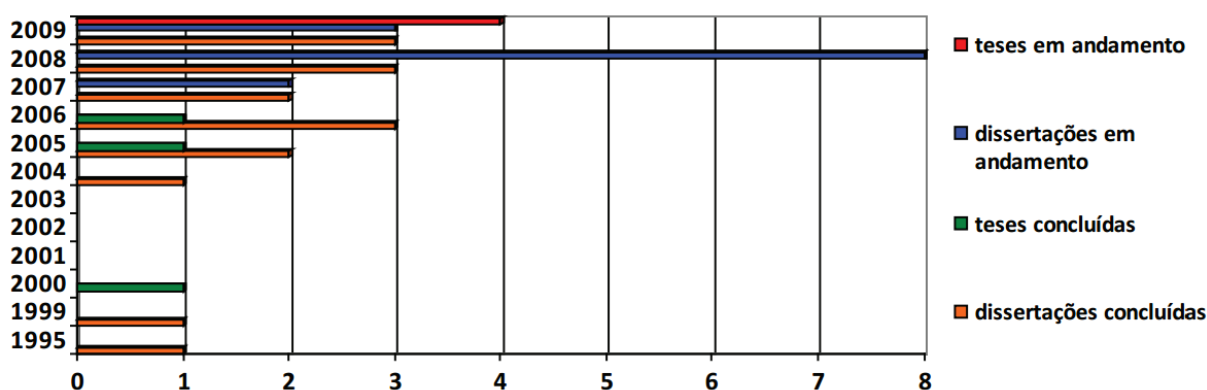
¹⁵ Alguns autores, como Santos (2013) e Rodrigues (2013), defendem que os Estudos da Tradução e Interpretação de Língua de Sinais seja uma subárea dos Estudos da Tradução. A primeira autora tem como base o mapeamento da editora St. Jerome e, o segundo autor, pelo desenvolvimento acadêmico por meio de pesquisas no âmbito (inter)nacional.

portuguesa e a Libras. Segundo Pereira (2010), o primeiro trabalho que realmente tratou sobre o TILSP data do ano de 1999. Também foram encontradas três teses, sendo a primeira defendida no ano de 2000.

Já nos trabalhos em andamento, Pereira (2010) detectou 13 dissertações e 4 teses. Segundo a autora, as pesquisas aumentaram consideravelmente em apenas dois anos, em relação às produções de dissertações, chegando a uma média de quase sete dissertações/ano.

No Gráfico 1, abaixo, a autora apresenta a evolução das pesquisas (dissertações e teses). Afirma ainda que a primeira pesquisa sobre tradução surgiu em 1995, dez anos após as pesquisas linguísticas sobre a Libras. É perceptível, no gráfico, como também ressaltado pela autora, a lacuna de produções entre 1995 a 1999 e de 2000 a 2004. As pesquisas cresceram consideravelmente após o ano de 2004.

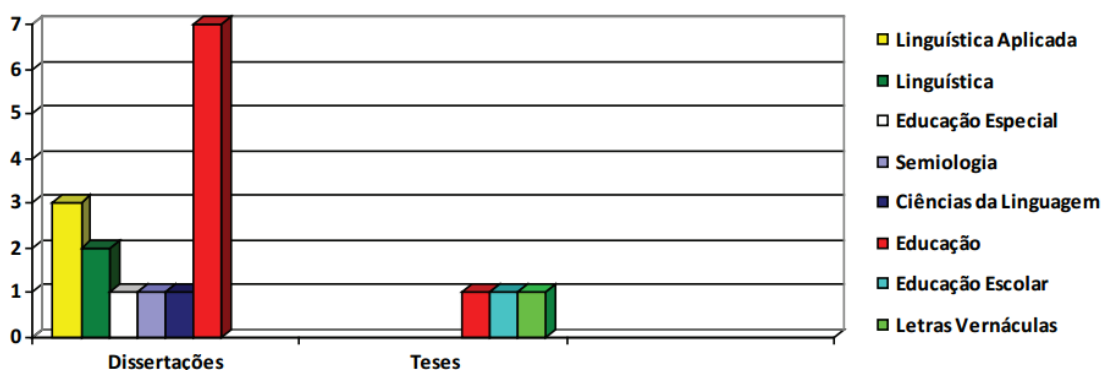
Gráfico 1 – Evolução das dissertações e teses sobre tradução e/ou interpretação de língua de sinais por ano



Fonte: Pereira (2010 p. 110).

Também percebemos, no Quadro 1, que haviam trabalhos em andamento, com início entre 2007 e 2009. Essas pesquisas eram sobre a interpretação de língua de sinais, sendo 13 dissertações e 4 teses. Quanto às áreas do conhecimento a que essas produções científicas estavam vinculadas, a autora apresenta o seguinte, no Gráfico 2:

Gráfico 2 – Distribuição por programas de pós-graduação das dissertações e teses concluídas



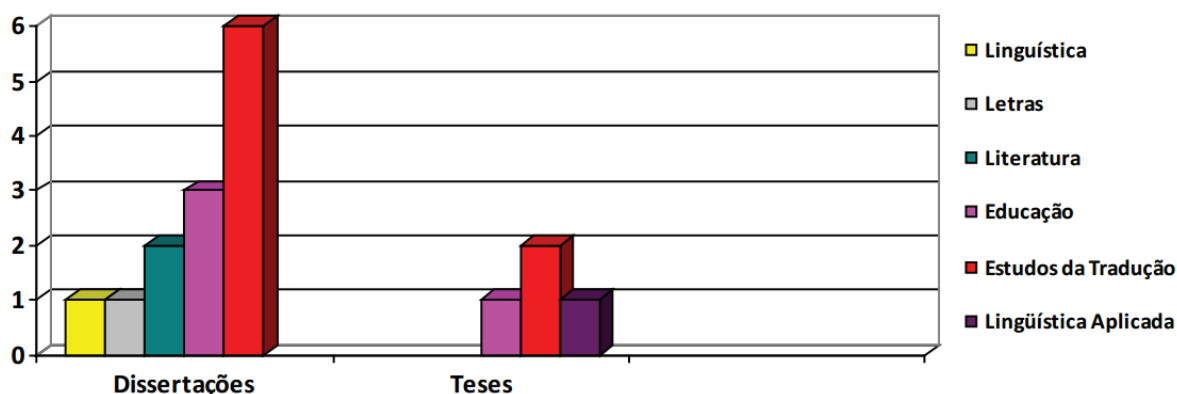
Fonte: Pereira (2010, p. 111).

O Gráfico 2, acima, refere-se a trabalhos já concluídos. Percebemos oito programas de pós-graduação em que esses trabalhos estavam vinculados em diversas áreas do conhecimento, e é perceptível também que nenhum estava vinculado a algum Programa de Pós-graduação dos Estudos da Tradução. Pereira ainda afirma que a maior parte está vinculada à área de educação, especial ou inclusiva, sendo os intérpretes vistos sempre sob a prescritiva educacional.

Apesar de a autora afirmar que as pesquisas deixam de lado outras áreas de atuação do TILSP, acreditamos que as pesquisas sobre atuação do TILSP na educação, justificam-se pelo fato de que a área educacional tem a maior demanda da presença desses profissionais, até mesmo pela questão histórica de Surdos, agora incluídos nas escolas regulares, terem garantido acesso à educação. Mas não descartamos a necessidade de ampliar as pesquisas nas diversas outras áreas de atuação do TILSP.

Entretanto, é importante ressaltar que, segundo Pereira (2010), dos trabalhos que estavam em andamento, iniciados entre 2007 e 2009: seis dissertações e duas teses estavam vinculadas a Programas de Pós-graduação em Estudos da Tradução, mostrando assim que havia uma perspectiva futura de ampliação das pesquisas nesses Programas, conforme mostra o Gráfico 3, abaixo:

Gráfico 3 – Perspectivas apontadas pelos programas de pós-graduação das dissertações e teses em andamento



Fonte: Pereira (2010, p. 112).

No gráfico acima, é perceptível o interesse dos pesquisadores em instituir área dos Estudos da Tradução (PEREIRA, 2010). Isso fortalece ainda mais o campo disciplinar. A autora afirma que as pesquisas que estavam em andamento eram um indício de um campo promissor de construção teórica para embasamento da prática. Mas, conforme apresenta o Gráfico 3, ainda se encontram pesquisas vinculadas a programas de pós-graduação em Linguística e Educação.

As pesquisas, segundo a autora, estão, na sua maior parte, vinculadas a instituições públicas de ensino. Foram identificadas oito universidades federais de ensino, três universidades estaduais e seis universidades particulares, sendo a UFSC a que concentra a metade do total dos trabalhos identificados, abrigados no Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução – estimulado pela entrada da professora Ronice Müller de Quadros, também idealizadora do curso Letras/Libras, na UFSC, já citado anteriormente.

Além do trabalho de Pereira (2010), o percurso histórico das pesquisas acadêmicas, também é apresentado por Santos (2013). Ela faz um levantamento de trabalhos a fim de identificar as categorias que emergem das pesquisas de mestrado e doutorado, como também apresentar objetos que necessitam de novas pesquisas, de forma a apontar elementos significativos para a construção de um estado da arte das pesquisas sobre os Estudos da Tradução e Interpretação de Língua de Sinais. Para tanto, a pesquisadora analisou as produções acadêmicas (teses e dissertações) em TILS, no período de 1990 a 2010.

Como informado acima, Santos (2013) fez um levantamento das teses e dissertações no Brasil, utilizando o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de

Pessoal de Nível Superior (Capes), considerando as produções entre os anos de 1990 a 2010¹⁶. Nesse levantamento, fez-se diferença da modalidade de tradução de língua de sinais, ou seja, pesquisas sobre interpretação *versus* pesquisas sobre tradução de língua de sinais. Dessa forma, o *corpus* da pesquisa se constitui do total de 33 trabalhos. Entretanto, 28 pesquisas são sobre *interpretação* de língua de sinais – 3 teses e 25 dissertações – e 5 pesquisas são sobre *tradução* de língua de sinais – 1 tese e 4 dissertações.

Ao analisar as teses sobre *interpretação* de língua de sinais, Santos (2013) apresenta alguns aspectos das pesquisas: analisam o ambiente educacional nos diversos níveis de ensino e as relações estabelecidas entre estudante Surdo, professores e gestores; a presença/relevância do profissional TILSP de forma a possibilitar a inclusão da pessoa surda; as práticas e a formação desse profissional no ensino superior. Nas dissertações, os assuntos mais evidentes são: as diferentes perspectivas sobre o TILSP e o contexto educacional; conflito de identidades entre “professor/intérprete” e “intérprete”; condições de trabalho. Entretanto, apesar de também tratarem o princípio de inclusão, nessas pesquisas é mais latente a análise dos processos de interpretação, ao se comparar o Texto de Partida e o Texto de Chegada. Já ao analisar as teses e dissertações sobre *tradução* de língua de sinais, as pesquisas destacam a “livre expressão, a performance do tradutor e o processo tradutório” (SANTOS, 2013, p. 262)

Segundo Santos (2013), tanto nas pesquisas sobre *tradução* como nas de *interpretação*, os referenciais metodológicos possuem abordagem qualitativa. A autora ressalta ainda a importância de novas pesquisas em outras áreas de atuação de Estudos da Tradução e Interpretação de Língua de Sinais, como por exemplo, em conferências, na área médica e jurídica.

Com o avanço das pesquisas sobre tradução e interpretação de língua de sinais, fortalece-se os estudos da Tradução e Interpretação de Língua de Sinais como subárea dos Estudos da Tradução. Tal movimento se traduz no fortalecimento e na visibilidade das produções realizadas até o presente momento.

Nesse sentido, concordamos com Santos (2013, p. 205) ao afirmar que:

[...] a partir das reflexões apresentadas sobre o deslocamento e amadurecimento das pesquisas (aspecto acadêmico), a formação dos pesquisadores da área e as ações desencadeadas em torno da formação de tradutores e intérpretes de língua de sinais constituem-se como elementos da construção de um empoderamento da TILS. Com base nessas discussões argumentamos que o vínculo da teoria desdobrada em pesquisas que contribuam de alguma forma com as práticas de tradução e

¹⁶ Na sua pesquisa, Santos (2013) não cobriu todas as teses e dissertações, apenas aquelas que foram localizadas por quatro descritores como palavras-chave para catalogação das pesquisas: “intérprete de língua de sinais”, “intérprete de Libras”, “tradutor de língua de sinais” e “tradução de língua de sinais”.

interpretação é um forte elemento para a construção de políticas de tradução e interpretação em nosso país.

Percebemos, nos dados apresentados anteriormente, que, até 2010, não foi identificada nenhuma produção acadêmica na Universidade Federal da Bahia (UFBA) ou em outra instituição de ensino superior no estado da Bahia. Dois trabalhos que se tem conhecimento sobre TILSP na UFBA datam do ano de 2013 e 2015, ambos na Faculdade de Educação. O primeiro trabalho, dissertação de mestrado de Araújo (2013,) analisou os desafios e possibilidades do trabalho do TILSP inserido em escolas estaduais do município de Salvador-BA, verificou como é realizada a inserção profissional nos ambientes educacionais, de forma a caracterizar o ambiente, as condições de trabalho e os papéis desenvolvidos por estes profissionais, e detectar as dificuldades vivenciadas pelos TILSP. Já o segundo trabalho, tese de doutorado de Almeida (2015), investigou a atuação do profissional Guia-intérprete¹⁷ no atendimento a pessoas com surdocegueira na cidade de Salvador-BA. Para tanto, identificou os procedimentos de intervenção, caracterizou os fatores e aspectos que interferem na atuação deste profissional.

Dessa forma, a presente pesquisa, é a primeira pesquisa desenvolvida baseando-se nos Estudos da Tradução para Libras no Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura da UFBA, na linha de pesquisa de Estudos da Tradução Audiovisual e Acessibilidade, e de acordo com Santos (2013), mais um trabalho a contribuir com o empoderamento da subárea de TILSP a partir da construção identitária dessa aos Estudos da Tradução por meio de novas pesquisas. Esse trabalho discorre sobre a atuação profissional dos TILSP no âmbito da educação profissional. Desse modo, a seguir, apresentaremos uma breve discussão sobre a atuação do TILSP no âmbito educacional.

2.5.2 O TILSP no âmbito educacional

No âmbito educacional, a política de inclusão tem como objetivo a promoção de educação para todos. Essa política tem favorecido um ingresso crescente de pessoas Surdas nas instituições regulares de ensino¹⁸. Por causa da barreira da comunicação, as pessoas Surdas, por utilizarem outra língua, e por terem a língua portuguesa como segunda língua,

¹⁷ Segundo Maia et al. (2012), guia-intérprete é o profissional que tem como principal função mediar a comunicação utilizada pela pessoa Surdocega e as demais pessoas. “É a ponte para as informações e deslocamento de Surdocegos” de forma a garantir a inclusão dessas pessoas nos diversos espaços sociais.

¹⁸ No capítulo 4, serão apresentados dados do crescimento anual de estudantes Surdos matriculados na instituição pesquisada.

necessitam da presença do TILSP. Além do Decreto n.º 5.626/2005, já citado anteriormente, a presença do TILPS é garantida por meio da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei n.º 13.146/2015, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, principalmente no ambiente educacional.

Segundo Albres (2015), as instituições de ensino inclusivas, para atender estudantes com alguma especificidade linguística, precisou se adequar e ter no seu quadro, diferentes profissionais para um atendimento especializado. Logo, a atuação do TILSP nas instituições de ensino tem se configurando como um serviço da educação especial. No nosso ponto de vista, essa visão pode caracterizar o TILSP como apenas um mediador de acessibilidade e não o enxergar como os demais profissionais da tradução, inviabilizando assim seu o reconhecimento profissional e a sua atuação.

Diante da sua atuação no âmbito educacional, esse profissional também é conhecido como Intérprete Educacional (IE) (LACERDA, 2002, 2009; SANTOS e LACERDA, 2015; ALBRES, 2015). Em alguns países, esse termo é utilizado por se tratar de um profissional que atuará diretamente com conteúdo da língua oral para a língua de sinais, ou vice e versa, mas a sua atuação envolverá também as práticas educacionais – por isso, a singularidade de sua atuação. Este não substitui o professor na tarefa de ensinar, mas a atuação do IE envolve práticas educativas que favorecerão o aprendizado do estudante Surdo (LACERDA, 2009).

Sobre as atribuições do TILSP no ambiente educacional, a Lei n.º 12.319/2010, que regulamenta a profissão do TILSP, já discutida anteriormente, afirma que cabe a esse profissional, no seu art. 6º, inciso II, “interpretar, em Língua Brasileira de Sinais – Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares” (BRASIL, 2010).

Segundo Albres (2015), as “atividades didáticos-pedagógicas” presentes na legislação são muito abrangentes. A autora afirma que essas atividades podem abranger atividades que vão muito além da interpretação em sala de aula, tais como:

A interpretação no processo de produção de tarefas em contraturno; o acompanhamento da organização de seminários escolares (atividades em conjunto com os alunos surdos e seus colegas ouvintes); mediar o estudo em grupo dos alunos; interpretar estudo dirigido aos alunos surdos em horário contrário ao das aulas; interpretar visita a outras instituições (museus, feiras, etc.) (ALBRES, 2015, p. 51).

Percebemos, pela citação acima, que há um leque de atividades que são desenvolvidas numa instituição de ensino que caberá ao IE acompanhar (ALBRES, 2015). Diante da complexidade de atuação desse profissional, a autora traz reflexões sobre quais características

são necessárias para a atuação para além das questões linguísticas, como também, quais os conhecimentos e práticas desenvolvidos para a atuação dos IE. Após entrevistar profissionais intérpretes que atuavam no âmbito educacional, a autora fez um levantamento dos saberes e práticas do IE, chegando nos seguintes aspectos:

Saberes dos intérpretes educacionais:

- Saber linguístico, consiste não apenas da proficiência nas duas línguas (Libras/Português), mas de um saber específico sobre o processo de interpretação, usando de estratégias para este fim;
- Saber discursivo, consiste do domínio dos modos de enunciar dos diferentes interlocutores a depender do papel que desenvolvem em espaço de sala de aula, em atividade de ensino-aprendizagem. Além do saber da esfera interativa em sala de aula, precisam saber, por exemplo, como conduzir orientações e explicações em Libras;
- Saber disciplinar (conhecimento do componente curricular do nível de ensino a ser interpretado), consiste do conhecimento terminológico-conceitual das áreas do conhecimento a interpretar;
- Saber pedagógico, consiste do conhecimento das necessidades educativas dos alunos surdos, da condução de uma pedagogia visual, das características do português como segunda língua, atuando como apoio do professor regente da classe comum.

Práticas dos intérpretes educacionais:

- Administram o tempo/discurso no papel de interprete, como interlocutor (recebem a informação) e como locutor (enunciam em outra língua);
- Reportam ao professor a condição de participação do aluno surdo nas atividades desenvolvidas em sala de aula;
- Incentivam o aluno surdo participar das aulas expondo suas dúvidas e opinião;
- Explicam ao aluno surdo normas interativas, os papéis de diferentes agentes em atividade educacional;
- Complementam informações, orientam os alunos surdos com relação às atividades em classe e extraclasse;
- Procuram trabalhar colaborativamente com os professores. Quando do trabalho colaborativo entre professor regente e intérprete educacional é possível assegurar que questões linguísticas e metodológicas sejam consideradas no planejamento e aplicação, garantindo que, de certa forma sejam pensados no interior da escola uma pedagogia visual que contribua para a construção de conceitos pelo aluno surdo (ALBRES, 2015 p. 94-5).

Diante da singularidade de atuação e da constituição profissional de modo informal, segundo alguns autores, é imprescindível a formação específica para a atuação no âmbito educacional. (LACERDA, 2009; QUADROS, 2004). Ademais, segundo Lacerda (2009, p. 33) “na formação de intérpretes, quando ela ocorre, é pouco discutido em relação a sua atuação como IE”. Essa formação deve ser “teórico-prática sobre as línguas, sobre os aspectos linguísticos/culturais, sobre aspectos educacionais [...], aspectos pedagógicos específicos a aprendizagem mediada por uma língua de sinais e político a que estão circunscritas as atuações dos Interpretes Educacionais” (ALBRES, 2015 p. 93).

A discussão em torno da formação do IE também é feita por Felipe (2003). O autor, baseando-se nas pesquisas de Pires (2000, s.n), Sander (2000) e Quadros (2004), afirma que muitos equívocos por parte dos intérpretes durante a sua atuação tradutória se dão por “falta

de formação acadêmica, ou técnicas para tal função ou, ainda, por não dominar o assunto [...]”. Essas situações apresentadas pelo autor reforçam a importância de pesquisar as estratégias à atuação do TILSP em sala de aula, pois este pode ou não contribuir com o desenvolvimento acadêmico do estudante Surdo. A formação se faz necessária para o aprimoramento de técnicas, que podemos entender como competências, primordiais para a prática tradutória, que serão discutidas no próximo capítulo.

Diante de todo o exposto, faz-se necessário desenvolver pesquisas “para se compreender o que e como os intérpretes fazem em sala de aula para mediar a aprendizagem dos alunos surdos” (ALBRES, 2015, p. 62). Dessa forma, a presente pesquisa analisa a atuação de TILSP, nos cursos técnicos de numa instituição federal de educação profissional, como também, busca identificar as estratégias de tradução para termos técnicos e a criação de sinais-termo durante a prática tradutória da modalidade da interpretação simultânea. Ademais, de forma a subsidiar a nossa pesquisa, no próximo capítulo, discutiremos sobre as modalidades de tradução (ALBERT, 1998) aplicadas na interpretação simultânea da língua portuguesa para a Libras (NICOLOSO, 2015), como também discussões sobre a criação de sinais-terms (FARIA-NASCIMENTO, 1999; COSTA, 2012; CASTRO JUNIOR, 2011, 2014 e LUCHI, 2013).

3 AS ESTRATÉGIAS DE TRADUÇÃO E A CRIAÇÃO DE SINAIS-TERMO

Neste capítulo, discutiremos as modalidades da tradução propostas por Aubert (1998) e a aplicação dessas à interpretação de língua portuguesa para Libras, conforme apresentado por Nicoloso (2015) e Nicoloso e Herbele (2015). Ressaltamos que as modalidades aqui apresentadas serão utilizadas, neste trabalho, com objetivo de descrever as decisões tomadas pelos TILPS. Além disso, também apresentaremos aspectos da Libras, como abordado por Faria-Nascimento (1999), Costa (2012), Castro Junior (2011, 2014) e Luchi (2013), que devem ser levados em consideração na criação dos sinais-termos.

3.1 AS ESTRATÉGIAS DE TRADUÇÃO

O tradutor não é somente um sujeito bilíngue. O processo de tradução é uma tarefa árdua, mas ao mesmo tempo prazerosa, pois cabe ao tradutor transformar o Texto de Partida em um novo texto. O tempo todo, o profissional, no processo tradutório, “processa a informação dada na língua fonte e faz escolhas lexicais, estruturais, semânticas e pragmáticas na língua alvo que devem se aproximar o mais apropriadamente possível da informação dada na língua fonte” (QUADROS, 2004, p.27). Nesse sentido, segundo Seleskovitch (1978, *apud* PAGURA, 2003), o processo de interpretação passa por três etapas:

1. Percepção auditiva de um enunciado linguístico que é portador de significado. Apreensão da língua e compreensão da mensagem por meio de um processo de análise e exegese;
2. Abandono imediato e intencional das palavras e retenção da representação mental da mensagem (conceitos, ideias, etc.);
3. Produção de um novo enunciado na língua-alvo, que deve atender a dois requisitos: deve expressar a mensagem original completa e deve ser voltado para o destinatário (SELESKOVITCH, 1978, *apud* PAGURA, 2003, p.219).

Diante dessas etapas, percebemos que a tradução, no sentido geral do termo, não é uma tarefa simples. É um processo que envolve pensar nas diferenças culturais, identitárias e linguísticas entre as línguas envolvidas. É uma atividade cognitiva e interdisciplinar, pois não traduzimos signos isolados de uma língua para outra.

Apesar de já termos apresentado autores que discutem as competências necessárias para o tradutor/intérprete, e afirmarmos que é praticamente impossível que o profissional atenda todas elas para iniciar a sua atuação, concordamos com Aubert (1994) ao afirmar que o tradutor precisa ter, no mínimo, competências primordiais para a sua atuação: *competência linguística e competência referencial*. Apesar de se referir ao processo de tradução, os

aspectos apresentados pelo autor podem ser empregados também à interpretação, pois são competências comuns às duas modalidades. Além disso, como já abordado anteriormente na seção 2.3 do capítulo 2, neste trabalho, a diferença básica entre as modalidades tradução e interpretação é basicamente operacional (PAGURA, 2003).

Segundo o autor, a *competência linguística* refere-se ao domínio, por parte do tradutor/intérprete, dos códigos linguísticos envolvidos na atividade tradutória, e também, a compreensão das questões ligadas ao léxico, sintaxe, morfologia, ou seja, das questões linguísticas das línguas envolvidas. Essa é “uma *condição essencial* – ou seja, sem ela não é possível realizar um ato tradutório – mas *não suficiente* – ou seja, apenas o conhecimento dos dois códigos não faz de um indivíduo um tradutor/intérprete” (VASCONCELLOS; BARTHOLAMEI JR., 2008, p. 15, grifo do autor). À vista disso, fica claro, mais uma vez, que apenas ser bilíngue não é condição suficiente para o exercício da atividade tradutória.

Já a *competência referencial* diz respeito à capacidade de o tradutor/intérprete buscar conhecer e se familiarizar com os referentes dos diversos universos em que um processo tradutório possa ocorrer. Ou seja, “um tradutor/intérprete pode não ter competência referencial no universo da medicina, por exemplo, mas pode aprender a buscar esse conhecimento por meio de estratégias específicas” (VASCONCELLOS; BARTHOLAMEI JR., 2008, p. 15).

Dessa forma, faz-se indispensável investigar o processo tradutório, uma vez que os tradutores/intérpretes fazem escolhas e tomam decisões o tempo todo durante o processo tradutório. Segundo Bassnett (2005, *apud* NICOLOSO, 2010, p. 51-2):

A necessidade de um estudo sistemático da tradução surge justamente dos problemas encontrados durante o próprio processo tradutório, e é tão essencial para quem trabalha no ramo trazer a sua experiência prática para a discussão teórica, como o é aplicar uma maior percepção teórica na tradução de textos. Separar a teoria da prática, colocar os teóricos da tradução contra o tradutor, conforme tem ocorrido em outras disciplinas seria, realmente, trágico.

Segundo a autora, durante o processo de tradução/interpretação, o profissional pode se deparar com alguns “problemas de tradução”. Segundo Vasconcellos e Bartholamei Jr. (2008, p. 30), “problemas de tradução” são uma “representação explícita daquilo que, para você, se apresenta como uma situação de tradução de difícil solução”. Entretanto, o tradutor/intérprete pode utilizar de “estratégias de tradução” para a solução desses “problemas”.

Neste trabalho, será adotado o conceito de “estratégia” utilizado por Vasconcellos e Bartholamei Jr. (2008), com base na definição de Krings (1986):

‘Estratégia’ consiste em um conjunto de planos potencialmente conscientes para resolver o que, para um indivíduo, se apresenta como um problema, na busca por alcançar uma meta comunicativa específica. Nessa definição, salienta-se a natureza

individual do problema e a característica consciente de estratégia. Estendendo a definição para os Estudos da Tradução, podemos, então, dizer que uma estratégia consiste em um conjunto de planos potencialmente conscientes para solucionar o que, para um indivíduo, se apresenta como um problema de tradução/interpretação. (VASCONCELLOS; BARTHOLAMEI JR., 2008, p. 30).

A partir do momento em que o profissional tradutor/intérprete reflete sobre suas ações de maneira sistemática, desenvolverá autoconhecimento sobre o processo de tradução e interpretação de forma a identificar e solucionar problemas através de uma estratégia, ou seja, “um conjunto de planos potencialmente conscientes para solucionar o que, para um indivíduo, se apresenta como um problema de tradução/interpretação” (VASCONCELLOS; BARTHOLAMEI JR., 2008, p. 31). Para descrever as estratégias do ato tradutório, que alguns autores as denominam como “procedimentos”, como Vinay e Darbelnet (1995), enquanto Aubert (1998) os chama de “modalidades”, esses autores categorizaram essas estratégias conforme o quadro abaixo:

Quadro 2 – Categorias que compõem o modelo de Vinay e Darbelnet e a proposta de Aubert

Modelo de Vinay e Darbelnet		Proposta de Aubert	
CÓDIGOS	PROCEDIMENTOS	CÓDIGOS	MODALIDADES
01	Adaptação	01	Acréscimo
02	Decalque	02	Adaptação
03	Empréstimo	03	Correção
04	Equivalência	04	Decalque
05	Modulação	05	Empréstimo
06	Tradução Literal	06	Erro
07	Transposição	07	Explicitação / Implicitação
		08	Modulação
		09	Omissão
		10	Tradução Intersemiótica
		11	Tradução Literal
		12	Transcrição
		13	Transposição
	Procedimentos Híbridos		Modalidades Híbridas

Fonte: Nicoloso (2015, p. 94).

Baseando-se nos procedimentos técnicos de tradução descritos por Vinay e Darbelnet, Aubert (1998) amplia e elabora uma nova proposta de categorização, visando um modelo descritivo. Para esse autor, essas modalidades nem sempre são escolhidas de forma consciente pelo tradutor, pois, muitas das vezes, são empregadas automaticamente e, assim, passam

despercebidas pelo profissional. Dessa maneira, Aubert (1998) descreve as modalidades da tradução utilizada pelos tradutores, a seguir:

1. *Acréscimo*: qualquer segmento textual incluído no Texto Alvo pelo tradutor por sua própria conta, podendo ser comentários implícitos ou explícitos.
2. *Adaptação*: “denota uma assimilação cultural; ou seja, a solução tradutória adotada para o segmento textual dado estabelece uma equivalência parcial de sentido”, por meio de uma “intersecção de traços pertinentes de sentido, mas abandona qualquer ilusão de equivalência ‘perfeita’” (ibid., p. 108).
3. *Correção*: quando o tradutor “melhora” o Texto Meta em comparação com o Texto Fonte, por este último conter erros factuais e/ou linguísticos, inadequações e gafes.
4. *Decalque*: uma palavra ou expressão emprestada da Língua de Partida é submetida a certas adaptações gráficas e/ou morfológicas para se adaptar às convenções da Língua de Chegada.
5. *Empréstimo*: segmento textual da Língua de Partida reproduzido na Língua de Chegada com ou sem marcadores específicos de empréstimo (aspas, itálico, negrito etc.), como nomes próprios, bem como termos e expressões culturais específicos.
6. *Erro*: “casos evidentes de ‘gato por lebre’”, ou seja, quando a informação do Texto Alvo não é a mesma no Texto de Partida.
7. *Explicitação/implicitação*: informações implícitas contidas no Texto Fonte se tornam explícitas no Texto Meta, por meio de explicações e/ou detalhamento, como também, ao contrário, informações explícitas contidas no Texto Fonte tornam-se referências implícitas.
8. *Modulação*: quando um segmento textual é traduzido de modo a impor “um deslocamento perceptível na estrutura semântica de superfície, embora retenha o mesmo efeito geral de sentido no contexto e no co-texto específicos” (AUBERT, 1998, p. 108). Em termos genéricos, o sentido é o mesmo, mas os significados são parcial ou totalmente distintos.
9. *Omissão*: ocorre sempre quando um dado segmento textual da Língua de Partida e a informação nele contida não são capazes de serem recuperados na Língua de Chegada.

10. *Tradução intersemiótica*: quando, na tradução, figuras, ilustrações, logomarcas, selos, brasões e similares constantes do texto fonte são reproduzidos no Texto Meta como material textual.
11. *Tradução literal*: a tradução conserva o mesmo número de palavras, a mesma ordem sintática, empregando as “mesmas” categorias gramaticais e contendo as opções lexicais que, no contexto específico, podem ser sinônimos interlinguísticos. Ou seja, o conceito de tradução literal é sinônimo de *tradução palavra-por-palavra*.
12. *Transcrição*: inclui segmentos de texto que pertençam ao acervo de ambas as línguas envolvidas, ou que não pertençam nem à Língua de Partida nem à Língua de Chegada, mas a uma terceira língua.
13. *Transposição*: quando ocorrem rearranjos morfossintáticos: duas ou mais palavras se fundem em uma única; uma palavra é desdobrada em várias unidades lexicais; a ordem das palavras é alterada (inversões e deslocamentos); ocorre alteração de classe gramatical.

Aubert denomina coletivamente as modalidades de *transcrição*, *empréstimo*, *decalque*, *tradução literal* e *transposição* como modalidades de tradução direta. Já as modalidades de *explicitação/implicação*, *modulação*, *adaptação* e *tradução intersemiótica*, ele denomina como modalidades de tradução indireta. Ainda afirma que essas modalidades podem ocorrer em estado “puro” ou de forma “híbrida” (AUBERT, 1998).

A proposta apresentada por Aubert é criticada por alguns teóricos, ao afirmarem que os modelos de tradução “não abrangem todas as minúcias que envolvem o processo tradutório. Não há um modelo de tradução perfeito que dê conta de todas as nuances ou que ensine a traduzir por meio de uma fórmula milagrosa” (BEZERRA, 1999, p. 40). As modalidades possuem limitações, uma vez que são incapazes de dar conta da subjetividade do processo tradutório, de acordo com Arrojo (2003).

Entretanto, o que Aubert, assim como outros teóricos, tenta mostrar, de forma ampla, são os mecanismos utilizados na atividade tradutória (BEZERRA, 1999). Até porque,

[...] os modelos surgem a partir do cotejamento de traduções já realizadas, e não o processo inverso, isto é, que os tradutores aplicam os procedimentos seguindo um modelo específico. Eles recorrem, de maneira espontânea, ao conjunto dos diversos procedimentos elencados em diferentes modelos, baseando-se em parâmetros dos próprios conhecimentos, da experiência que adquiriram traduzindo e do objetivo da tradução, efetuando as operações linguísticas naturalmente. Em geral, o tradutor tenta superar os problemas da tradução à medida que eles vão surgindo [...]. (BEZERRA, 1999, p. 40).

Assim, “os modelos são uma descrição das técnicas de que dispõe o tradutor e não “receitas” pré-elaboradas para responder à pergunta ‘como traduzir?’” (BEZERRA, 1999, p. 40). Diante do exposto, acreditamos que as modalidades de Aubert nos possibilitam identificar escolhas realizadas de forma mais recorrentes pelos tradutores ao lidar com problemas específicos da tradução, durante a interpretação simultânea.

Dessa forma, no presente trabalho, por ser uma pesquisa descritiva, as Modalidades de Tradução propostas por Aubert (1998) serão utilizadas com o objetivo da descrição e/ou análise da tradução, baseamo-nos também nos trabalhos de Nicoloso (2010; 2015). Nesses trabalhos, as Modalidades de Tradução foram utilizadas para a geração de dados adaptados especificamente à interpretação em Libras, a fim de entender e relatar o processo de tradução, no nosso caso, o processo de tradução de termos técnicos da língua portuguesa para Libras, conforme apresentaremos a seguir.

3.1.1 As Modalidades de Tradução aplicadas à interpretação simultânea do português para Libras

Nesta seção, apresentaremos algumas pesquisas que analisaram as estratégias de tradução e interpretação de língua de sinais. Entretanto, antes de apresentar as pesquisas que analisaram as estratégias de tradução do português para Libras, é preciso entender as particularidades linguísticas e a diferença de modalidades entre as línguas envolvidas:

Uma língua falada é oral-auditiva, ou seja, utiliza a audição e a articulação através do aparelho vocal para compreender e produzir os sons que formam as palavras dessas línguas. Uma língua sinalizada é visual-espacial, ou seja, utiliza a visão e o espaço para compreender e produzir os sinais que formam as palavras nessas línguas. Tanto uma língua falada, como uma língua sinalizada, podem ter representações numa modalidade gráfico-visual, ou seja, podem ter uma representação escrita. (QUADROS, 2004, p. 9).

Além de ser um processo interlinguístico, Segala (2010, p. 27) afirma que “a recodificação de uma mensagem originalmente produzida em Libras (língua gestual-visual) para o Português (língua oral-auditiva), enquadra-se no que vem sendo chamado de tradução intermodal”. A tradução entre línguas de diferentes modalidades pode ser considerada tradução intermodal, pois o processo de tradução envolve diversos elementos relacionados “às diferentes propriedades dos articuladores das LO e das LS¹⁹, à diferença na taxa de produção dessas línguas e ao uso dos *dispositivos linguísticos específicos* da LS na atribuição e maximização da semelhança interpretativa” (RODRIGUES, 2013, p. 226, grifo do autor).

¹⁹ LO (Língua Oral) e LS (Língua de Sinais).

Quanto as decisões tomadas pelos profissionais TILSP, alguns pesquisadores, como Hortêncio (2005), Lemos (2012) e Barbosa (2014), desenvolveram pesquisas, apesar de incipientes, sobre estratégias de interpretação em língua de sinais. Além desses pesquisadores, destacamos Nicoloso (2010, 2015), que serviu de base para esta pesquisa, pois analisa as Modalidades da Tradução descritas por Aubert (1998), aplicadas à interpretação em língua de sinais.

Nicoloso (2010) investigou as marcas de gênero na interpretação de Língua de Sinais Brasileira (LSB), por meio da pesquisa intitulada: *Uma investigação sobre marcas de gênero na interpretação de língua de sinais brasileira*. Fundamentada na área dos Estudos da Tradução, Estudos de Gênero, Análise Crítica do Discurso, nos Estudos Culturais, e nos Estudos Surdos, a pesquisa teve como objetivo “investigar, identificar, analisar e comentar como se constrói discursivamente as traduções e interpretações em Língua de Sinais Brasileira realizadas por intérpretes do sexo feminino e masculino” (NICOLOSO, 2012, p. 7). Em outras palavras, a autora investigou a diferença de gênero do profissional intérprete quanto aos aspectos acentuados e diferenças na tradução e interpretação de Libras.

Visando compreender as questões textuais entre os gêneros na tradução, a autora utilizou os estudos tradutológicos e as modalidades de tradução apresentadas por Aubert (1998) como suporte. Por se tratar de abordagem qualitativa e Estudo de Caso, a autora realizou filmagens da interpretação simultânea de um texto de autoria de Rosely Sayão (2005). A análise dos aspectos investigados na interpretação de língua de sinais foi realizada através do ELAN²⁰. A partir dos resultados, foi possível identificar que intérpretes mulheres especificaram mais os conceitos contidos na mensagem durante a tradução utilizando mais a modalidade da *explicitação*, informação contextualizada, detalhamento, *modulação* e ênfase para complementar as informações, e, conseqüentemente, utilizaram um tempo maior para a realização da interpretação. Já os intérpretes homens foram mais diretos, usaram com maior frequência a *tradução literal* e, também, da *transposição*, sendo mais econômicos nas escolhas léxico-gramaticais e na estruturação do discurso, muitas vezes utilizando-se, também, da *omissão* de alguns dados que consideraram irrelevantes.

Já em 2015, Nicoloso avança as discussões sobre questões de gênero na interpretação simultânea, na sua tese de doutorado *Modalidades de tradução na interpretação simultânea*

²⁰ O ELAN, EUDICO Language Annotator desenvolvido pelo Max Planck Institute for Psycholinguistics, é um sistema de transcrição de língua de sinais que vem ganhando maior frequência entre os pesquisadores brasileiros a fim de padronizar as transcrições da Libras. Este *software* permite a criação, edição, visualização e anotação de forma simultânea de anotações/transcrições, como também permite procurar anotações através de dados de áudio e vídeo (McCLEARY; VIOTTI, 2007). Para maiores informações: <<http://www.mpi.nl/corpus/html/elan/>>.

da língua portuguesa para a língua de sinais brasileira: investigando questões de gênero (GENDER). Com o objetivo de discutir questões sobre identidades de gênero na interpretação simultânea da língua portuguesa para a língua de sinais brasileira, a atuação e as decisões tradutórias das/dos intérpretes, baseia-se nos Estudos de Gênero, nos Estudos da Tradução, Estudos da Interpretação.

Para verificar possíveis marcas de gênero na interpretação, a autora realizou a gravação em vídeo de interpretações de três textos acadêmicos do português oral para a Libras realizadas por 16 intérpretes, 8 mulheres e 8 homens, com diferentes orientações sexuais (*gays*, lésbicas e heterossexuais). Assim como na sua dissertação, Nicoloso utilizou o ELAN para a transcrição e anotações dos dados gravados. Como resultado da pesquisa, a autora afirma que, no ambiente formal do contexto acadêmico, não houve contrastes de marcas de gênero entre os sujeitos da pesquisa. As Modalidades de Tradução (AUBERT, 1998) ocorreram de forma similar. Tanto intérpretes homens como as intérpretes mulheres utilizaram a modalidade da *explicitação* de forma muito semelhante. Também não houve diferença de gênero no uso da tradução direta, ficando evidenciado que, no contexto formal investigado, não há diferenças de gênero no uso das modalidades de tradução na interpretação simultânea.

Nicoloso (2010; 2015) utilizou as Modalidades de Tradução (AUBERT, 1998) para gerar dados adaptados especificamente na interpretação simultânea em língua de sinais. Nas suas pesquisas, a autora analisou e discutiu cada uma das modalidades com seus respectivos exemplos em Libras, conforme apresentaremos alguns desses exemplos a seguir²¹:

1. *Acréscimo*: segundo Nicoloso (2015), as interpretações com essa modalidade apresentaram informações ou comentários que não estavam presentes nos textos originais, incluídas por conta própria pelos intérpretes. Os acréscimos, segundo a autora, foram utilizados para dar ênfase a algum aspecto anteriormente mencionado e para reforçar, explicar e complementar a mensagem. *Exemplos de acréscimo*: 1. No início da interpretação, antes de começar o texto propriamente dito, a intérprete contextualizou o texto que seria interpretado. Ela informou que o tema seria sobre a língua de sinais, sendo que este comentário não estava presente na narração do texto original; 2. Na interpretação do trecho: “*Por exemplo, nas línguas de sinais, a expressão facial é utilizada para transformar uma afirmação em uma interrogação*” (ibid, p. 202), o intérprete utiliza a sequência de sinais: “POR-EXEMPLO LÍNGUA-DE-SINAIS EXPRESSÃO-FACIAL FACE IMPORTANTE EXEMPLO FRASE

²¹ Apesar de a autora apresentar vários exemplos, decidimos apresentar nesse trabalho apenas duas ocorrências de cada modalidade.

CORRET@ ADAPTAR INTERROGAÇÃO PERGUNTA”²² (ibid, loc. cit.). Após isso, há um acréscimo, quando o intérprete sinaliza: “EXPRESSÃO-FACIAL AJUDAR”, dando a informação de que a utilização das expressões faciais, nas línguas de sinais, auxilia na identificação de frases interrogativas (ibid. loc. cit.).

2. *Adaptação*: a autora considerou *adaptação*, sempre que houver uma certa assimilação cultural para satisfazer uma equivalência parcial de sentido, objetivando estabelecer uma aproximação com a língua e cultura de chegada. *Exemplos de adaptação*: 1. Na interpretação do fragmento textual “*Descobrimo quem somos nós*” (ibid., p. 98), o intérprete utilizou a palavra SINAL, que pertence ao léxico da Libras, com a função de determinar ou identificar alguém ou alguma coisa, para representar o sentido imposto no texto fonte pelo léxico “nós” (op. cit.); 2. Na interpretação da frase: “*As expressões faciais também podem diferenciar graus de intensidade de um adjetivo como perto ou longe [...]*” (ibid, p. 209), a intérprete sinalizou “EXPRESSÃO-FACIAL TAMBÉM MOSTRAR O-QUÊ MOSTRAR SIGNIFICADO DIFERENTE FORTE FRAC@ A-D-J-E-T-I-VO **POR-EXEMPLO** PERTO LONGE” (op. cit., grifo do autor). A autora afirma que a intérprete realizou duas adaptações: por utilizar uma pergunta retórica com a reorganização de período dentro do próprio texto e por usar a palavra POR-EXEMPLO, utilizado habitualmente na Libras, o que não ocorre com muita regularidade na língua portuguesa.

3. *Correção*: de acordo com Nicoloso (2015), o texto interpretado em Libras “poderá conter correções quando o/a intérprete optar por corrigir e organizar um enunciado em português, ou consertar algum equívoco cometido pelo orador”, ou uma autocorreção, quando “o/a tradutor/a ou intérprete cometer um equívoco e fizer a alteração no seu próprio texto” (ibid. p. 100). *Exemplos de correção*: 1. Na interpretação do fragmento textual: “*Os surdos na América*” (op. cit.). Ao fazer o sinal da palavra CULTURA, a intérprete percebeu que o sinal correto que deveria ser empregado no contexto da frase era o sinal de SURDO, então, rapidamente, realizou a alteração/correção do referido sinal, corrigindo o sinal de CULTURA

²² Para a transcrição dos dados a autora optou por utilizar GLOSAS, notação em palavras, bastante usada por pesquisadores da área. Glosas são palavras de uma língua oral que representam, com sentido próximo, os sinais em língua de sinais. Para melhor entendimento das transcrições realizadas por Nicoloso (2015) e/ou utilizadas também na nossa pesquisa, apresentamos algumas convenções apresentadas por Felipe (2006): 1. Os sinais em Libras são apresentados com palavras da língua portuguesa, para representar aproximadamente os enunciados em Libras. Estas palavras serão representadas em letras maiúsculas (Ex.: CASA, HOTEL); 2. O uso da datilografia (soletração, alfabeto manual) é representado pela palavra separada, letra por letra, por hífen (Ex.: J-O-Ã-O, RUA S-A-N-T-A C-L-A-R-A); 3. Uso do @ para marcação de ausência de gênero (Ex.: EL@, AMIG@); 4. Quando um sinal é traduzido por duas ou mais palavras em língua portuguesa, estas serão separadas por hífen (Ex.: PINTAR-COM-PINCEL “pintar”, GOSTAR-NÃO “não gostar”); 5. Quando um sinal composto, formado por dois ou mais sinais, estes serão pelo símbolo ^ (Ex.: CASA^CRUZ “igreja”, CAVALO^LISTRA “zebra”). Maiores informações ver Sistema de Transcrição, Felipe (2006).

substituindo-o pelo sinal de SURD@/SURDEZ; 2. Ao iniciar a soletração do termo P-A-L-A-V-R-A, a intérprete cometeu um erro na soletração, “pois executa as letras P-A-L-S e, instantaneamente, realiza a correção da escrita do termo reiniciando corretamente a soletração” (ibid., p. 214).

4. *Decalque*: a autora considerou *decalque* sempre quando foi observado o “uso de uma palavra ou expressão emprestada da Língua Fonte (português), mas que foi submetida a certas restrições ou adaptações morfológicas para se conformar às convenções da Língua Alvo (Libras)” (ibid., p. 216). *Exemplos de decalque*: 1. Para interpretar a expressão “deficientes auditivos”, a intérprete suprimiu o referido termo por meio do uso do alfabeto manual das letras D e A para a abreviação da expressão, ocorrendo restrições fonológicas e morfológicas, sofridas pelo empréstimo linguístico. “Embora o termo [D-A] faça parte do léxico da Libras em determinados contextos, ele ainda não se encontra nos principais dicionários desta língua” (ibid., p. 106); 2. Na interpretação do fragmento: “*Sejam faladas, escritas ou sinalizadas, as palavras são blocos de construção que formam a base das línguas*” (ibid. p. 221), a intérprete realizou a soletração da expressão “P-A-L-A-V-R-A” fazendo uso das duas mãos simultaneamente, condensando a informação e demonstrando a relação de comparação ao “se referir ao termo “palavras” tanto nas línguas orais (faladas e escritas), quanto nas línguas sinalizadas” (op. cit.). Segundo Nicoloso, por meio da mudança do uso convencional do alfabeto manual, ao utilizar as duas mãos, há uma adequação do parâmetro Disposição das Mãos, pois, convencionalmente, o uso do alfabeto manual geralmente é realizado apenas com uma das mãos, e de preferência com a mão dominante.

5. *Empréstimo*: de acordo com a autora, nas línguas de sinais, com frequência, essa modalidade ocorre por meio do uso do alfabeto manual, apresentando um segmento textual ou expressão lexical no Texto de Partida reproduzido por meio da soletração, exatamente como se apresentou no Texto de Chegada. *Exemplos de empréstimo*: 1. Soletração dos nomes próprios, como por exemplo, S-A-M S-U-P-A-L-L-A e W-I-L-L-I-A-N S-T-O-K-O-E, com a utilização do alfabeto manual; 2. Soletração do termo “S-I-N-A-I-S N-Ã-O M-A-N-U-A-I-S” narrado oralmente no Texto de Partida.

6. *Erro/deslize*²³: foi considerado *deslize* a escolha tradutória que comprometeu a inteligibilidade e a fluidez da interpretação, como por exemplo, a ocorrência de comprometimento na soletração de alguma palavra ou na realização de algum sinal, como também, “quando o sentido da mensagem enunciada pelo narrador encontra-se equivocado ao

²³ Na sua tese, Nicoloso (2015) identifica a modalidade “erro” como “deslize” para evitar a ideia de avaliação sobre as interpretações realizadas.

sentido reproduzido na informação transmitida pela intérprete” (ibid, p. 230). *Exemplos de erro/deslize*: 1. Ao interpretar o título do livro “*Os Surdos na América*” (ibid. p. 108), a intérprete utilizou a sequência dos sinais “HISTÓRIA DENTRO AMÉRICA” (op. cit.); 2. Na interpretação do fragmento textual: “*ele conheceu uma garota que vivia ao lado de sua casa e que parecia ser da sua idade*” (ibid. p. 231, grifo do autor), a intérprete utilizou os sinais “CONHECER MULHER PEQUEN@ IDADE NÃO COMBINAR” (op. cit.) para informar que as crianças pareciam ter a mesma idade. O uso do sinal NÃO-COMBINAR no Texto de Chegada transmitiu a ideia contrária apresentada no Texto de Partida.

7. *Explicitação/Implicação*²⁴: 7.1 A modalidade da *explicitação*, de maneira geral, ocorreu “sempre que informações implícitas contidas no Texto Fonte se tornaram explícitas no Texto Alvo por meio de explicações ou detalhamento de uma parte do conteúdo do texto” (NICOLOSO, p. 343). Segundo a autora, citando Moreira (2007), na Libras, a *explicitação* ocorre quando se faz uso do espaço mental *token*. E, ainda se baseando em Santiago (2012), afirma que o uso do espaço *token* é quando, no espaço de sinalização, definem-se referentes locais e o tradutor/intérprete explicita o referente. *Exemplos de explicitação*: 1. Na interpretação do fragmento textual “[...] *ele* desistiu e passou a usar gestos e apontamentos [...]” a intérprete explicita o léxico “ele” por meio de apontamento no espaço determinado e, posteriormente, sinaliza INDIVÍDUO S-A-M a fim de fazer a explicitação” (NICOLOSO, 2015, p. 112); 2. A intérprete usa os sinais EXPRESSÃO-FACIAL e CORPO no Texto de Chegada, para explicitar o termo “sinais não manuais” enunciado do Texto de Partida. Segundo a autora, está implícito que a expressão “sinal não manual” se refere às expressões faciais e corporais, bem como ao movimento do corpo. A explicitação utilizada pela intérprete em Libras serviu para explicar, exemplificar e explicitar o significado do termo implícito narrado em português.

7.2 *Implicação*: Nicoloso (2015) afirma que as ocorrências dessa modalidade ocorreram quando as informações do Texto de Partida se tornaram implícitas no Texto de Chegada e não se caracterizavam omissões, pois não comprometeram a interpretação da mensagem transmitida. *Exemplos de implicação*: 1. Na interpretação do fragmento textual: “*Conforme crianças Surdas como Sam vão se tornando adultas [...]*” (ibid. p. 246, grifo do autor). A intérprete fez uso dos sinais “S-A-M PARECER DESENVOLVER CRESCER APRENDER” (op. cit.), deixando implícita a relação de equivalência entre Sam e as demais

²⁴ Apesar de Aubert (1998) considerar as modalidades “*explicitação*” e “*implicação*” como “duas faces da mesma moeda”, classificando-as numa mesma categoria, Nicoloso (2015) analisou essas modalidades separadamente visando facilitar a coleta de dados quantitativos.

crianças surdas; 2. Na interpretação do fragmento textual “[...] veremos que, *nas línguas de sinais*, essa diferença é marcada por uma mudança na expressão facial” (ibid. p. 252, grifo do autor), a intérprete sinalizou os respectivos sinais “PERCEBER DIFERENÇA É MARCA TROCAR EXPRESSÃO-FACIAL” (op. cit.). Dessa forma, a informação de que se trata das línguas de sinais fica implícita, pois a enunciação se refere à modalidade da língua.

8. *Modulação*: Nicoloso (2015) considerou modulação quando as interpretações apresentaram uma sequência de sinais que não corresponderam à ordem direta das palavras no Texto de Partida, porém não houve alteração no sentido contextual. Ou seja, as escolhas lexicais do Texto de Chegada, apesar de não apresentarem correspondência semântica direta, mantiveram o mesmo sentido contextual do Texto de Partida. *Exemplos de modulação*: 1. Na interpretação o fragmento textual “*Depois de alguns encontros, eles se tornaram amigos*” (ibid. 357), o intérprete fez uso dos sinais “ENCONTRAR ENCONTRAR COMEÇAR AMIZADE” (op. cit.); 2. No segmento textual: “*Ele não podia falar com ela da mesma forma que falava com seus irmãos e seus pais*” (ibid. 253), ela faz uso dos respectivos sinais da Libras: “EL@ PESSOA BATER-PAPO JEITO IGUAL FAMÍLIA NÃO” (op. cit.).

9. *Omissão*: foram consideradas *omissão* por Nicoloso (2015) as interpretações que não apresentaram informações ou comentários que se encontravam nas narrações dos textos de partida. *Exemplos de omissão*: 1. Na interpretação do fragmento textual narrado em português: “*Essa criança é Sam Supalla, hoje um renomado educador Surdo e pesquisador universitário das línguas de sinais*” (ibid. p. 417, grifo do autor), foram sinalizados os respectivos sinais: “ESS@ CRIANÇA NOME S-A-M S-U-P-A-L-L-A HOJE CRESCER CRIANÇA SURD@ ENSINAR ÁREA FACULDADE SUPERIOR” (op. cit.). Essa interpretação não contemplou a informação de que Sam Supalla é pesquisador sobre língua de sinais; 2. No texto “*Essa visão mudou no início dos anos 60, com os estudos de Willian Stokoe sobre a língua de sinais americana*” (ibid. p. 417, grifo do autor), foi utilizada a sequência de sinais: “COMEÇAR 60 MAIS-OU-MENOS PERÍODO MUITOS-ANOS 60 SINAL-STOKOE W-I-L-L-I-A-N S-T-O-K-O-E [omissão]” (op. cit.), sendo omitida a informação a respeito dos estudos sobre a ASL.

10. *Tradução Intersemiótica*: baseando-se em Segala (2010), a autora considerou *tradução intersemiótica* as interpretações que sinalizaram representações de cenários construídos, descrições imagéticas, Classificadores (CL)²⁵, por serem basicamente icônicos, e que fizeram uso de uma representação teatralizada de incorporação do sujeito. *Exemplos de*

²⁵ Na próxima seção será discutido o que são Classificadores (CL) na Libras.

tradução intersemiótica: 1. Na interpretação do fragmento textual: “[...] *existem pelo menos dois tipos de pessoas: ‘nós’ e ‘eles’*” (NICOLOSO, 2015 p. 124, grifo do autor), a interpretação foi realizada com os respectivos sinais “TER DOIS-TIPOS PESSOA”, o intérprete utilizou os itens lexicais da Libras NÓS (espaço *token*) e EL@S (espaço *token*), e posteriormente, “delimita a representação do afastamento entre os dois grupos (nós e eles) situando através do espaço suas respectivas localizações no cenário construído em sua interpretação, a fim de fazer uma comparação por meio da descrição de imagem” (*op. cit.*); 2. Na interpretação do texto: “Eles estavam brincando na casa dela, quando de repente sua mãe chegou até eles e começou a mover sua boca animadamente” (NICOLOSO, 2015, p. 381), o intérprete usou a incorporação do sujeito para representar a ação teatralizada da mãe movendo a boca para falar.

11. *Tradução literal*: foram consideradas *tradução literal* as interpretações em que foram mantidas com a sequência gramatical, sintática e lexical da língua portuguesa. *Exemplos de tradução literal*: 1. Na interpretação do fragmento textual: “*livro maravilhoso sobre cultura Surda*” (ibid. p. 122), foram utilizados sequencialmente os sinais: “LIVRO MARAVILHOS@ TEMA CULTURA SURD@” (*op. cit.*); 2. Na sentença em português “*Os surdos na América*” (*op. cit.*), houve uma topicalização na interpretação para Libras. Foram utilizados os respectivos sinais “AMÉRICA SURD@ AQUI (aponta para a mão aberta)” (*op. cit.*).

12. *Transcrição*: segundo Nicoloso (2015), essa modalidade pode ocorrer quando os segmentos de texto com palavras pertencem ao acervo de ambas as línguas envolvidas (português/Libras). Foram consideradas dessa modalidade também as interpretações em que o Texto de Partida apresentou uma palavra ou expressão emprestada na língua de chegada. *Exemplos de transcrição*: 1. Na interpretação do fragmento textual: “*Ao invés disso, elas falam em aprender ‘sinais’ [este é o sinal], como se os sinais fossem de alguma forma diferente das palavras*” (ibid. 126). Ao ouvir a narração apresentando o sinal [este é o sinal], “o intérprete copia/sinaliza o termo SINAL [que é próprio do léxico da Libras e que, por sua vez, foi mantido no texto fonte] e em seguida faz uso da soletração como escolha tradutória para transcrevê-lo e explicitá-lo” (*op. cit.*), mantendo o léxico e o sentido da palavra no Texto de Chegada; 2. Na interpretação do texto “*a palavra ‘gato’ tem como forma a sequência*

sonora /g-a-t-u/” (ibid. p. 290), a intérprete fez o uso da soletração “G-A-T-U” para interpretar a sequência sonora /g-a-t-u/²⁶.

13. *Transposição*: a autora considerou *transposição* sempre que ocorreu, na interpretação, reorganização morfossintática. Isto é, quando duas ou mais palavras se fundiram e formaram uma única, ou quando uma palavra foi desdobrada em várias palavras, ou a ordem delas foi alterada. *Exemplos de transposição*: 1. Para a interpretação do item lexical “aculturação”, a intérprete desmembrou essa palavra nos seguintes sinais: “PROCESSO MEDIAÇÃO AQUISIÇÃO TROCAR ADAPTAR CULTURA” (ibid. p. 128); 2. Na interpretação da expressão “linguistas”, foi realizado um rearranjo morfossintático sinalizado da seguinte forma: “PRÓPRI@+PESSOA+PESQUISAR+LINGUÍSTICA+ÁREA” (ibid. 393).

As ocorrências das modalidades de tradução (ALBERT, 1998) na interpretação em Libras, apresentadas por Nicoloso (2015), contribuíram para a uma visão mais clara entre diferenças e semelhanças existentes entre as línguas envolvidas, como também para discussões sobre a teoria e a prática da tradução, no nosso caso, a interpretação de terminologias do português para a língua de sinais.

Dessa forma, no presente trabalho de pesquisa, utilizaremos, como referência de análise e descrição dos dados, as modalidades de tradução descritas por Aubert (1998) e aplicadas à língua de sinais por Nicoloso (2015), para descrever as decisões tomadas pelos TILSP diante as unidades lexicais desconhecidas, mais especificamente, termos dos cursos técnicos do IFBA, abordando particularmente a dimensão estratégica no processo de tradução.

Ressaltamos que as modalidades de tradução, neste trabalho, não têm o objetivo de ditar regras de como traduzir, ou avaliar e/ou julgar a qualidade de interpretação dos sujeitos que participaram da pesquisa, mas sim possibilitar a descrição das modalidades utilizadas de forma mais recorrente pelos TILSP ao se depararem com problemas específicos da tradução. Dentre as dificuldades enfrentadas, a falta ou o desconhecimento de sinais-termos pode ser um problema no processo de tradução. Deste modo, diante da modalidade da língua em questão, na próxima seção, discutiremos aspectos da Libras e a criação de sinais-termo.

²⁶ A autora considerou o uso da datilografia uma Transcrição, “pois o uso do alfabeto manual para acompanhar a pronúncia das letras soletradas no português oral pode-se relacionar a uma ‘cópia’ da escrita em Libras” (NICOLOSO, 2015 p. 290).

3.2 A CRIAÇÃO DE SINAIS-TERMO NA LIBRAS

Durante a interpretação simultânea, os profissionais TILSP se deparam com termos técnicos em língua portuguesa que não possuem (ainda) um sinal²⁷ correspondente nessa modalidade linguística. Logo, o processo de tradução durante a interpretação simultânea para estudantes Surdos nas salas de aulas regulares dos cursos técnicos do IFBA – *campus* de Salvador tem gerado uma gama de sinais-termo em Libras. Como consequência, impõe-se a necessidade de investigar como se dá a criação de sinais durante a interpretação simultânea em Libras, uma vez que, segundo Krieger e Finatto (2004, *apud* QUADROS; VASCONCELLOS, 2008 p. 9):

O léxico temático configura-se, portanto, como um componente linguístico, não apenas inerente, mas também a serviço de comunicações especializadas, posto que os termos transmitem conteúdos próprios de cada área. Por isso, os termos realizam duas funções essenciais: a de representação e a de transmissão do conhecimento especializado.

Concernente à criação de sinais, Marinho (2007), em seu trabalho intitulado *O ensino da Biologia: o intérprete e a geração de sinais*, analisou o ensino de Biologia e as dificuldades e limitações por estudantes Surdos, intérpretes e professores de uma escola pública do Distrito Federal no que tange a terminologia especializada. De natureza explicativa e exploratória, a pesquisa teve como objetivos específicos: analisar características morfológicas dos sinais para compreender a construção de lexias em Libras; analisar as estratégias de definição adotadas pelos intérpretes, as escolas e suas influências na formação de conceitos para a geração de sinais. Esses dados foram adquiridos através da gravação de aulas, e posteriormente transcritos. Também foram realizadas entrevistas totalmente estruturadas e aplicadas aos intérpretes e estudantes Surdos, além de observações *in loco*. Em momento posterior, foi realizada reunião com estudantes Surdos para validação dos sinais.

²⁷ Vale ressaltar a diferença entre “sinal” e “gesto”. Segundo Bento (2010, p. 30), os sinais das línguas de sinais “pertencem ao conjunto de unidades mínimas que formam unidades maiores e são formados a partir da combinação dos parâmetros fonológicos de configuração de mãos, locação, movimento, orientação das mãos e expressões não manuais, dessa forma, são convencionais, ou seja, possuem significados combinados por um grupo social. Já os gestos não apresentam correspondência com os itens lexicais do padrão adulto nas línguas sinalizadas e não apresentam um contexto linguístico, mas constituem-se apenas como a arte da imitação”. Gesser (2009) afirma que, para diferenciar os gestos e os sinais, Klima & Bellugi (1979) realizaram um estudo com indivíduos não sinalizadores para demonstrar em gestos palavras do inglês. Os pesquisadores chegaram a conclusão que as pantomimas utilizadas por não sinalizadores variavam de uma pessoa para outra, enquanto na ASL permanecia apenas uma variedade, limitada e convencionada por sinalizadores. Além disso, as mímicas para representar um objeto tal como existe na realidade, eram muito mais detalhadas e levavam mais tempo para sua realização, em comparação com os sinais americanos. Assim, podemos concluir que os sinais são palavras visuais-espaciais, convencionadas pela comunidade de falantes das línguas de sinais e, os conjuntos desses sinais, constituem o léxico das línguas de modalidade visual-espacial.

Como resultado, a autora identificou a necessidade de o docente usar de recursos visuais para melhor compreensão do estudante Surdo, a necessidade para a formação de intérpretes, a necessidade da comunidade de nativos da Libras ter a responsabilidade de determinar que mecanismos convêm à aplicação do léxico de sua língua; a validação dos sinais por utentes Surdos, as criações lexicais e, posteriormente, a criação de um glossário terminológico.

Posteriormente, Castro Júnior (2011), com a pesquisa *Variação linguística em língua de sinais brasileira: foco no léxico*, analisa e identifica variantes e variantes-padrão com base em termos selecionados da terminologia da política brasileira. A pesquisa, de cunho qualitativo, teve sua coleta de dados a partir de informantes Surdos e profissionais que atuavam nos Poderes Executivo e Legislativo do Governo Federal. Para tanto, foram escolhidos seis termos da terminologia política brasileira. Em seguida, foram realizados análises e registros das variantes linguísticas da Libras com base nos dados encontrados. Também foi realizada análise da frequência de certas variantes linguísticas para identificação sobre o caráter regional da variação e para investigar se as mudanças foram provocadas e, finalmente, procedeu-se à validação dos sinais. Como resultado, foi possível identificar a ocorrência de variantes e proceder à escolha de variantes-padrão para cada termo através de diferentes processos linguísticos, à identificação de bases paramétricas na constituição de novos sinais, como também de um efetivo registro para estudos futuros sobre estratégias de elaboração de dicionário terminológico de Libras.

Outro pesquisador que analisou unidades terminológicas na Libras foi Costa (2012), ao desenvolver, dentro da linha de pesquisa em Léxico e Terminologia, um modelo de Enciclopédia Visual Bilíngue Juvenil, denominada como EncicloLibras. Elegeu o campo semântico relativo ao corpo humano para estudo de conceitos e validação de sinais já existentes e novos. A metodologia seguida foi a da pesquisa qualitativa, com coleta de dados, que envolveu quatro procedimentos: a) criação de sinais em Libras, que representassem o corpo humano; b) validação dos sinais criados; c) elaboração de proposta de material didático, com foco no aprendizado da língua de sinais brasileira e do português; e d) a criação de material didático ilustrado. Como resultado, foram obtidos 126 verbetes em Libras e a elaboração de um material bilíngue em Libras (L1) e português (L2), contendo recursos materiais e visuais, incluindo sinais-termo e unidades terminológicas. No seu trabalho, Costa (2012 p. 33) utilizou o termo “sinal-termo” para designar um sinal que compõe um termo específico da Libras.

Segundo a Nota Lexical²⁸, o termo “sinal-termo” foi criado por Faulstich em 2012. De acordo com a nota publicada por Faulstich (2014, *on-line*), a autora explica que “a expressão *sinal* ou *sinais* não correspondia ao significado de termos usados no contexto das linguagens de especialidade, especialmente na terminologia científica ou técnica”. Dessa forma, a autora cria uma nova terminologia a partir da união dos conceitos “sinal” e “termo”:

sinal. 1. Sistema de relações que constitui de modo organizado as línguas de sinais. 2. Propriedades linguísticas das línguas dos Surdos. Nota: a forma plural – *sinais* – é a que aparece na composição *língua de sinais*.

termo. Palavra simples, palavra composta, símbolo ou fórmula que designam os conceitos de áreas especializadas do conhecimento e do saber. Também chamado *unidade terminológica* (FAULSTICH, *on-line*, grifo da autora).

Por conseguinte, Faulstich (*ibid.*), a partir da união dos dois conceitos específicos supracitados, apresenta o termo novo:

sinal-termo. 1. Termo da Língua de Sinais Brasileira que representa conceitos com características de linguagem especializada, próprias de classe de objetos, de relações ou de entidades. 2. Termo criado para, na Língua de Sinais Brasileira, denotar conceitos contidos nas palavras simples, compostas, símbolos ou fórmulas, usados nas áreas especializadas do conhecimento e do saber. 3. Termo adaptado do português para representar conceitos por meio de palavras simples, compostas, símbolos ou fórmulas, usados nas áreas especializadas do conhecimento da Língua de Sinais Brasileira (FAULSTICH, *on-line*, grifo da autora).

Segundo Costa (2012), a formação de sinais-termo possui regras para assim formar conceitos científicos. O autor afirma que a Libras possui todos os aspectos linguísticos de uma língua natural (fonologia, morfologia, sintaxe, léxico) e, por esse motivo, faz com que ela tenha autonomia, não dependendo da língua portuguesa na criação de sinais-termo. Esses sinais-termo, segundo o autor, são formados “por regras que seguem parâmetros das línguas visuais de acordo com as categorias da gramática da língua. [...] Essas categorias gramaticais, [...], formam neologismos e, conseqüentemente, a terminologia da Libras expressa, por meio dos sinais que processa, o léxico visual e a terminologia” (COSTA, 2012, p. 35).

Quando Wiliam Stokoe iniciou os seus estudos com a língua de sinais, ele analisou os níveis fonológicos e morfológicos da ASL. Ao dissecar o sinal nessa língua, ele analisou o esquema linguístico estrutural na formação dos sinais e apontou três elementos primários na formação dos sinais, denominando-os: Configuração da mão (CM), forma que a mão assume ao realizar o sinal; Ponto de Articulação (PA) ou Localização (L), local onde o sinal é realizado; e o Movimento (M), movimento que a mão faz ao realizar o sinal. Com o avanço das pesquisas, na década de 1970, os pesquisadores linguistas Robbin Battison em 1974, e Edward S. Klima e Ursulla Bellugi em 1979 incluíram dois elementos secundários, mas não menos importantes:

²⁸ Disponível em <http://www.centrolexterm.com.br/notas-lexicais>.

Orientação da palma da mão (OR), que é a direção para qual a palma da mão está apontando na produção do sinal, e Expressões Não-Manuais (ENM), que são as expressões faciais e corporais (QUADROS, 2004; GESSER, 2009).

Referente aos estudos da Libras, segundo Quadros e Karnopp (2004), autoras afirmam que:

Assim como as palavras em todas as línguas humanas, mas diferentemente dos gestos, os sinais pertencem a categorias lexicais ou a classes de palavras tais como, nome verbo, adjetivo, advérbio etc. As línguas de sinais têm um léxico e um sistema de criação de novos sinais em que as unidades mínimas com significado (morfemas) são combinadas. Entretanto, as línguas de sinais diferem das línguas orais no tipo de processos combinatórios que frequentemente criam palavras morfologicamente complexas. (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 87).

Os sinais ou itens lexicais em Libras, assim como na ASL, são formados a partir da combinação de unidades menores arbitrárias. Destarte, concordamos com Faria-Nascimento (2009, p. 59), ao afirmar que “é fato que tanto uma UL²⁹, quanto uma UT³⁰, em qualquer língua, não surge ‘*ex nihilo*’”, ou seja, do nada.

Para ilustrar cada elemento fonomorfológico num sinal, apresentamos abaixo o sinal-termo “CORÇÃO DE BEBÊ” criado por Costa (2012):

Figura 6 – Parâmetros fonomorfológicos da Libras no sinal-termo: CORÇÃO DE BEBÊ



Fonte: Costa (2012, p. 37).

²⁹ Unidade Lexical.

³⁰ Unidade Terminológica.

No sinal-termo “CORACÃO DE BEBÊ”, apresentado acima, o autor apresenta um neologismo, pois “tem o formato do coração, de acordo com a concepção anatômica. O conceito de coração é visto com clareza como na figura acima porque o sinal descreve o formato anatômico do coração de um bebê” (COSTA, 2012, p.37). O autor, mantendo o mesmo sinal-termo e mudando a expressão facial e ‘tamanho’ do referente, empregou o conceito “crescer” (crescimento físico para várias idades):

- a. **Coração de bebê** – terminologia relativa a *nenê* com expressão facial indicando diminutivo;
- b. **Coração de adolescente** – terminologia relativa a *adolescente* com expressão facial indicando um diminutivo menos acentuado;
- c. **Coração de adulto** – terminologia relativa a *adulto* com expressão facial apropriada ao movimento ‘pulsar’ sem traços de grau aumentativo ou diminutivo. (COSTA, 2012, p.36, grifo do autor).

Castro Júnior (2011) chama a atenção que ao se criar um sinal, deve-se levar em consideração a construção mental do Surdo. Segundo o autor “não se pode limitar a criação, formação e a conceituação dos sinais apenas à forma ou a representação visual do sinal, mas é preciso analisar também a construção mental do signo [...]” (CASTRO JÚNIOR, 2011, p. 43).

Quanto à construção mental do signo na Libras, Luchi (2013) faz um paralelo entre o *significado* e o *significante*, objeto de estudo de Saussure (1916): “podemos entender o *significado* como sendo a representação mental que temos do objeto e o *significante* como a representação mental que temos da pronúncia da palavra” (LUCHI, 2013, p.31, grifo nosso). Nesse sentido, Luchi apresenta a seguinte relação entre o significado e significante na Libras:

Figura 7 – Relação significado e significante na Libras



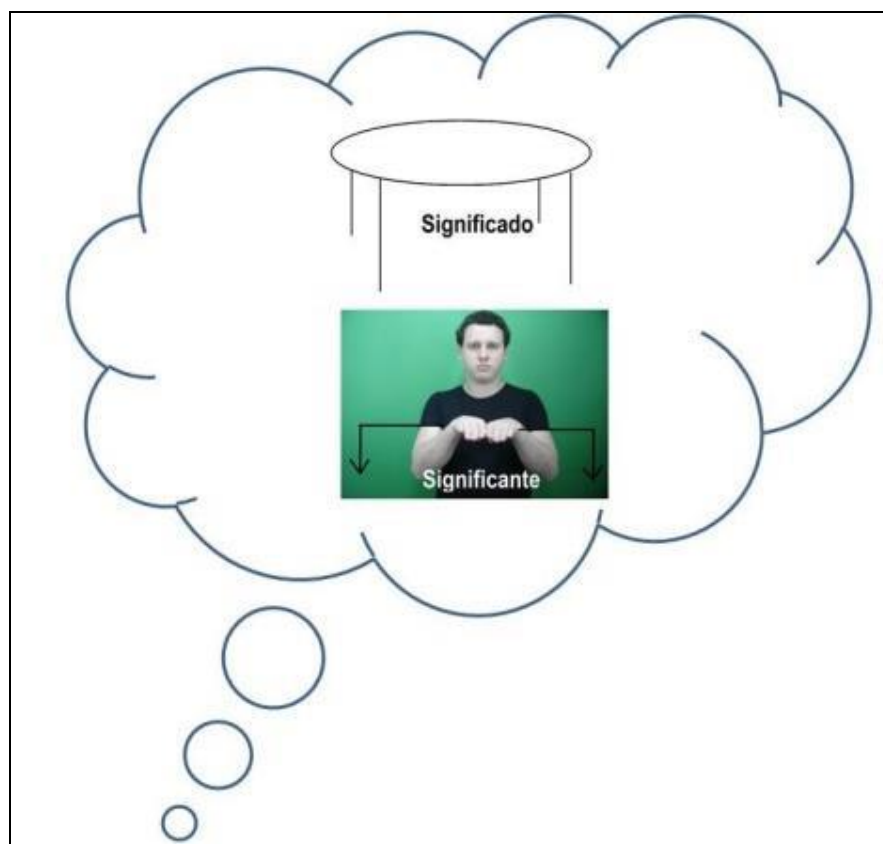
Fonte: Luchi (2013, p.31).

Dessa forma, Luchi (2013 p.31, 32) afirma que:

O significado não é o objeto concreto em si, mas sim a representação mental que constituímos do objeto. Assim também, o significante desse signo não é a articulação do sinal, mas a representação mental que os sinalizadores têm da imagem desse sinal, que os permite reconhecer o signo 'mesa' quando é sinalizado e reproduzi-lo, o que nos leva a concluir que ambas as partes do signo são abstratas por se encontrarem no plano da representação mental.

E, nesse sentido, o autor sugere a representação mental do signo linguístico na Libras da seguinte forma:

Figura 8 – Representação mental da relação significado e significante na Libras



Fonte: Luchi (2013, p.31).

Entretanto, há uma diferença entre termos especializados e vocábulos da língua comum. Segundo Faria-Nascimento (2009), citando Lara (1999):

Vocábulos da língua comum se formam no cerne da comunidade linguística como efeito da divisão social do trabalho e como resultado de interesses históricos da comunidade, pelo que está sempre definido no contexto cultural; e o termo especializado se forma por impulsos tecnológicos, comerciais ou científicos quando se apresenta a necessidade de delimitar com total precisão os objetos ou os conceitos de uma teoria, um método ou um procedimento. (LARA, 1999, *apud* FÁRIA-NASCIMENTO, 2009, p. 59)

Ainda segundo Faria-Nascimento (2009, p. 59):

O processo de construção terminológica com vistas ao preenchimento de lacunas na LSB constitui-se de mecanismos linguísticos se não idênticos, bastante semelhantes aos mecanismos linguísticos presentes na construção lexical. Isso por que Terminologia é léxico, e um lexema, unidade do léxico, ganha estatuto de termo, unidade da Terminologia, no contexto das linguagens de especialidade.

Dessa forma, a autora afirma ainda que, grosso modo, as lacunas lexicais e terminológicas nas línguas orais são preenchidas por parâmetros e esses parâmetros ocorrem, também, na Libras.

Nessa discussão, Quadros e Karnopp (2004) afirmam que, muitas vezes, sinalizadores da Libras utilizam o alfabeto soletrado, conjunto de CM que representam o alfabeto da língua portuguesa, para inserir um termo que não possui um sinal ainda específico. Segundo as autoras, a soletração manual é uma representação da ortografia da língua portuguesa e envolve a soletração sequenciada de CM com correspondência a sequência de letras escritas da língua portuguesa. Como exemplo de soletração:

C-H-A-V-E-T-A



Assim, as palavras da língua portuguesa são emprestadas para a Libras, por meio da soletração manual. Esse processo de incorporação de termo estrangeiro é considerado empréstimo linguístico. Entretanto, o empréstimo linguístico na Libras é inserido por meio de um sistema de representação da ortografia da língua portuguesa (QUADROS; KARNOPP, 2004).

Segundo Quadros e Karnopp (2004), a Libras, assim como outras línguas de sinais, possui um sistema de criação de sinais em que as unidades mínimas com significado (morfemas) são combinadas. Nesse sentido, as autoras chamam a atenção para o uso dos CL – que possuem propriedades morfológicas específicas. Os sinais que utilizam esse recurso são considerados como léxico nativo, e formam outro componente lexical na Libras. Os CL:

[...] têm distintas propriedades morfológicas, são formas complexas em que a configuração de mão, o movimento e a locação da mão podem especificar qualidades de um referente. Classificadores são geralmente usados para especificar o movimento e a posição de objetos e pessoas ou para descrever o tamanho e a forma de objetos. Assim, para descrever uma pessoa caminhando em um labirinto, o sinalizador deve usar um classificador em que a configuração de mão (referindo à pessoa) move-se em ziguezague; para descrever um carro andando, o sinalizador produz uma configuração de mão em 'B', que se refere a veículos. Essas

configurações de mão ocorrem em predicados que especificam a locação de um objeto (por exemplo, a posição de um relógio, uma folha de papel ou um copo) ou a forma de um objeto (por exemplo, uma vara fina e comprida). (QUADROS; KARNOPP, 2004, p.93).

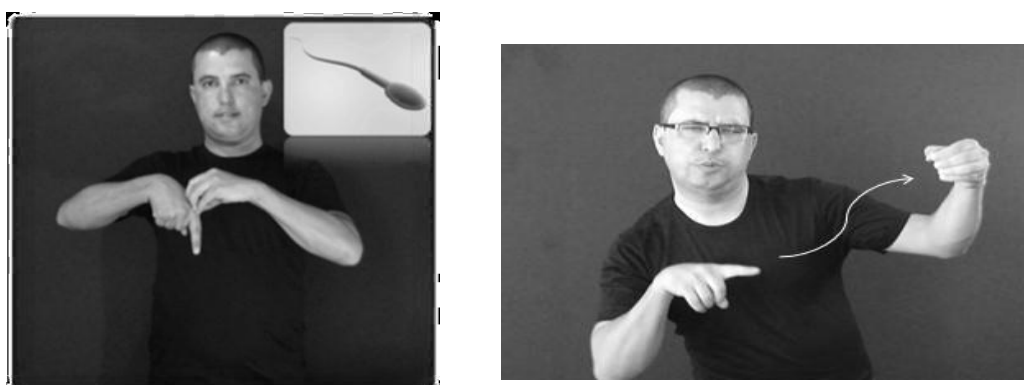
Diante da sua importância e da especificidade desse recurso na Libras, as autoras acrescentam que:

Um aspecto específico da modalidade do léxico da língua de sinais é o sistema separado de construções com classificadores que participam densamente na formação de novas palavras. Embora o termo classificador seja usado, essas construções diferem das línguas orais, e aspectos de sua construção são extremamente influenciados pela modalidade visual-espacial. Entretanto, quando um classificador entra no léxico nuclear, ele segue padrões de lexicalização encontrados nas línguas naturais, independentemente da natureza específica da modalidade. Nas línguas orais, quando palavras (ou frases) complexas tornam-se monomorfêmicas (ou palavras simples), há uma mudança no significado, uma perda da composicionalidade morfológica, e uma conformidade às restrições formacionais e rítmicas em palavras simples. (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 93)

Nesse sentido, Costa (2012), baseando-se em Ferreira-Brito (1995), afirma que alguns sinais podem trazer a representação da forma e o tamanho dos referentes, principalmente quando esses sinais estão associados a ENM específicas; outros sinais podem representar características dos movimentos dos seres em um acontecimento. Nesse sentido, esses sinais possuem a “função de descrever o referente do nome (adjetivo), substituir o referente do nome (pronome) ou localizar os referentes (locativos). Alguns CL incorporam-se a verbos de movimento ou de localização, indicando o objeto que se move ou é localizado” (COSTA, 2012, p. 38).

Muitos CL são icônicos e, assim, podem ser semelhantes à forma ou ao tamanho do objeto a ser referenciado. Os CL podem se referir ao objeto ou ao ser como um todo, como também podem referenciar apenas uma parte ou característica do ser. (FARIA-NASCIMENTO, 2009). Nesse sentido, Costa (2012) apresenta um CL presente no sinal-termo “ESPERMATOZÓIDE”:

Figura 9 – ESPERMATOZÓIDE (sinal-termo) e ESPERMATOZÓIDE (CL) em direção ao óvulo

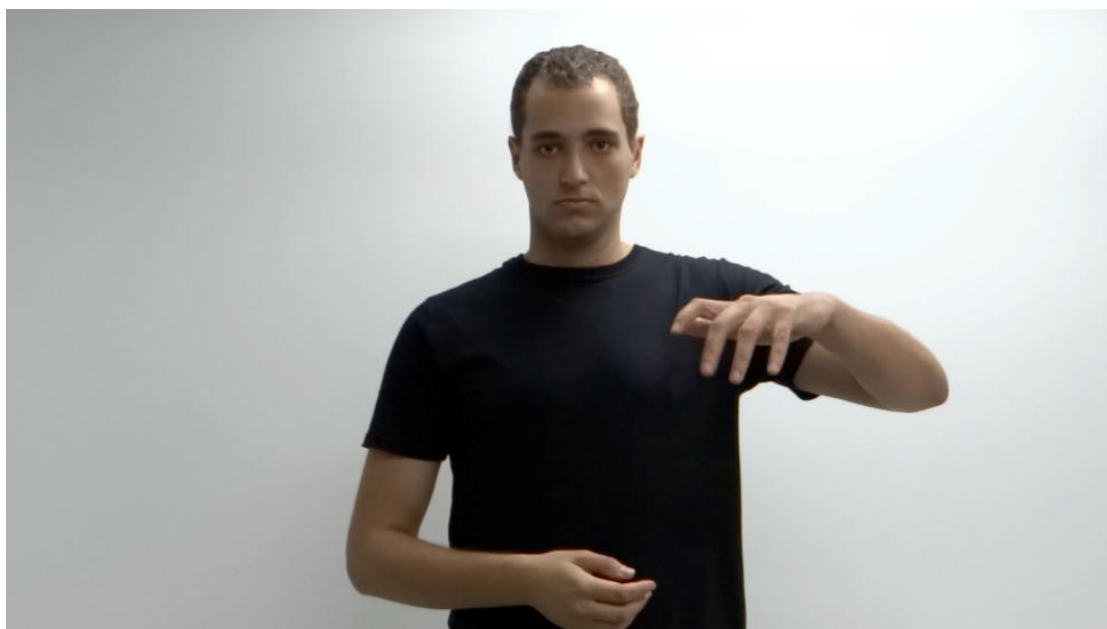


Fonte: Costa (2012, p.40).

No exemplo apresentado acima, o sinal-termo “ESPERMATOZÓIDE” é composto por um CL. No sinal-termo proposto por Costa, o CL pode ser encontrado na formação de outros sinais, e, assim representar: um espermatozoide “procurando” pelo óvulo; ou “vários espermatozoides numa corrida em que só um consegue fecundar o óvulo” (COSTA, 2012, p. 39); ou ainda “um espermatozoide”, como sinal-termo, representando a cabeça do espermatozoide (acrossomo) e sua cauda representada pelo indicador da mão direita, movimentando-se. Nesse sentido, podemos concluir que esse CL modela mudanças lexicais e a formação de palavras na Libras (QUADROS; KARNOPP, 2004).

Entretanto, segundo Castro Júnior (2014, p. 80), “muitas vezes a criação de sinais na Libras não segue um padrão e/ou regras”. O autor defende a tese de que a criação de novas unidades lexicais deve surgir a partir da base em formas já existentes. Essa forma já existente é definida como base-paramétrica. É essa base-paramétrica que permite a criação de novos termos. Para comprovar a sua teoria, o autor selecionou a base paramétrica do termo “ORGANISMO”:

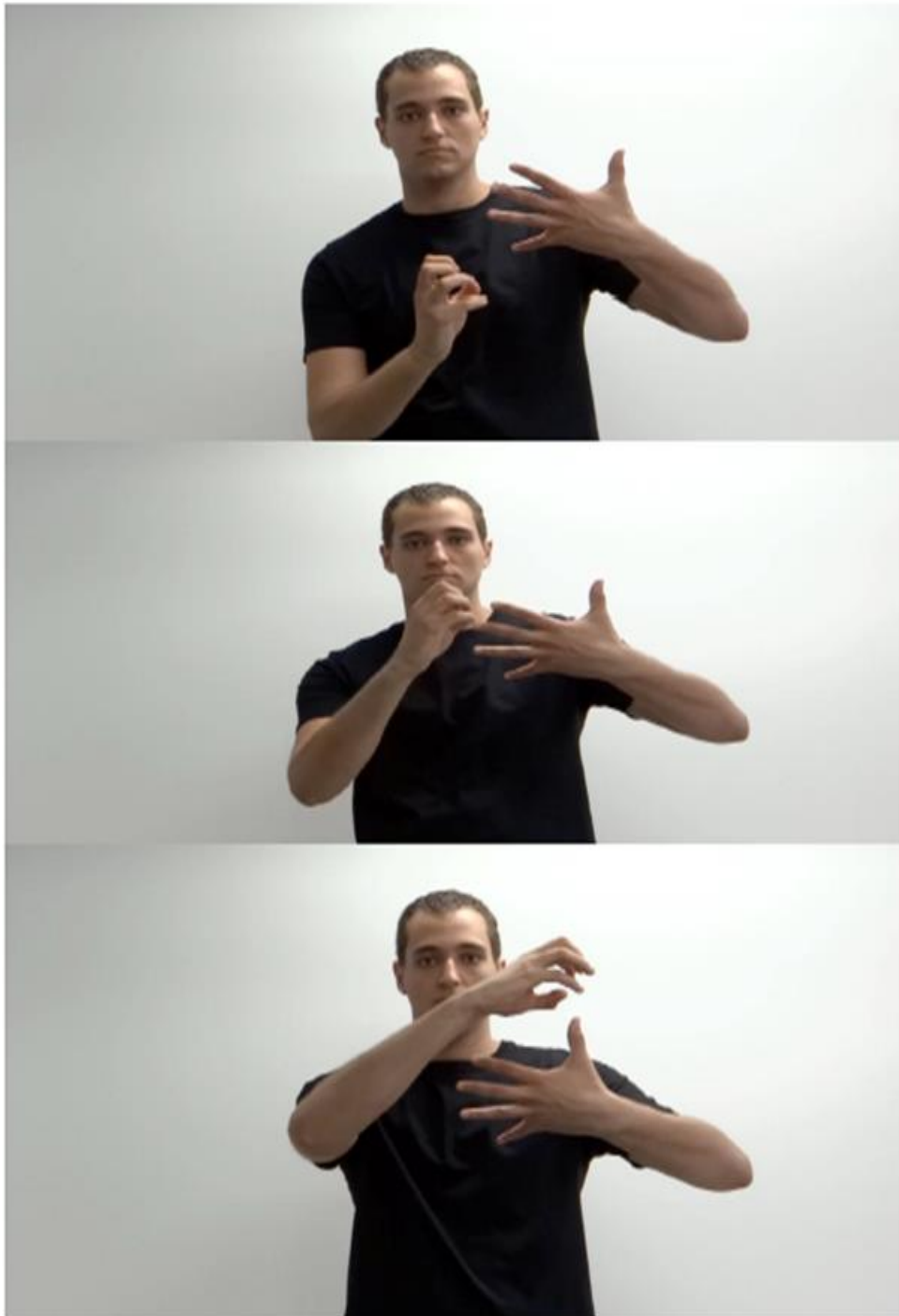
Figura 10 – Base paramétrica – ORGANISMO



Fonte: Castro Júnior (2014, p. 184).

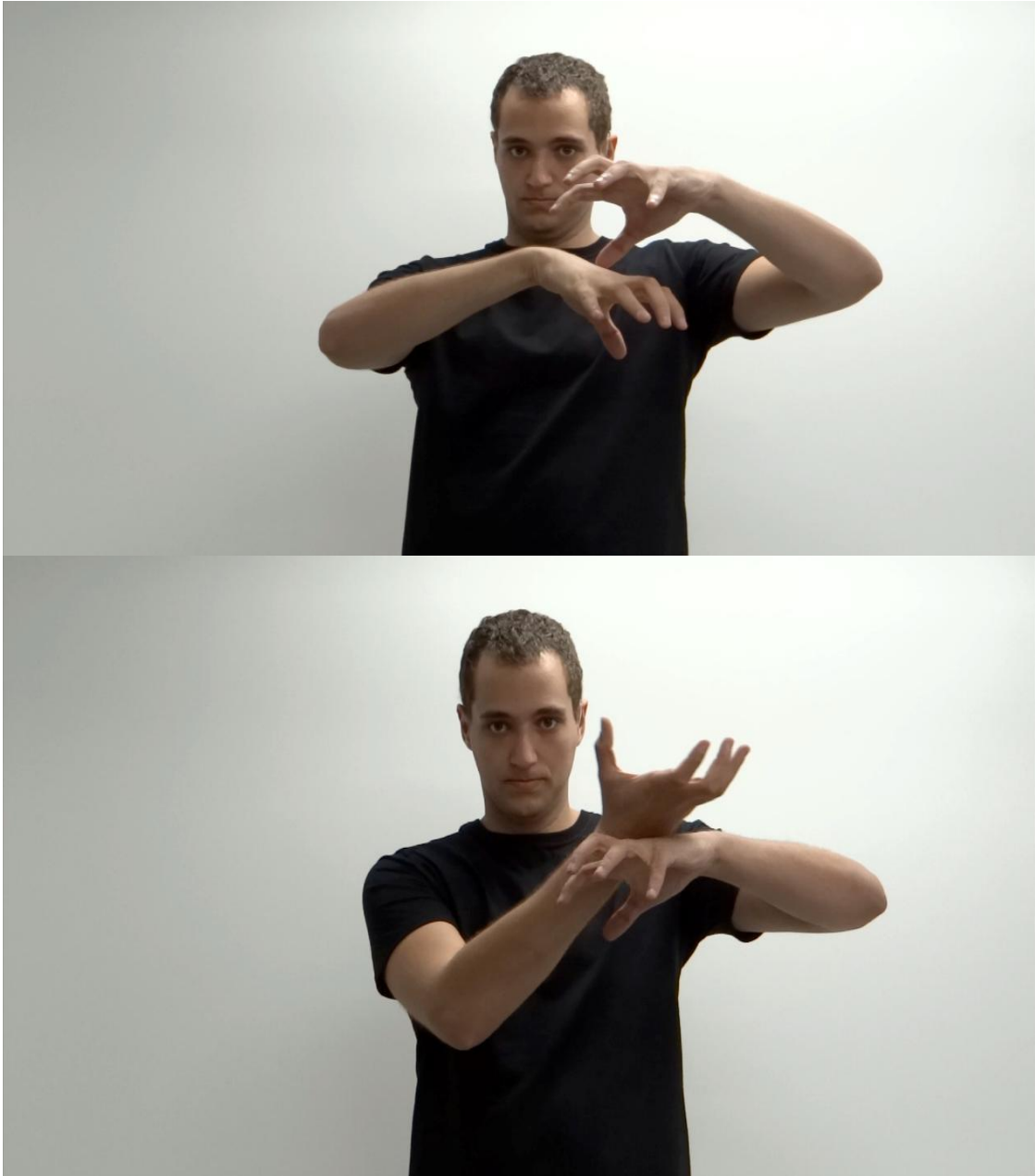
A partir da definição da base paramétrica da CM do termo acima, essa foi utilizada para a criação e organização paramétrica de vários sinais-termo na Biologia. Entretanto, dos diversos sinais-termo apresentados pelo autor, apresentaremos, a seguir, a título de exemplificação, três:

Figura 11 – Sinal-termo – CADEIA ALIMENTAR



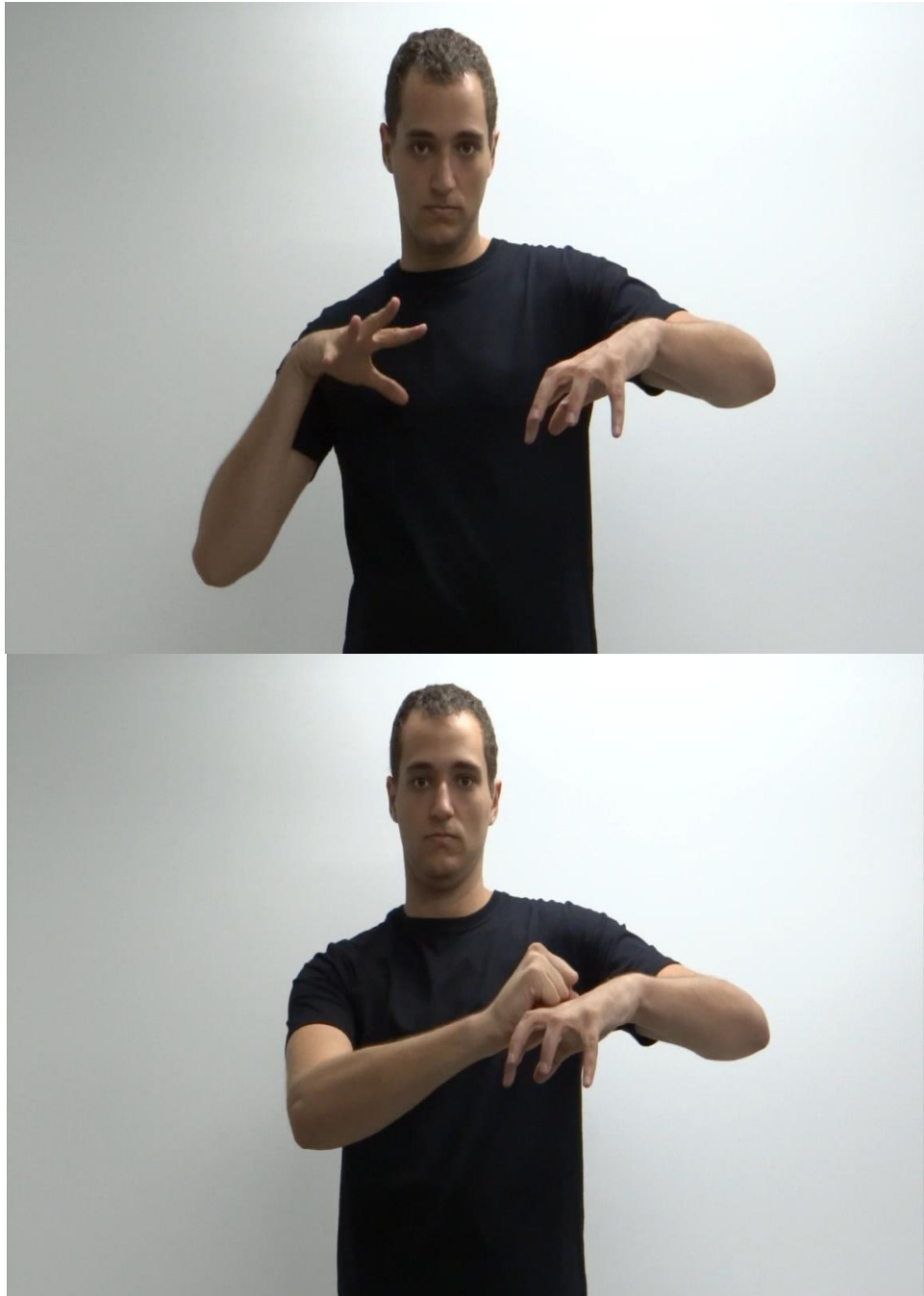
Fonte: Castro Júnior (2014, p. 187).

Figura 12 – Sinal-termo – MEIO AMBIENTE



Fonte: Castro Júnior (2014, p. 189)

Figura 13 – Sinal-termo – PREDADOR



Fonte: Castro Júnior (2014, p. 190)

Sendo assim, Castro Júnior (2014), no seu projeto VARLIBRAS, organizou e sistematizou os sinais-termo da área da disciplina Biologia³¹. As análises decorrentes do uso da variável CM possibilitaram o registro de sinais-termo ou a substituição dos sinais-termo em estudo. O autor afirma que a incorporação de alguns traços linguísticos e a análise minuciosa de uma base paramétrica na composição de determinados grupos de sinais-termo possibilita a compreensão de seus respectivos significados. Portanto, os exemplos apresentados acima, comprovam a “importância das condições paramétricas para o estudo da terminologia e da composição estrutural da Libras para a compreensão dos termos criados a partir de uma base paramétrica” (CASTRO JÚNIOR, 2014, p. 193).

Após apresentarmos o arcabouço teórico que fundamenta a nossa pesquisa, apresentaremos a seguir os procedimentos metodológicos de coleta, transcrição e tabulação dos dados. Também será apresentado o levantamento e a descrição do *corpus* da pesquisa, um breve histórico e caracterização do local da pesquisa e o perfil dos sujeitos pesquisados, como será descrito a seguir.

³¹ Castro Júnior (2014) também sistematizou sinais-terminos das áreas das disciplinas de Física, História, Matemática, Português e Química. Para maiores informações: www.varlibras.com.br ou a tese de doutorado: “Projeto VARLIBRAS” de 2014.

4 METODOLOGIA

Neste trabalho, buscamos conhecer mais sobre o processo de tradução de termos técnicos de língua portuguesa para Libras e descrever como acontece a criação de sinais-termo no âmbito do IFBA – *campus* de Salvador. Por isso, adotamos, para a nossa pesquisa, abordagem qualitativa, na tipologia de estudo de caso.

Segundo Yin (2001 p. 19), o estudo de caso é uma estratégia mais utilizada “quando se colocam questões do tipo ‘como’ e ‘por que’, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real”. Ainda segundo o autor, essa estratégia de pesquisa é utilizada em muitas situações. Coutinho (2003, *apud* ARAÚJO et al., 2008 p. 4), “refere que quase tudo pode ser um ‘caso’: um indivíduo, um personagem, um pequeno grupo, uma organização, uma comunidade ou mesmo uma nação”.

A dimensão metodológica de natureza qualitativa e de cunho exploratória-descritiva foi constituída, *a priori*, pelo levantamento das estratégias tradutórias utilizadas na tradução de termos técnicos da língua portuguesa para a Libras. Segundo Gil (1991), a pesquisa exploratória “visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses” e a pesquisa descritiva “visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 1991 *apud* SILVA; MENEZES, 2005 p. 21).

O *corpus* da pesquisa foi composto a partir de questionário aplicado com os profissionais TILSP (Apêndice C), como também, por observação *in loco* e registro em diário de campo da atuação dos profissionais durante as aulas de disciplinas técnicas em que atuam no IFBA – *campus* de Salvador. A fim de justificar a escolha do local e para melhor compreensão do leitor, apresentaremos a seguir a caracterização do espaço investigado e um breve relato da sua história.

4.1 LOCAL DA PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida no IFBA. Segundo seu *site* institucional³², o IFBA é uma instituição centenária e sua atuação, no estado da Bahia, iniciou em 1910 com a criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e instalação da primeira Escola de Aprendizes Artífices, no Centro Operário da Bahia, no Pelourinho – na cidade de Salvador. Essa escola oferecia cursos nas oficinas de alfaiataria, encadernação, ferraria, marcenaria e sapataria. Funcionou provisoriamente no Centro Operário da Bahia e, posteriormente, passou para o Largo dos Aflitos e, em 1926, teve a sua sede inaugurada no bairro do Barbalho, passando a ofertar, também, cursos nas oficinas nas áreas de artes gráficas e decorativas.

No decorrer dos anos, a Escola passou por modificações e recebeu outras denominações: Liceu Industrial de Salvador, em 1937; Escola Técnica de Salvador (ETS), em 1942; Escola Técnica Federal da Bahia (ETFBA), em 1965; e, a partir de 1993, com o resultado da fusão entre o Centro de Educação Tecnológica da Bahia (Centec) e a ETFBA, foi denominada como Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (Cefet-BA).

Em 2008, com a promulgação da Lei n.º 11.892/2008, instituindo a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, os Cefet³³ sofrem a transformação para instituições universitárias, criando, assim, os IF – que são equiparados às universidades federais. O Cefet-BA transforma-se, então, em IFBA, conforme evolução na linha do tempo abaixo:

Figura 14 – Evolução da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica



Fonte: <<http://portal.mec.gov.br/img//261208ifets.jpg>>.

³² Para conhecer e obter maiores informações sobre o IFBA, acesse: <<http://ifba.edu.br>>.

³³ O Cefet/RJ e o Cefet/MG permanecem com o nome antigo, mesmo fazendo parte da nova rede.

O IFBA tem a sua Reitoria instalada na cidade de Salvador e possui uma estrutura *multicampi*, cada *campus* possui autonomia administrativo-financeira e, atualmente, está presente em 23 cidades do estado da Bahia, conforme imagem abaixo:

Figura 15 – Unidades de ensino do IFBA no estado da Bahia



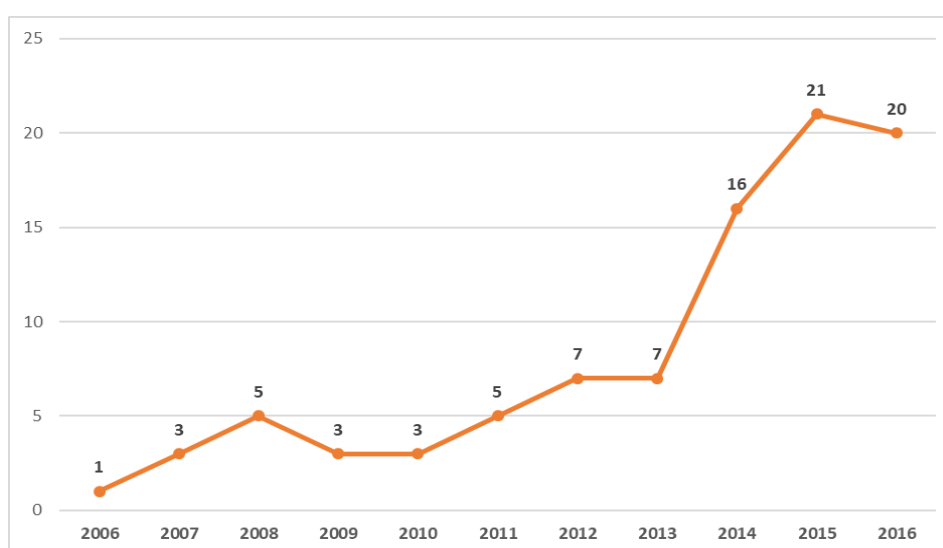
Fonte: <http://portal.ifba.edu.br/flickr/copy_of_mapasiteatualizado.jpg>.

O IFBA oferta cursos de educação profissional em todos os níveis do sistema educacional (médio, técnico, superior e pós-graduação), conforme estabelece a legislação que regulamenta a atuação dos institutos federais. O ensino técnico, foco da nossa pesquisa, é ofertado em três modalidades: Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), que alia ensino médio com formação profissional para jovens e adultos; Subsequente, que é formação profissional num espaço curto de tempo, tendo como pré-requisito a conclusão do ensino médio; e Integrado, que integra ensino médio e formação profissional, tendo como pré-requisito, o ensino fundamental completo.

O IFBA, no seu Plano de Desenvolvimento Institucional, faz referência à questão da inclusão social, visando à melhoria da assistência a estudantes com deficiência. Com o ingresso de Surdos na instituição, para facilitar o acesso à comunicação, à informação e à educação, o IFBA proporciona à esses estudantes, durante a sua trajetória acadêmica, o serviço de TILSP, de forma individualizada, ou seja, um profissional para cada turma com estudante Surdo matriculado.

Como vimos anteriormente, o IFBA possui uma estrutura diversa e muito ampla. Dessa forma, diante da dimensão geográfica institucional, o campo da pesquisa restringiu-se ao *campus* de Salvador, por possuir um número crescente de estudantes incluídos, conforme Gráfico 4, abaixo, e, dentre os demais *campi*, possuir o maior número de Surdos matriculados em diferentes modalidades de ensino, além do pesquisador residir na cidade de Salvador-Ba e trabalhar no *campus* pesquisado. Além disso, a escolha do local se deu principalmente, por esse *campus* possuir o maior número de TILSP atuantes na educação profissional. Na próxima seção da metodologia, apresentaremos o perfil dos sujeitos da pesquisa.

Gráfico 4 – Quantitativo anual de estudantes Surdos matriculados no IFBA – *campus* de Salvador



Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - *campus* de Salvador (2016).

4.2 OS SUJEITOS DA PESQUISA

O IFBA – *campus* de Salvador possuía, no momento da pesquisa, 17 TILSP, sendo que 2 atuam na modalidade subsequente, no turno noturno; 6, nos cursos superiores noturnos (licenciatura em Matemática, licenciatura em Geografia, Engenharia e Administração); 7, nos cursos de modalidade Integrada; e 2 que atuam como “plantonistas”, em outras palavras, são TILSP que atuam, especificamente, no turno vespertino para dar suporte, no contraturno, aos estudantes que precisam realizar alguma atividade acadêmica nesse período. Então, realizamos a pesquisa com os profissionais que atuavam no ensino subsequente e/ou integrado.

Entretanto, do total de 11 profissionais, apenas um profissional que, inicialmente se mostrou favorável a participar da pesquisa, recusou-se a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A), como também o Termo de Autorização de Uso de Imagem e/ou Depoimentos (Apêndice B), ficando, assim, impedido de participar da presente pesquisa. Após o início da pesquisa, durante a coleta de dados, um dos profissionais que atuava no ensino integrado ficou enfermo e um TILSP que atua no ensino superior teve que substituí-lo e, dessa forma, após aceitar também participar da pesquisa, este foi incluído também ao grupo de sujeitos da pesquisa, que acabou totalizando, portanto, 11 profissionais. Destes, seis são TILSP do sexo feminino e cinco são TILSP do sexo masculino. Para preservar a identificação dos profissionais, decidi nomeá-los como: TILSP 1, TILSP 2, TILSP 3, TILSP 4, TILSP 5, TILSP 6, TILSP 7, TILSP 8, TILSP 9, TILSP 10, TILSP 11. Apresentamos, abaixo, o perfil detalhado de cada sujeito:

Quadro 3 – Perfil do TILSP 1

Perfil do TILSP 1	
Idade: 32	
Formação de nível médio: ensino médio completo	
Formação profissional: -----	
Formação superior: Pedagogia (em andamento)	
Especialização: -----	
Tempo de atuação como TILSP: 11 anos	
Tempo de atuação como TILSP no IFBA – <i>campus</i> de Salvador: um ano e seis meses	
Curso de formação para TILSP: (X) SIM () NÃO	Carga horária: 180h
Participação em eventos científicos que tratam do tema de TILSP: (X) SIM () NÃO	
Frequência de participação: () Muito (X) Razoável () Raramente () Nunca	
Leitura de conteúdos que tratam do tema de TILSP: (X) SIM () NÃO	
Tipo de leitura: () Artigo Científico () Dissertações e teses (X) Livros () Outros	
Frequência de leitura: () Muito () Razoável () Raramente () Nunca	

Fonte: Elaboração própria (2016).³⁴

³⁴ Elaboração realizada a partir das respostas dos questionários da pesquisa.

Quadro 4 – Perfil do TILSP 2

Perfil do TILSP 2	
Idade: 23	
Formação de nível médio: ensino médio completo	
Formação profissional: -----	
Formação superior: Letras Vernáculas (em andamento)	
Especialização: -----	
Tempo de atuação como TILSP: quatro anos	
Tempo de atuação como TILSP no IFBA – <i>campus</i> de Salvador: um ano e seis meses	
Curso de formação para TILSP: (X) SIM () NÃO	Carga horária: 300h
Participação em eventos científicos que tratam do tema de TILSP: (X) SIM () NÃO	
Frequência de participação: () Muito (X) Razoável () Raramente () Nunca	
Leitura de conteúdos que tratam do tema de TILSP: (X) SIM () NÃO	
Tipo de leitura: () Artigo Científico () Dissertações e teses (X) Livros () Outros	
Frequência de leitura: () Muito (X) Razoável () Raramente () Nunca	

Fonte: Elaboração própria (2016).

Quadro 5 – Perfil do TILSP 3

Perfil do TILSP 3	
Idade: 32	
Formação de nível médio: ensino médio completo	
Formação profissional: Técnico em Radiologia	
Formação superior: Pedagogia (em andamento)	
Especialização: -----	
Tempo de atuação como TILSP: 15 anos	
Tempo de atuação como TILSP no IFBA – <i>campus</i> de Salvador: nove meses	
Curso de formação para TILSP: () SIM (X) NÃO	Carga horária: -----
Participação em eventos científicos que tratam do tema de TILSP: () SIM (X) NÃO	
Frequência de participação: () Muito () Razoável () Raramente () Nunca	
Leitura de conteúdos que tratam do tema de TILSP: (X) SIM () NÃO	
Tipo de leitura: () Artigo Científico () Dissertações e teses (X) Livros () Outros	
Frequência de leitura: () Muito (X) Razoável () Raramente () Nunca	

Fonte: Elaboração própria (2016).

Quadro 6 – Perfil do TILSP 4

Perfil do TILSP 4	
Idade: 21	
Formação de nível médio: ensino médio completo	
Formação profissional: Contabilidade	
Formação superior: Engenharia Civil (em andamento)	
Especialização: -----	
Tempo de atuação como TILSP: três anos	
Tempo de atuação como TILSP no IFBA – <i>campus</i> de Salvador: três anos	
Curso de formação para TILSP: (X) SIM () NÃO	Carga horária: 180h
Participação em eventos científicos que tratam do tema de TILSP: (X) SIM () NÃO	
Frequência de participação: () Muito () Razoável (X) Raramente () Nunca	
Leitura de conteúdos que tratam do tema de TILSP: (X) SIM () NÃO	
Tipo de leitura: () Artigo Científico () Dissertações e teses (X) Livros () Outros	
Frequência de leitura: (X) Muito () Razoável () Raramente () Nunca	

Fonte: Elaboração própria (2016).

Quadro 7 – Perfil do TILSP 5

Perfil do TILSP 5	
Idade: 32	
Formação de nível médio: ensino médio completo	
Formação profissional: -----	
Formação superior: Comunicação Social, Letras/ Libras e Teologia	
Especialização: Educação Especial Inclusiva	
Tempo de atuação como TILSP: 14 anos	
Tempo de atuação como TILSP no IFBA – <i>campus</i> de Salvador: cinco meses	
Curso de formação para TILSP: (X) SIM () NÃO	Carga horária: -----
Participação em eventos científicos que tratam do tema de TILSP: () SIM (X) NÃO	
Frequência de participação: () Muito () Razoável () Raramente () Nunca	
Leitura de conteúdos que tratam do tema de TILSP: (X) SIM () NÃO	
Tipo de leitura: (X) Artigo Científico () Dissertações e teses () Livros () Outros	
Frequência de leitura: () Muito () Razoável (X) Raramente () Nunca	

Fonte: Elaboração própria (2016).

Quadro 8 – Perfil do TILSP 6

Perfil do TILSP 6	
Idade: 35	
Formação de nível médio: ensino médio completo	
Formação profissional: -----	
Formação superior: Engenharia de Produção	
Especialização: Ensino de Libras	
Tempo de atuação como TILSP: 12 anos	
Tempo de atuação como TILSP no IFBA – <i>campus</i> de Salvador: um ano e cinco meses	
Curso de formação para TILSP: (X) SIM () NÃO	Carga horária: -----
Participação em eventos científicos que tratam do tema de TILSP: (X) SIM () NÃO	
Frequência de participação: () Muito () Razoável (X) Raramente () Nunca	
Leitura de conteúdos que tratam do tema de TILSP: (X) SIM () NÃO	
Tipo de leitura: (X) Artigo Científico (X) Dissertações e teses (X) Livros (X) Outros	
Frequência de leitura: (X) Muito () Razoável () Raramente () Nunca	

Fonte: Elaboração própria (2016).

Quadro 9 – Perfil do TILSP 7

Perfil do TILSP 7	
Idade: 32	
Formação de nível médio: ensino médio completo	
Formação profissional: -----	
Formação superior: Licenciatura em Letras/Libras	
Especialização: Docência e Tradução e Interpretação da Libras	
Tempo de atuação como TILSP: 12 anos	
Tempo de atuação como TILSP no IFBA – <i>campus</i> de Salvador: nove meses	
Curso de formação para TILSP: (X) SIM () NÃO	Carga horária: 120h
Participação em eventos científicos que tratam do tema de TILSP: (X) SIM () NÃO	
Frequência de participação: () Muito (X) Razoável () Raramente () Nunca	
Leitura de conteúdos que tratam do tema de TILSP: (X) SIM () NÃO	
Tipo de leitura: (X) Artigo Científico () Dissertações e teses (X) Livros () Outros	
Frequência de leitura: () Muito (X) Razoável () Raramente () Nunca	

Fonte: Elaboração própria (2016).

Quadro 10 – Perfil do TILSP 8

Perfil do TILSP 8	
Idade: 29	
Formação de nível médio: ensino médio completo	
Formação profissional: Técnico Administrativo	
Formação superior: Licenciatura em Letras/Libras (em andamento)	
Especialização: -----	
Tempo de atuação como TILSP: 11 anos	
Tempo de atuação como TILSP no IFBA – <i>campus</i> de Salvador: dois anos	
Curso de formação para TILSP: (X) SIM () NÃO	Carga horária: 180h
Participação em eventos científicos que tratam do tema de TILSP: (X) SIM () NÃO	
Frequência de participação: () Muito (X) Razoável () Raramente () Nunca	
Leitura de conteúdos que tratam do tema de TILSP: (X) SIM () NÃO	
Tipo de leitura: (X) Artigo Científico (X) Dissertações e teses (X) Livros () Outros	
Frequência de leitura: (X) Muito () Razoável () Raramente () Nunca	

Fonte: Elaboração própria (2016).

Quadro 11 – Perfil do TILSP 9

Perfil do TILSP 9	
Idade: 39	
Formação de nível médio: ensino médio completo	
Formação profissional: -----	
Formação superior: Letras (em andamento)	
Especialização: -----	
Tempo de atuação como TILSP: seis anos	
Tempo de atuação como TILSP no IFBA – <i>campus</i> de Salvador: 1 ano 11 meses	
Curso de formação para TILSP: () SIM (X) NÃO	Carga horária: -----
Participação em eventos científicos que tratam do tema de TILSP: (X) SIM () NÃO	
Frequência de participação: () Muito () Razoável (X) Raramente () Nunca	
Leitura de conteúdos que tratam do tema de TILSP: (X) SIM () NÃO	
Tipo de leitura: () Artigo Científico () Dissertações e teses () Livros (X) Outros: <i>WebSites</i>	
Frequência de leitura: () Muito (X) Razoável () Raramente () Nunca	

Fonte: Elaboração própria (2016).

Quadro 12 – Perfil do TILSP 10

Perfil do TILSP 10	
Idade: ---	
Formação de nível médio: ensino médio completo	
Formação profissional: Contabilidade	
Formação superior: -----	
Especialização: -----	
Tempo de atuação como TILSP: 15 anos	
Tempo de atuação como TILSP no IFBA – <i>campus</i> de Salvador: dois anos	
Curso de formação para TILSP: (X) SIM () NÃO	Carga horária: -----
Participação em eventos científicos que tratam do tema de TILSP: (X) SIM () NÃO	
Frequência de participação: (X) Muito () Razoável () Raramente () Nunca	
Leitura de conteúdos que tratam do tema de TILSP: (X) SIM () NÃO	
Tipo de leitura: () Artigo Científico () Dissertações e teses (X) Livros () Outros	
Frequência de leitura: () Muito (X) Razoável () Raramente () Nunca	

Fonte: Elaboração própria (2016).

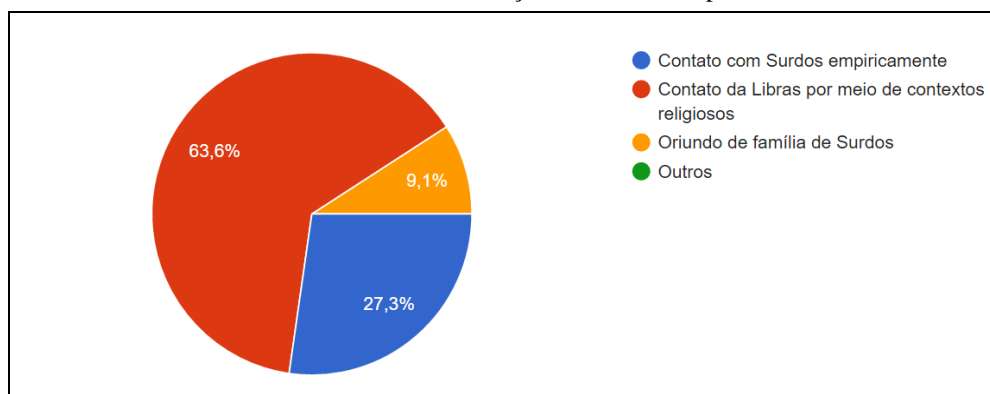
Quadro 13 – Perfil do TILSP 11

Perfil do TILSP 11	
Idade: 34	
Formação de nível médio: ensino médio completo	
Formação profissional: -----	
Formação superior: Pedagogia	
Especialização: Libras	
Tempo de atuação como TILSP: 15 anos	
Tempo de atuação como TILSP no IFBA – <i>campus</i> de Salvador: três anos	
Curso de formação para TILSP: (X) SIM () NÃO	Carga horária: 180h
Participação em eventos científicos que tratam do tema de TILSP: (X) SIM () NÃO	
Frequência de participação: () Muito (X) Razoável () Raramente () Nunca	
Leitura de conteúdos que tratam do tema de TILSP: (X) SIM () NÃO	
Tipo de leitura: () Artigo Científico (X) Dissertações e teses (X) Livros () Outros	
Frequência de leitura: () Muito (X) Razoável () Raramente () Nunca	

Fonte: Elaboração própria (2016).

Em âmbito geral, quando questionados sobre o que motivou a escolher a profissão de TILSP, das 11 respostas, 7 responderem contato da Libras por meio de contextos religiosos, representando 63,6% das respostas; 3 responderam contato com Surdos de forma empírica, representando 27,3%; e apenas 1 respondeu oriundo de família de Surdos, representando 9,1% das respostas.

Gráfico 5 – Motivação na escolha da profissão



Fonte: Elaboração própria (2016).

Essas respostas reafirmam um fato já documentado na literatura: a maioria dos TILSP iniciaram suas atividades de forma voluntária no âmbito religioso (QUADROS, 2004; SANTOS, 2013; ROSA, 2008; PEREIRA, 2010). Isso mostra a necessidade de formação acadêmica para esses sujeitos a fim de capacitá-los para a sua atuação profissional, como também evitar problemas de ordem ética (Quadros, 2004). Após apresentarmos o perfil dos sujeitos, descreveremos a seguir os procedimentos adotados na coleta de dados.

4.3 A COLETA DE DADOS

Como proposta para coleta de dados, inicialmente, pensamos em utilizar os seguintes instrumentos: aplicação de questionário, observação e registros por meio de vídeo.

Entretanto, por se tratar de pesquisa que envolve seres humanos, conforme as Normas e Diretrizes Regulamentadoras da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos – Resolução CNS 196/96, antes do início da coleta de dados, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFBA. Todavia, devido ao trâmite desde a submissão, o atraso por conta da greve em âmbito nacional que perdurou por três meses, além das idas e vindas de solicitações e de envio de documentação para o CEP, a aprovação só veio a ocorrer no dia 22 de janeiro de 2016 (Vide Parecer no Anexo A).

Após rever o cronograma da pesquisa, a coleta de dados foi estabelecida no período de 15 de fevereiro de 2016 a 15 de abril de 2016. Para tanto, foi solicitada uma reunião junto à Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (CAPNE) do IFBA – *campus* de Salvador, setor onde ficam alocados os TILSP, a fim de explicar a pesquisa e pedir a colaboração dos profissionais para a coleta de dados. Após duas semanas de espera, a reunião foi agendada para o dia 25 de fevereiro de 2016. Na oportunidade, apresentei a pesquisa aos presentes e distribuí o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, como também, o Termo de Autorização de Uso de Imagem e/ou Depoimentos. Contudo, devido ao curto tempo, deixei-os na mão dos profissionais para que lessem com calma e tranquilidade nas suas casas e, após estarem de acordo, os devolvessem devidamente assinados à coordenação da CAPNE, para, assim, eu iniciar a aplicação dos questionários.

Contudo, após duas semanas, fui informado pela coordenação da CAPNE que apenas dois sujeitos tinham entregado os termos, e um deles em branco. Dessa forma, depois de conversar pessoalmente com os TILSP, fui informado que os profissionais estavam receosos com as filmagens de sua atuação em sala de aula e, por esse motivo, não estavam dispostos a participar da pesquisa. Em vista disso, diante de tal empecilho, tivemos que descartar a coleta de dados por meio das filmagens e realizar a coleta de dados somente por observação, sem o registro em vídeo.

Após conversar novamente com cada um pessoalmente e explicar que não mais realizaria a gravação em vídeo de sua atuação e que faria somente observação com anotações, os profissionais que ainda estavam receosos, decidiram assinar os termos e dessa forma participar da pesquisa. O questionário foi aplicado com os TILSP que atuavam nos cursos integrados (7 TILSP) subsequentes (2 TILSP), plantonistas (2 TILSP), totalizando 11 sujeitos. Alguns decidiram levar o documento para as suas casas e devolvê-lo em um outro momento oportuno, por ser um questionário até certo ponto extenso, possuindo 34 questões abertas e fechadas, propiciando uma maior liberdade para expressão.

Ressaltamos que, como informado anteriormente, o serviço de TILSP no IFBA – *campus* de Salvador acontece de forma individualizada, ou seja, para cada curso com estudante Surdo matriculado, há um TILSP. Então, a fim de preservar a identidade dos sujeitos desta pesquisa, não divulgaremos o nome dos cursos onde cada profissional atua. A seguir será apresentada como ocorreram as sessões de observação.

4.4 SESSÕES DE OBSERVAÇÃO

Após a aplicação do questionário, foram realizadas observações em sala de aula durante a atuação dos sujeitos na sua atividade tradutória em disciplinas técnicas. Para tanto, foi identificado com os sujeitos quais eram as disciplinas técnicas, dias e horários, a fim de realizar as observações.

As observações foram realizadas em duas aulas, cada uma com duração de 50 minutos. Durante a observação, foram realizadas anotações sobre a atuação dos TILSP e as estratégias utilizadas para termos técnicos durante a interpretação simultânea.

Entretanto, com a finalização do ano letivo em abril de 2016, não foi possível realizar observação com todos os sujeitos, uma vez que, no início do referido mês, já não aconteciam aulas devido à aplicação sistemática de avaliações. Dessa forma, foi possível observar a atuação em sala de aula de 5 TILSP nas disciplinas de cursos integrados, 1 TILSP no curso subsequentes, e 2 TILSP plantonistas, totalizando 7 dos 11 sujeitos que responderam o questionário, que foram transcritos e tabulados conforme descrito na próxima seção.

4.5 A TRANSCRIÇÃO E TABULAÇÃO DOS DADOS

A fim de sistematizar as respostas que obtivemos dos sujeitos que responderam ao questionário e facilitar a tabulação dos dados, utilizamos a ferramenta do Google Forms³⁵ para elaboração do nosso questionário eletrônico. Os formulários do Google possibilitam criar um questionário e obter as respostas às pesquisas coletadas de forma organizada e automática, com tabelas e gráficos.

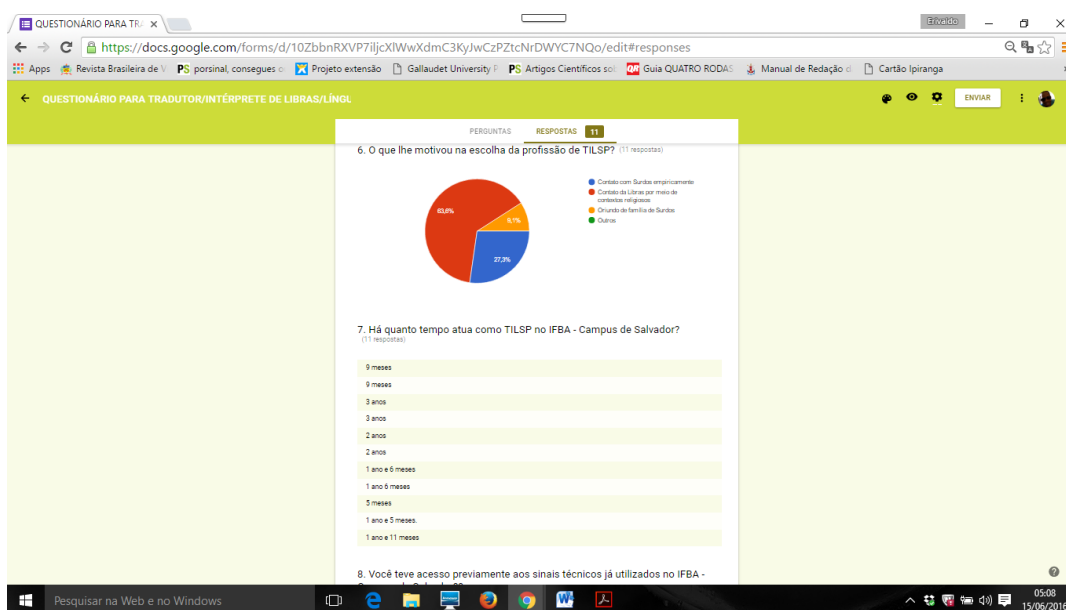
³⁵ Para maiores informações acesse: <<https://www.docs.google.com>>.

Figura 16 – Questionário para TILSP no Google Forms

Fonte: Elaboração própria (2016).

Dessa maneira, após criarmos o formulário no Google Forms, conforme Figura 17, lançamos todas as respostas no questionário eletrônico para que, a partir das respostas lançadas, o sistema as organizasse em tabelas e gráficos estatísticos, facilitando consideravelmente o trabalho de sistematização, tabulação e interpretação de dados, conforme Figura 18.

Figura 17 – Sistematização das respostas a partir do Google Forms



Fonte: Elaboração própria (2016).

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

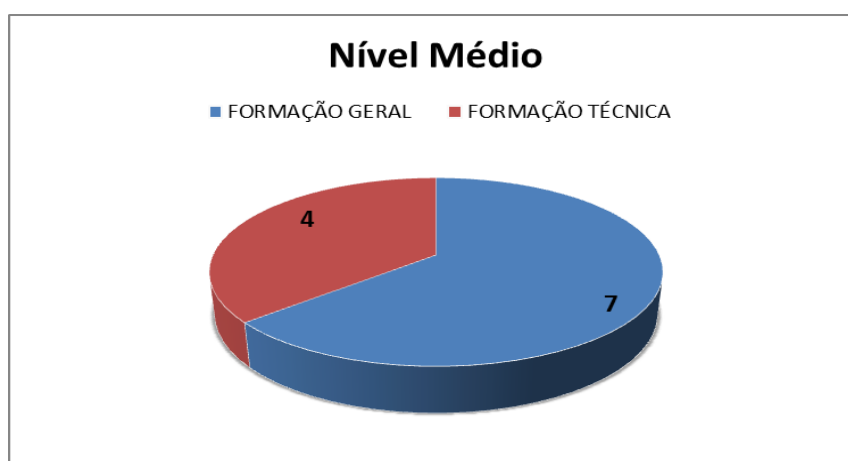
Baseando-se nas análises dos questionários respondidos pelos 11 TILSP e da observação da atuação de 7 destes durante a interpretação simultânea de aulas de disciplinas técnicas dos cursos técnicos do IFBA – *campus* de Salvador, passamos à análise e discussão dos dados obtidos para este estudo de caso. Vale ressaltar que a observação em sala ocorreu sem nenhuma interferência na rotina da sala, pois tivemos como objetivo identificar realmente a realidade destes profissionais em sala de aula.

A análise baseia-se nas discussões das modalidades de tradução e nas discussões sobre a criação de sinais-termos, já apresentados anteriormente nos pressupostos teóricos. Dessa forma, elencamos três seções para melhor discussão, a primeira trata da atuação e dificuldades do TILSP na sua atividade profissional, a segunda trata das estratégias de tradução durante a interpretação simultânea de termos técnicos em sala de aula e a terceira trata sobre a criação de sinais-termo.

5.1 SOBRE ATUAÇÃO E DIFICULDADES

Intermediar a comunicação entre Surdos e não usuários da Libras no contexto educacional é uma grande responsabilidade. O TILSP precisa estar atento concernente à compreensão e a participação dos estudantes, além do conhecimento necessário do que e como fazer durante a sua atuação, exigindo deste profissional formação. Quanto à formação dos sujeitos da pesquisa, temos os seguintes dados:

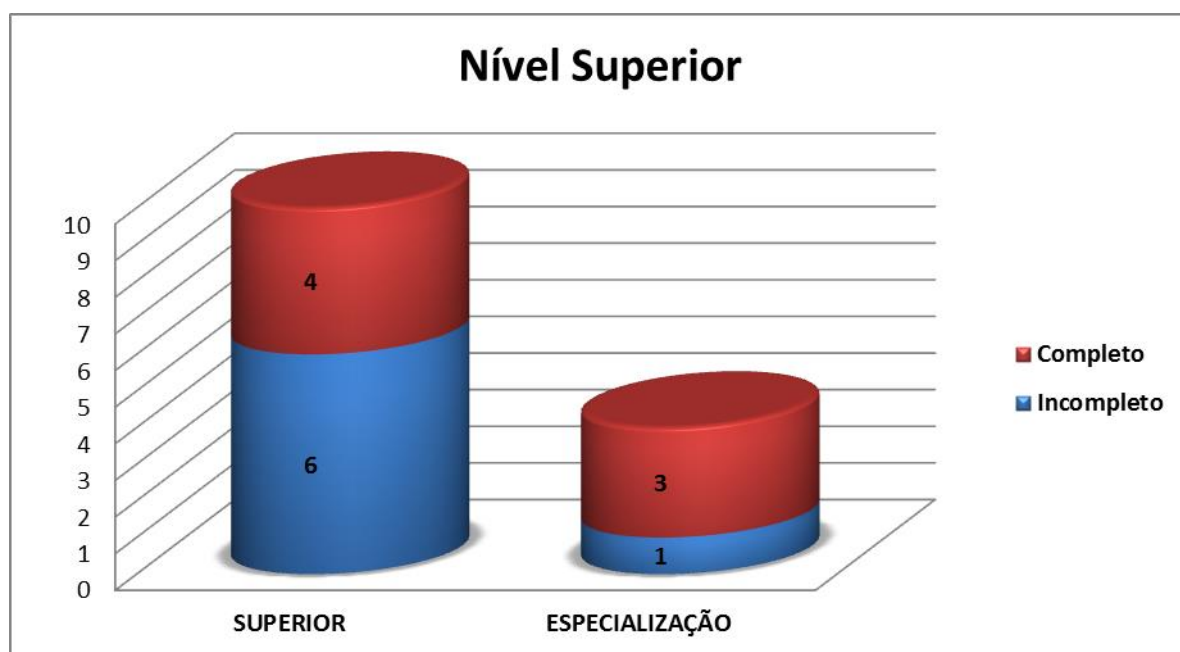
Gráfico 6 – Formação de nível médio



Fonte: Elaboração própria (2016).

Percebemos, no gráfico acima, que todos os sujeitos possuem formação geral de nível médio completo. Destes, quatro possuem formação profissional diversificada, a saber: Radiologia, Contabilidade e Administração. Quanto à formação de nível superior, o gráfico abaixo apresenta o seguinte:

Gráfico 7 – Formação de nível superior



Fonte: Elaboração própria (2016).

Dos sujeitos pesquisados, quatro possuem formação de nível superior completa e seis estão cursando ou possuem curso incompleto. Dos que possuem formação superior, três possuem especialização completa e apenas um, incompleta. Entretanto, nenhum dos pesquisados possuem mestrado ou doutorado. Vale ressaltar ainda que apenas um sujeito não possui formação de nível superior, nem mesmo incompleto, entretanto possui formação profissional em Contabilidade. As áreas de formação de nível superior completo relatadas foram: um sujeito possui formação em Comunicação Social, Licenciatura em Letras/Libras e em Teologia; um em Engenharia de Produção; um em Letras/Libras; e um em Pedagogia. Quanto ao superior incompleto: dois sujeitos em Pedagogia; dois sujeitos em Letras; um sujeito em Engenharia Civil; e um em Licenciatura em Letras/Libras.

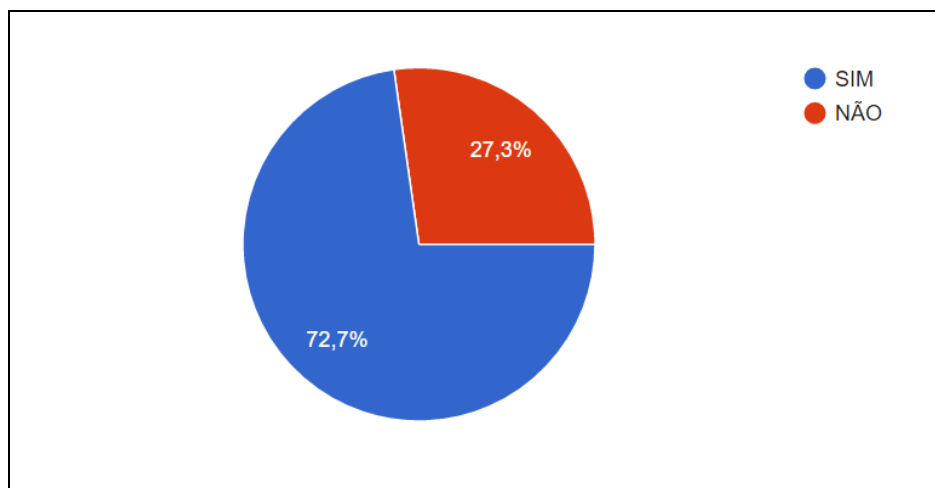
No que diz respeito à pós-graduação *lato sensu*, três sujeitos concluíram especialização nas seguintes áreas: um em Educação Especial/Inclusiva, um em Ensino de Libras, e outro em Libras. Entretanto, um sujeito possui especialização incompleta em Docência e Tradução e interpretação de Libras. Percebemos que os cursos concluídos de

especialização, apesar de diversificados, não têm relação com a formação e, consequente, atuação profissional.

Dos sujeitos que possuem a formação de nível superior na área de Libras, apenas dois possuem formação em licenciatura em Letras/Libras e um incompleto. Dos que possuem, um possui especialização, incompleta, em tradução e interpretação de Libras e dois sujeitos – um em Libras e outro no Ensino de Libras. Ressaltamos que a formação específica na área contribui com a atuação profissional para que o profissional esteja preparado a refletir sobre como desenvolver sua prática e sobre as implicações da sua atuação.

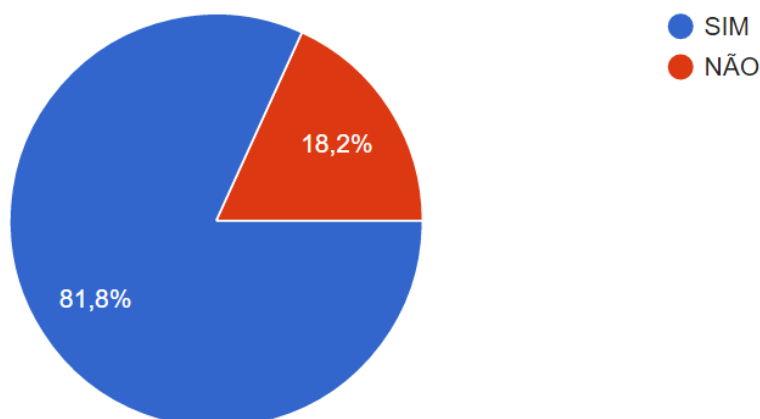
Ainda falando sobre a formação, a maioria (72,7%) informou que já participou de cursos de formação em TILSP. Os cursos possuem carga horária variada: 120, 180 e 300 horas. Não temos informações sobre o tipo de curso que os profissionais frequentaram. Entretanto, a participação em cursos de formação é um dos pontos chaves para a implementação dos serviços de tradução e interpretação com qualidade, pois os profissionais terão conhecimento sobre as concepções da atividade de tradução e interpretação (SANTOS, 2015).

Gráfico 8 – Participação em curso de formação para TILSP



Fonte: Elaboração própria (2016).

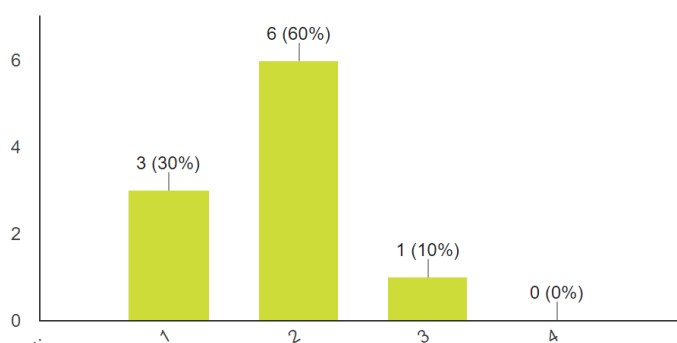
Questionados sobre a importância da formação, 100% dos sujeitos responderam que o curso de formação ajudaria na sua prática profissional. Entretanto, diante da incipiente oferta de cursos de formação, a participação em eventos e leitura de material científico também são formas de adquirir conhecimento formativo. Ao serem questionados sobre a participação e a frequência em eventos científicos que tratam da temática de TILSP, obtivemos o seguinte resultado:

Gráfico 9 – Participação em eventos científicos sobre a temática TILSP

Fonte: Elaboração própria (2016).

Percebemos que a maioria declara participação (81,8%) em eventos científicos. Entretanto, quanto à frequência, cinco afirmaram que participam com uma frequência razoável (55,6%), e três raramente (33,3%). Percebemos, pela grande maioria, o interesse pela atualização e crescimento profissional. Pois, a participação em eventos científicos possibilita a interação entre os profissionais da área e favorece o acesso a novas informações.

Entretanto, nem sempre é possível a participação em eventos científicos relacionados ao tema de TILPS, principalmente pela escassez de discussão em nosso estado. Questionamos aos sujeitos o acesso ao conhecimento mediante a leitura de material científico que possa contribuir com a sua formação profissional. Como resultado, 100% afirmaram que leem material científico relacionado ao tema de TILSP, sendo que 81,8% relatam ler livros, seguidos de outras publicações, como artigos científicos, dissertações, teses e também conteúdos em *websites*. Quanto à frequência, 60% afirmaram que leem com frequência razoável, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 10 – Grau de frequência de leitura de material científico

Fonte: Elaboração própria (2016).

Legenda: 1 (Muito frequentemente); 2 (Com frequência razoável); 3 (Raramente); e 4 (Nunca)

Os dados acima demonstram o interesse e a necessidade de formação para esses profissionais diante de sua tamanha responsabilidade no ambiente educacional, uma vez que a grande maioria (63,6%) teve como motivação para a escolha da profissão o contato através do ambiente religioso, além do que percebemos que não existe relação da formação profissional com a área do curso que atuam. Segundo Lacerda (2009, p. 32), a formação para TILSP precisa “ser posta em diálogo”. A autora destaca que:

No caso da Libras, está implicada uma língua viso-gestual; e, nas línguas orais, apenas línguas com canais de expressão/apreensão semelhantes, todavia a diferença entre as materialidades das línguas não anula as semelhanças dos processos linguísticos, sociais, culturais e históricos implicados nas práticas de tradução/interpretação. A prática de construção de sentidos, o trabalho com a linguagem nas diferentes línguas em jogo é o mesmo.

Essa afirmativa está em consonância com a afirmação de Quadros (2004, p. 28), no sentido de que:

Além do domínio das línguas envolvidas no processo de tradução e interpretação, o profissional precisa ter qualificação específica para atuar como tal. Isso significa ter domínio dos processos, dos modelos, das estratégias e técnicas de tradução e interpretação. O profissional intérprete também deve ter formação específica na área de sua atuação (por exemplo, a área da educação).

Dessa forma, percebemos a seriedade e importância da formação do TILSP, pois será a partir da mediação desse profissional que os estudantes Surdos inseridos nas salas de aulas de classes regulares terão acesso aos conteúdos curriculares. Sem um profissional qualificado, torna-se mais difícil o acesso à informação e comunicação, e conseqüentemente, o desenvolvimento acadêmico.

Ressaltamos que o sucesso acadêmico do estudante Surdo não depende apenas do TILSP. Toda a equipe educacional precisa conhecer a singularidade linguística do estudante, e assim políticas linguísticas e inclusivas para o seu sucesso acadêmico. Todavia, o profissional TILSP, muitas vezes, depara-se com algumas dificuldades para sua atuação. Quanto às dificuldades encontradas para sua atuação, 73% dos sujeitos relataram³⁶ as dificuldades:

TILSP 2: “Na disciplina de transmissão o conteúdo é abstrato e por isso precisa de um esforço maior para passar a informação correta.”

TILSP 3: “A dificuldade é natural, por ser um área de conteúdos desconhecidos para o intérprete.”

TILSP 4: “Com aulas de pré LAB, pois existe muitos termos técnicos desconhecidos por mim.”

TILSP 5: “Gostaria de ter contato prévio com os professores e a coordenação do curso.”

³⁶ Todos os relatos no presente trabalho estão sendo apresentados respeitando a forma como foram escritos por seus autores nos questionários.

TILSP 6: “*A falta de convencionamento [sic.] de sinais específicos.*”

TILSP 7: “*A falta de sinais técnicos da área.*”

TILSP 10: “*O não acesso ao conteúdo das aulas.*”

TILSP 11: “*Conceitos, funcionamentos de máquina e sistema, por exemplo.*”

Percebemos, pelos relatos acima, que a maior dificuldade descrita pelos sujeitos é o desconhecimento do conteúdo, seguida da falta de acesso e da falta de sinais-termo. Além da falta de acesso ao conteúdo com brevidade, 63,6% dos profissionais afirmaram que não dispõem de recursos para o desenvolvimento das atividades. Dentre os materiais que gostariam que fossem disponibilizados, as respostas foram as seguintes:

TILSP 1: “*Computadores suficientes para pesquisas e internet de qualidade.*”

TILSP 4: “*Jaleco apropriado para o laboratório, cadeira sem braço na sala de aula.*”

TILSP 5: “*Cadeira apropriada, intervalo de 20 min. planejamento dos eventos com presença de 3 intérpretes.*”

TILSP 6: “*Alinhamento entre professores e TILSP para que haja harmonia e sincronismo no trabalho com os alunos surdos.*”

TILSP 7: “*Sala adaptada para a demanda dos alunos surdos e sala de convivência para os intérpretes.*”

TILSP 8: “*Curso de formação de interprete (capacitação), impressora (impressão de materiais disponibilizados pelo professor).*”

TILSP 9: “*Os materiais utilizados na aula que deveria ser disponibilizado antecipadamente como: apostilas, textos e vídeos.*”

TILSP 10: “*Material antecipado como textos, vídeos, filmes.*”

TILSP 11: “*Plano de aula e/ou material que os professores vão utilizar com antecedência.*”

Diante dos dados e respostas dos sujeitos, as dificuldades perpassam por questões operacionais para a sua atuação, como questões ergonômicas, como por exemplo, cadeiras sem braço e o revezamento de 20 minutos, e formação. Durante a observação, em sala de aula, percebemos que os TILSP atuam sozinhos na interpretação simultânea durante horas, muitas vezes sem intervalo entre uma aula e outra.

Segundo Santiago, Oliveira e Rosa (2010), a atividade laboral dos TISLP pode prejudicar a saúde desse profissional diante dos movimentos repetitivos, os Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT), especialmente distúrbios nos membros superiores. Além disso, diante da atenção, concentração e pressão imposta que o TILSP sofre o tempo todo, pode favorecer as Lesões por Esforço Repetitivo (LER). Diante das condições de trabalho dos TILSP no Instituto, é indispensável reflexão sobre a atuação intermitente deste profissional e as condições de trabalho, pois “a falta de descanso, intervalo entre uma e

outra interpretação, prejudica, não só o corpo do intérprete bem como a qualidade da interpretação” (SANTIAGO; OLIVEIRA; ROSA, 2010, p. 6).

Segundo Gile (2015), a sobrecarga e demanda exaustiva de atuação implica diretamente na qualidade da interpretação diante da carga cognitiva sofrida pelos intérpretes durante a interpretação simultânea. A qualidade da interpretação foi discutida durante o I Fórum dos Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais das Instituições Federais de Ensino³⁷, que teve como objetivo debater, traçar ações e deliberações sobre a atuação dos profissionais na rede federal e as condições de trabalho. No final do evento, foi elaborada uma declaração, que no quesito 2.1, que trata sobre a Carga Horária, Revezamento e Trabalho em Equipe, baseado nas discussões de Gile (1995; 2014), de Gabrian e Williams (2009), como também norma regulamentadora NR 17, do Ministério do Trabalho, que trata sobre ergonomia do trabalhador, o documento declara o seguinte:

[...] ações como interpretação em duplas, revezamento e apoio, tem encontrado obstáculos ao serem implementadas nas instituições federais. Alguns desses entraves centram-se nas argumentações dos gestores públicos sobre a falta de leis e respaldo legal para a implementação dessas ações. Neste sentido, o presente eixo tratou sobre as formas de atuação profissional referentes à carga horária (atividades e estudo), ao revezamento e ao apoio com vistas ao encaminhamento de sugestões concretas para melhorar as características e as condições de trabalho exercidas por Tradutores e Intérpretes de Libras- Língua Portuguesa nas instituições federais de ensino. Diante disto, o I Fórum dos Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais das Instituições Federais de Ensino, recomenda:

I) que deve ser garantido o trabalho em equipe, assegurando o revezamento, entendendo que: • quando for interpretação simultânea de até 30 min: 1 profissional TILSP; • quando for interpretação simultânea com mais de 30min: 2 profissionais TILSP; • quando for sala de aula sempre em dupla até 4h com intervalo; • quando for interpretação simultânea em outras situações com mais de 3h: a atuação sempre deve ser em equipe.

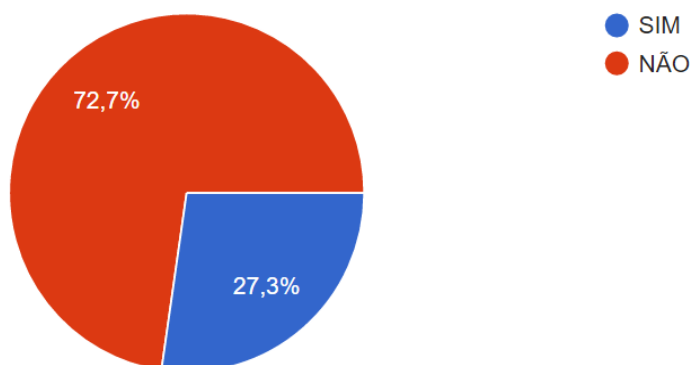
II) que esteja previsto na carga horária de trabalho a preparação/ estudo, para a tradução e interpretação e a participação do servidor em grupos de pesquisa e extensão. Devendo ser definida pela equipe/coordenadoria /Seção de TILSP, sempre avaliando a necessidade de acordo com a demanda de interpretação /tradução, garantindo o mínimo de 20% da carga horária para preparo e estudo. (DECLARAÇÃO DO I FÓRUM DOS TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LÍNGUA DE SINAIS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO, 2014, p. 5,6).

Percebemos que as questões operacionais interferem diretamente na atuação dos TILSP, que, conseqüentemente, vão implicar positivamente ou não na qualidade da interpretação e, conseqüentemente, na compreensão e construção do conhecimento dos estudantes Surdos. Dessa forma, é preciso que o IFBA – *campus* de Salvador crie mecanismos para favorecer um ambiente de trabalho melhor e conseqüentemente favorecer uma melhor qualidade no serviço de interpretação.

³⁷ O Fórum ocorreu em 2014 na UFSC, com abrangência nacional, contando com a participação de 115 representantes de 55 instituições federais de ensino superior de todas as regiões do Brasil.

As dificuldades enfrentadas ao se depararem com um conteúdo desconhecido, é um reflexo tanto do não acesso prévio ao conteúdo, como também da formação do profissional. Quando questionados sobre aos TILSP sobre a sua formação e a relação com o curso que atuavam, obtivemos o seguinte dado:

Gráfico 11 – Relação entre a formação do profissional e o curso que atua



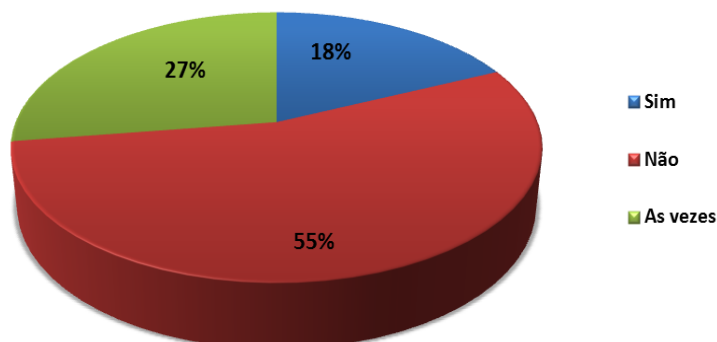
Fonte: Elaboração própria (2016).

O TILSP tem uma grande responsabilidade no âmbito educacional, pois este intermediará o processo de ensino-aprendizagem entre professor e estudante Surdo. Entretanto, como apresentado anteriormente, no Gráfico 11, sete profissionais não possuem formação específica na área de atuação e, conseqüentemente, desconhecem as diversas áreas do conhecimento. “A formação na mesma área a ser interpretada poderia proporcionar ao intérprete melhores condições para compreensão do discurso a ser interpretado ou ao mesmo e criar estratégias para interpretação” (ALBRES, 2015 p. 80).

Por não existir um programa governamental de formação para esses profissionais, conforme afirma Lacerda (2009), é de suma importância que estes tenham acesso prévio aos conteúdos a serem ministrados. Ressaltamos que a não formação na área de atuação não é um fator condicionante para a realização da interpretação, pois, como já dito anteriormente, “um tradutor/intérprete pode não ter competência referencial no universo da medicina, por exemplo, mas pode aprender a buscar esse conhecimento por meio de estratégias específicas” (VASCONCELLOS; BARTHOLAMEI, 2008, p. 16), desde que o profissional tenha acesso ao conteúdo com brevidade.

Diante da falta de formação da área e do conhecimento prévio ao conteúdo, quando questionados se, durante a interpretação simultânea, era possível passar um conceito de termo técnico desconhecido, tivemos as seguintes informações retratadas no Gráfico 12:

Gráfico 12 – Opinião dos profissionais se durante a interpretação simultânea era possível passar um conceito de termo técnico desconhecido



Fonte: Elaboração própria (2016).

Quanto às justificativas pela resposta, obtivemos o seguinte:

TILSP 1: “Depende se o próprio professor explica o conceito no meio da aula ou se da a aula vagarosamente.”

TILSP 2: “Tem vezes em que o professor explica o conceito na hora da aula. Quando não explica é necessário tirar as dúvidas com o professor em outro momento.”

TILSP 4: “Durante a interpretação fica difícil, pois enquanto eu paro para explicar a palavra que eu não entendi, o professor já está bem adiantado na aula.”

TILSP 6: “É preciso que o intérprete tenha clareza no conceito do termo e só depois de estar seguro de seu significado passar para o aluno.”

TILSP 7: “Isso só é possível quando o professor dar o conceito ou quando o aluno pergunta o que é e como é aplicado.”

TILSP 8: “Utilizo de recursos (classificadores) para o aluno e isso quando entendo o conceito de cara, se não em outro momento.”

TILSP 9: “Não porque é impossível explicar o conceito de algo que não conhecemos mas em alguns casos os professores explicam o conceito e mostram o objeto ou material.”

TILSP 10: “Como não tenho conhecimento prévio seria impossível explicar o conceito no momento da aula, faço isso em um momento conveniente.”

TILSP 11: “É impossível passar algo que eu não sei o conceito. Procuro estudar, ampliar o meu vocabulário nas duas línguas (português/LIBRAS).”

Diante das dificuldades enfrentadas, seis profissionais afirmaram que não é possível, durante a interpretação simultânea, passar um conceito de um termo desconhecido, três afirmaram que, às vezes, e apenas dois afirmaram que sim. O desconhecimento do conteúdo novamente implica diretamente no processo tradutório e conseqüentemente na construção de conceitos e conhecimento por parte dos estudantes Surdos. Essa dificuldade poderia ser minimizada com o acesso prévio aos conteúdos a serem ministrados. Para mostrar de maneira

prática a importância do conhecimento prévio ao conteúdo, relatamos, abaixo, uma situação que ocorreu durante a observação da interpretação simultânea em sala de aula de uma disciplina técnica.

Ao chegar à sala de aula, o profissional TILSP sentou-se de frente para o estudante Surdo, ficando, entretanto, de costas para o quadro. O docente da disciplina iniciou a sua aula, escrevendo no quadro, e informou que, naquele dia, os estudantes aprenderiam um pouco sobre um dispositivo utilizado numa tubulação industrial: “purgador”³⁸. Durante a interpretação simultânea, ao ouvir o termo “purgador”, por não haver um sinal específico, o profissional utilizou o alfabeto manual e soletrou o termo P-U-R-G-A-D-O-R, conforme abaixo:



O docente, após definir o dispositivo, explanou que o equipamento era utilizado em canos e equipamentos contendo gases e vapores, com o objetivo de expulsar líquido condensado do sistema. Nesse momento, o TILSP 7 utilizou um CL para representar a ação do dispositivo, conforme imagem abaixo:

Figura 18 – Classificador utilizado para “purgador”

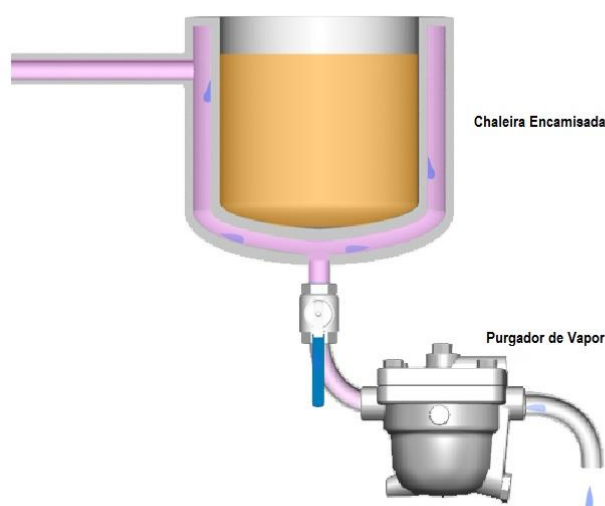


Fonte: Elaboração própria (2016).

³⁸ Segundo o Portal CIMM, “PURGADOR” é um “dispositivo que elimina líquido acumulado por condensação, de canos e equipamentos contendo gases ou vapores”. Fonte: <<http://www.cimm.com.br/porta/verbetes/exibir/474-purgador>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

Para exemplificar a aplicação e função do “purgador”, o docente desenhou no quadro branco, à mão livre, uma representação de um sistema de ar comprimido e mostrou possíveis locais onde o purgador poderia ser instalado. Informou ainda que o dispositivo deve ser instalado em pontos baixos do sistema, pois haverá acúmulo de ar condensado e, conseqüentemente, o mesmo será eliminado do sistema pelo equipamento. Para ilustrar a aplicação do dispositivo num sistema, apresentamos, na Figura 19, um tipo de purgador instalado numa chaleira encamisada:

Figura 19 – Purgador de vapor instalado numa chaleira encamisada



Fonte: TLV CO., LTD.

(<http://www.tlv.com/global/BR/steam-theory/what-is-a-steam-trap.html>)

Na explanação do docente, é possível perceber que a eliminação do líquido condensado acontece de cima para baixo, uma vez que o “purgador” fica instalado no ponto mais baixo para que haja a purga do líquido. Entretanto, a direcionalidade do CL usado pelo TILSP, durante a interpretação simultânea, não passa claramente essa informação. Vale ressaltar que, em nenhum momento, o docente mostrou um exemplar do dispositivo ao vivo ou utilizou recursos visuais com a imagem do objeto e/ou o seu funcionamento, não contribuindo, assim, com a atuação do TILSP.

A situação acima mostra que o acesso prévio ao conteúdo “é imprescindível para que ocorra a produção de uma interpretação sem ruídos, lacunas ou interrupções, fenômenos que podem acontecer durante a atuação do TILSP, diante de conteúdos específicos das diferentes áreas do conhecimento” (MARCON, 2012, p. 224). Por isso, cabe à instituição garantir, a

esses profissionais, o acesso antecipado ao conteúdo a ser ministrado. O acesso prévio permitirá aos profissionais todo o conhecimento necessário e o vocabulário específico adquirido antes do ato tradutório (PAGURA, 2003). Isso favorecerá uma boa atuação durante a sua prática profissional e, conseqüentemente, o acesso e desenvolvimento do conhecimento pelo estudante Surdo. Entretanto, apesar dos TILSP não estarem eximidos da responsabilidade de pesquisar, organizar e planejar a atividade tradutória, a demanda exige muito da sua atuação, não disponibilizando tempo para tal, além de infraestrutura apropriada para a sua atuação, como já falado anteriormente.

Além da falta de conhecimento prévio relatado pelos sujeitos, ao questionarmos mais especificamente sobre quais as dificuldades frente às disciplinas técnicas: 73% afirmaram que a falta de sinais-termo é um complicador para a sua atuação profissional, conforme os relatos abaixo:

TILSP 1: *“Não se tem os sinais técnicos.”*

TILSP 2: *“Como são matérias que abrangem efeitos invisíveis a olho nu e abstratos, é preciso ter estratégias para torna-las visuais.”*

TILSP 4: *“Sinais específicos não tinha e falta de conhecimento do conteúdo.”*

TILSP 6: *“Falta de sinais padronizados.”*

TILSP 7: *“A falta de sinais técnicos da área.”*

TILSP 8: *“Ausência de sinais específicos, ou o desconhecimento deles.”*

TILSP 10: *“Adaptação dos termos técnicos para LIBRAS.”*

TILSP 11: *“Sinais específicos da área, antes de tudo, o conhecimento prévio do que o cursos é e o que poderá oferecer para o estudante.”*

Percebemos, pelas declarações acima, que há uma grande preocupação com a falta de sinais-termo. Isso é justificável pelo fato de que, para realizar uma tradução, é imprescindível o domínio dos idiomas envolvidos, e, se tratando de uma tradução técnica, domínio da terminologia da área do conteúdo a ser traduzido. Entretanto, segundo Albres e Neves (2012, p. 1), ocorre que “[...] a Libras sofre o fenômeno de ampliação de seu léxico pela necessidade de aplicação da mesma na educação, sendo a Libras língua de mediação para a aprendizagem”.

A falta de sinais-termo pode ser um complicador no processo de tradução, principalmente na interpretação simultânea. Esses sinais-termo, quando disponíveis, facilitam o trabalho do TILSP durante a interpretação simultânea. Contudo, a falta de sinais-termo não deve ser fator condicionante para que ocorra a tradução da informação para a Libras, uma vez que não traduzimos palavras isoladas e há estratégias que podem ser utilizadas durante o processo tradutório. Entretanto, para que isso aconteça, é imprescindível acesso prévio ao

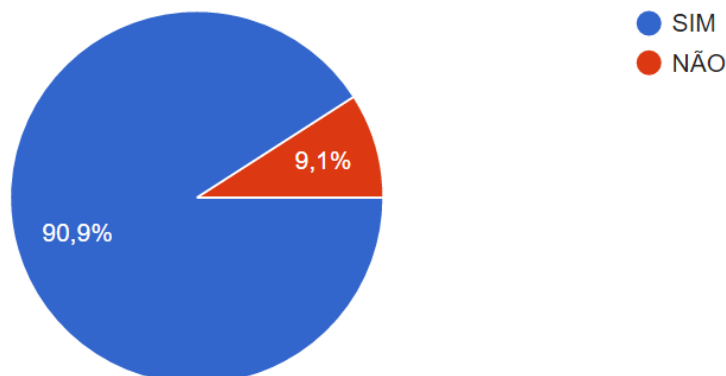
conteúdo. Mas, para isso, é fundamental que haja um trabalho de implementação dos serviços de tradução e interpretação. Logo, passaremos a descrever, a partir das respostas e observações em sala de aula, as estratégias que os profissionais utilizam ao se deparar com termos técnicos desconhecidos durante a tradução.

5.2 SOBRE AS ESTRATÉGIAS DE TRADUÇÃO

Antes de tudo, reconhecemos que a análise das modalidades da tradução durante a interpretação simultânea das aulas foi prejudicada por falta de registro fílmico. Por ser uma língua de modalidade visual-espacial, uma forma de registro seria por vídeo. O registro em vídeo daria a possibilidade de utilizar programas para análise, como o ELAN, por exemplo, utilizado por vários pesquisadores – que possibilitam a transcrição, de uma maneira mais precisa, das estratégias empregadas. Devido à impossibilidade de registro por conta da insegurança dos sujeitos entrevistados de terem sua prática interpretativo-tradutória registrada, analisamos as estratégias de tradução durante a interpretação de termos técnicos da língua portuguesa para Libras, tendo como base as respostas dos questionários e as observações realizadas em sala de aula durante a prática tradutória dos profissionais.

Como já discutido anteriormente, um problema de tradução é quando um tradutor/intérprete se depara com uma situação de difícil solução no processo tradutório (VASCONCELLOS; BARTHOLAMEI JR., 2008). Entretanto, faz-se necessário, conforme Bassnett (2005, *apud* NICOLOSO, 2010), um estudo sistemático dos problemas durante o processo tradutório, a fim de trazer a experiência prática à discussão teórica. É isso que tentaremos descrever agora, ao relatar as soluções tradutórias que os TILSP utilizam durante a interpretação simultânea nas aulas das disciplinas técnicas do IFBA – *campus* de Salvador.

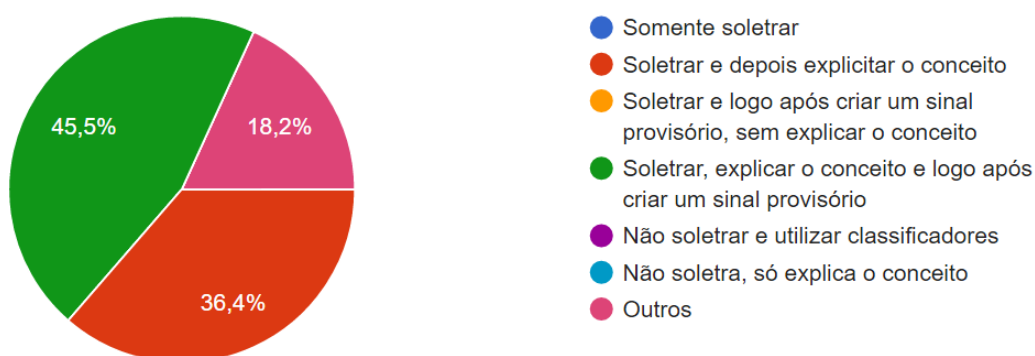
Ao realizar a tradução, os TILSP, nem sempre de forma consciente, utilizam estratégias de tradução. Entretanto, considerando que um dos objetos desse trabalho é a investigação das estratégias de tradução adotadas pelos TILSP para termos técnicos durante a interpretação simultânea, questionamos os sujeitos se os mesmos já tinham lido ou estudado sobre estratégias de tradução. A maioria respondeu que sim, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 13 – Quantidade de sujeitos que já leu ou estudou sobre estratégias de tradução

Fonte: Elaboração própria (2016).

Apesar de a prática tradutória antecipar as teorias sobre tradução, entendemos que conhecer as estratégias de tradução fortalece e facilita a prática tradutória. Com o intuito de analisar as estratégias utilizadas pelos profissionais, nos fundamentamos nas categorias das Modalidades de Tradução, que foram reformuladas por Aubert (1998) banzeando-se no modelo de Vinay e Darbelnet (1960) e, aplicadas à interpretação em Libras por Nicoloso (2015).

Através de alguns diálogos com os profissionais, identificamos algumas estratégias que os mesmos utilizavam para termos técnicos e, em seguida, colocamos as mais recorrentes no questionário. Decidimos deixar em uma linguagem simples, para que os mesmos não tivessem dificuldades para responder. No gráfico abaixo, identificamos que cinco sujeitos utilizam a estratégias de “*soletrar, explicar o conceito e, logo após, criar um sinal provisório*”; quatro sujeitos utilizam a estratégias de “*soletrar e depois explicitar o conceito*”; e dois sujeitos utilizam “*outras*” estratégias.

Gráfico 14 – Estratégias de tradução utilizadas para termos técnicos desconhecidos

Fonte: Elaboração própria (2016).

Percebemos, no gráfico acima, que existe uma leve predominância para o uso da estratégia de “*soletrar, explicar o conceito e, logo após, criar um sinal provisório*”, seguido da segunda estratégia de “*soletrar e depois explicar o conceito*”. No campo “*outros*”, dois profissionais relataram os seguintes procedimentos: TILSP 8: “*soletrar, explicar o conceito, utilizar classificadores, e, logo após, criar um sinal provisório, após acontece a oficialização*” e TILSP 11: “*Soletrar, criar o sinal e explicar o conceito depois*”.

Aplicando as modalidades de tradução propostas por Aubert (1998), analisado à interpretação simultânea em Libras por Nicoloso (2015), ao procedimento utilizado pelos TILSP, podemos considerar que: “soletrar” pode ser considerado como a modalidade de *empréstimo*. Segundo Bastianetto (2013, p. 6), “a tradução de uma palavra que não tem, na língua de tradução, um significante com o mesmo significado com que é empregada no texto de origem pode ser feita por meio de um empréstimo”.

O termo “empréstimo”, nos Estudos da Tradução, também é usado na área da Linguística. Segundo Nascimento (2010, p. 18), “os empréstimos para as línguas de sinais geralmente utilizam-se da escrita para fazer a importação de novas palavras. Nesse caso, as configurações de mão da LSB são associadas ao registro gráfico das letras da Língua Portuguesa”. Ao “soletrar”, os TILSP, através da datilologia ou soletração manual, utilizaram a modalidade do *empréstimo*, para interpretar termos da língua portuguesa para a Libras.

Já “*explicar o conceito*” pode se referir à modalidade de *acréscimo*. Aubert (1998, p.109), afirma que o *acréscimo* pode ocorrer “na forma de comentários velados ou explícitos do tradutor, quando fatos que tenham ocorrido após a produção do texto fonte justifiquem a elucidação”. Percebeu-se que essa modalidade foi utilizada na maioria das vezes quando o termo já tinha sido citado anteriormente.

Já referente às outras estratégias utilizadas por dois TILSP, tivemos os seguintes relatos:

TILSP 8: “*Soletrar, explicar o conceito, utilizar classificadores, e logo após criar um sinal provisório, após acontece a oficialização.*”

TILSP 10: “*Soletrar, criar o sinal e explicar o conceito depois.*”

Nos chamou a atenção o relato do TILSP 8, pois apresenta a utilização sequencial de três modalidades como estratégia de tradução: *empréstimo* (soletrar), seguido de *acréscimo* (explicar o conceito) e, uso de CL que podemos relacionar à modalidade de *tradução intersemiótica*, pois nessa modalidade há interpretação dos signos verbais, da língua portuguesa, por meio de sistemas de signos não-verbais da Libras.

Segundo Segala e Quadros (2015), a tradução de língua portuguesa para a Libras envolve recursos específicos da língua de sinais que não estão presentes na Língua de Partida. Esses recursos são linguísticos (o texto em si na Libras) e paralinguísticos. Os recursos paralinguísticos são específicos de textos em língua de sinais e são informações semióticas. “Os textos alvos em Libras precisam incorporar informações semióticas que tornem o texto mais claro e interessante ao leitor” (*ibid.* 2015, p. 367). Essas informações semióticas, representações essencialmente visuais, referem-se ao uso do espaço de sinalização, da incorporação do sujeito, da iconicidade, do antropomorfismo³⁹, e de descrições imagéticas. O uso de Descrição Imagética (DI), também referida como CL, segundo Luchi (*ibid.*):

[...] coloca em dúvida se estamos trabalhando com uma interpretação interlingual ou intersemiótica, ou se são as duas ao mesmo tempo. Interlingual por se tratar de duas línguas e intersemiótica por se tratar da construção sinalizada de imagens altamente icônicas que podem fazer intersecção a outro sistema de linguagem presente, talvez, em apenas línguas sinalizadas. Mas sendo as *descrições imagéticas* parte da língua de sinais estaremos falando de interpretação interlinguística sim. No entanto, também podemos reconhecer que o Surdo que sinaliza uma DI está fazendo uma interpretação intersemiótica e intralingual, pois o mesmo transmuta elementos da linguagem imagética (de imagens, por exemplo) para a língua de sinais (LUCHI, 2013, p. 55).

Portanto, quando um TILSP sinaliza um CL, como também apresentado anteriormente na Figura 19 da seção anterior, este lança mão da modalidade da *tradução intersemiótica*, “pois transmuta elementos da linguagem imagética e icônica para a língua de sinais” (NICOLOSO, 2015, p. 124). O uso do CL, como relatado pelo TILSP 8 e representado na Figura 18, é uma descrição imagética. Este não representa item lexical da Libras, mas reproduz visualmente parte do texto em Libras, enriquecendo-o (LUCHI, 2013).

Percebemos, desse modo, que os TILSP, durante o processo tradutório de termos da língua portuguesa para Libras, preferem utilizar a combinação de duas modalidades, o *empréstimo*, seguido do *acréscimo*. Utilizar a modalidade *empréstimo* permite ao estudante Surdo acesso ao termo em LP e o *acréscimo* possibilita ao estudante Surdo a construção do conhecimento e conceito sobre o termo. A ocorrência dessas duas modalidades reforça a afirmação de Aubert (AUBERT, 1998) de que as modalidades de tradução podem ocorrer de forma híbrida.

Apesar das respostas nos apontarem estratégias utilizadas de forma consciente, como já afirmado anteriormente por Bezerra (1999), para Aubert (1999), essas estratégias nem sempre são escolhidas de forma consciente pelo tradutor, passam despercebidas pelo profissional, pois, muitas das vezes, são empregadas automaticamente. Em vista disso,

³⁹ Quando o tradutor usa o corpo para dar vida a personagens (SUTTON-SPENCE; NAPOLI, 2010).

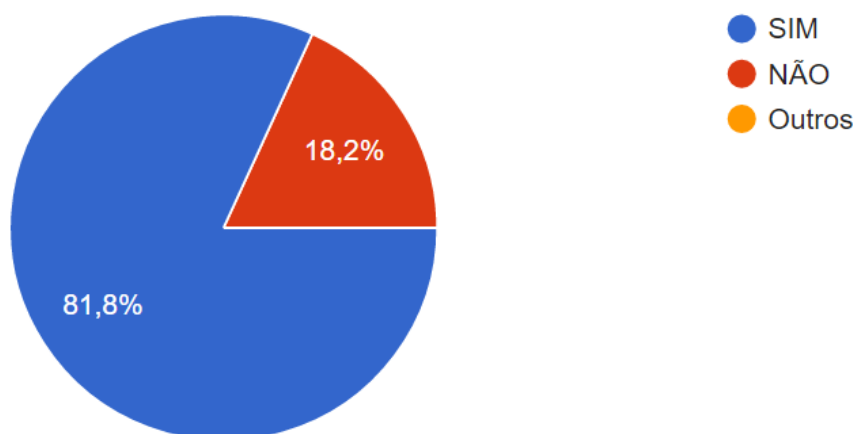
realizamos observações para identificar quais estratégias dos TILSP, efetivamente, utilizavam durante o processo de tradução simultânea.

Durante uma das observações, foi identificada de forma recorrente o uso apenas da modalidade de *empréstimo* para terminologias desconhecidas. Esse recurso foi muito utilizado pelo TILSP 5, ao substituir um colega que encontrava-se enfermo. Acreditamos que essa modalidade foi empregada por conta do desconhecimento do conteúdo, pois a atuação ocorreu numa aula de revisão, e também diante da dinâmica da interpretação simultânea.

Apesar de identificarmos durante as observações as Modalidades de Tradução apresentadas acima, não conseguimos quantificar o número de ocorrências de cada modalidade, uma vez que não foi possível realizar uma análise detalhada pela falta de registro fílmico, como já pontuado anteriormente.

Quando questionamos aos TILSP se a estratégia que utilizavam era satisfatória para o processo de interpretação. Nove sujeitos afirmaram que sim, enquanto dois afirmaram que não era satisfatória, conforme os dados expostos abaixo:

Gráfico 15 – Satisfação quanto às estratégias de tradução utilizadas



Fonte: Elaboração própria (2016).

Os TILSP que afirmaram que a estratégia que utilizavam não era satisfatória justificaram sua resposta da seguinte forma:

TILSP 6: “O correto seria ter um sinal já analisado e adequado ao seus sentidos e conceito e não elaborado na hora de qualquer forma.”

TILSP 1: “Porque muitas vezes os sinais acabavam se perdendo por falta de continuidade. E muitas vezes o próprio aluno se esquecia do significado.”

Percebemos que a falta de sinais-termo é um complicador recorrente para a atuação dos TILSP. Além do acesso prévio ao conteúdo, a necessidade de sinais-termo é reafirmada

quando questionados quais procedimentos deveriam ser adotados para a interpretação de termos técnicos:

TILSP 1: “Já deveria se ter um sinal.”

TILSP 2: “Ter sinais específicos além de passar o conceito real para o aluno.”

TILSP 5: “Pesquisa para saber se o sinal já existe.”

TILSP 6: “Realizar uma exposição visual dos elementos utilizados em aula em aula para os Surdos, e assim, estimula-los a criar um glossário de sinais.”

TILSP 7: “Uma metodologia visual por parte dos professores, exemplos e aplicações, conhecimento do conceito técnico para juntar ao conhecimento linguístico de Libras junto as suas regras básicas para o desenvolvimento de um sinal técnico com conceito, assim o Surdo entenderá o sinal mais o que significa.”

TILSP 8: “Catálogo, registro e acesso ao glossário de termos específicos em língua de sinais.”

TILSP 11: “Grupos de estudos com intérpretes, glossário de termos técnicos, pesquisas em outras instituições e etc.”

Percebemos que 70% dos profissionais citam a necessidade de sinais-termo, sendo esta uma solução para a interpretação de termos da língua portuguesa para Libras. Dessa forma, novamente, percebemos que, para os entrevistados, a falta de sinais-termo se torna o “calcanhar de Aquiles” durante a interpretação simultânea. Apesar dos relatos sucessivos da necessidade de sinais-termo para a tradução, ressaltamos que, apesar de dificultar a atuação em sala, esse “problema” de tradução não impede que a tradução ocorra.

Chama-nos a atenção no Gráfico 14 que 45,5% dos profissionais, após utilizar de estratégias de tradução, já discutidas anteriormente, criam um sinal provisório, como também a resposta do TILSP 6, ao se referir à necessidade do sinal-termo ser criado a partir dos seus sentidos e conceito e “não elaborado na hora de qualquer forma”. Essa resposta dá a entender que os sinais são criados de forma indiscriminada, o que pode não favorecer a construção de conceitos por estudantes Surdos. Na próxima sessão, apresentamos, a partir dos relatos dos TILSP, e das observações, os aspectos relacionados a criação dos sinais-termo no âmbito do IFBA – campus de Salvador.

5.3 SOBRE A CRIAÇÃO DE SINAIS-TERMO

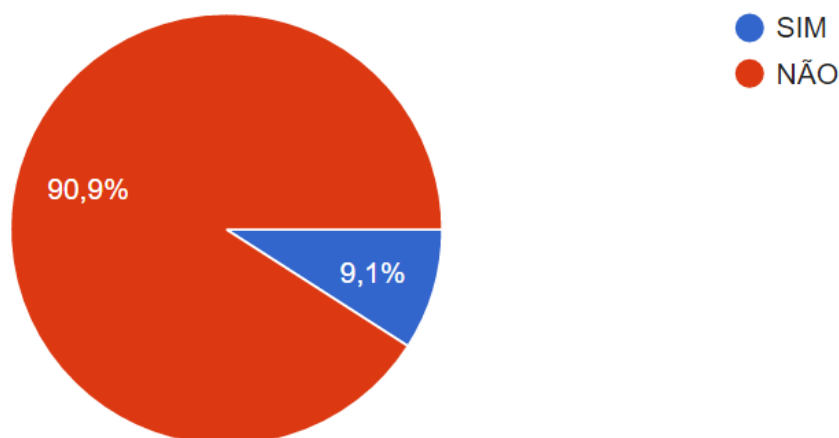
Nas seções anteriores, percebemos que é recorrente, nos relatos dos TILSP, a falta de sinais-termo como um complicador para a sua atuação em sala de aula. Ademais, não podemos reduzir à atividade tradutória à mera busca de sinais-termo equivalentes às palavras da língua portuguesa (SOBRAL, 2008), até porque, como afirmado anteriormente, a falta de

sinais-termo não deveria ser fator condicionante para que ocorra a tradução de uma informação para a Libras, uma vez que não traduzimos palavras isoladas. Entretanto:

A ausência de sinais para expressar um determinado conceito em Libras prejudica a compreensão de todo o conteúdo ministrado. Por outro lado, somente após a compreensão significativa desse conceito pelos estudantes Surdos, o sinal correspondente poderá ser criado e incorporado à língua de sinais. (GAUCHE; FELTRINI, 2007, p. 7).

À vista disso, a fim de entendermos a relação dos sinais-termo e a atuação dos TILSP, questionamos os profissionais se os mesmos tiveram acesso, previamente, aos sinais-termo já utilizados no IFBA – *campus* de Salvador, e obtivemos a informação de que 90,9%, ou seja, dez profissionais afirmaram que não tiveram acesso prévio, conforme gráfico abaixo:

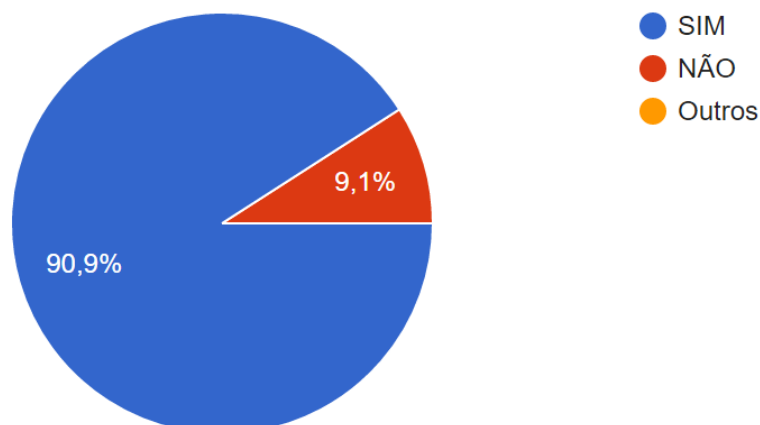
Gráfico 16 – Profissionais que tiveram acesso prévio aos sinais-termo



Fonte: Elaboração própria (2016).

É digno de nota que, desde o ano de 2006, como apresentado no Gráfico 4, têm sido efetivadas matrículas de estudantes Surdos nos diversos cursos da IFBA – *campus* de Salvador. Com a presença desses estudantes, muitos sinais-termo foram criados. Entretanto, não há registro desses sinais-termo e, com a saída dos estudantes e/ou a troca de TILSP, esses sinais-termo acabam se perdendo. Quando questionados se o acesso prévio aos sinais-termo facilitaria a sua atuação em sala de aula, a maioria afirmou que sim, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 17 – Profissionais que afirmaram que o acesso prévio aos sinais-termo facilitaria a sua atuação



Fonte: Elaboração própria (2016).

Já as justificativas para o acesso prévio aos sinais-termo foram as seguintes:

TILSP 1: “Sabendo os sinais técnicos daria uma preparação para interpretação, tornaria a interpretação clara e padronizaria os sinais utilizados pelos estudantes evitando diferenças entre os sinais utilizados por eles.”

TILSP 2: “O tempo para passar a informação seria melhor aproveitado por passar o sentindo completo da informação.”

TILSP 3: “Tanto para os Surdos como para o intérprete, facilita na hora da interpretação e compreensão do conteúdo.”

TILSP 4: “Facilitaria e muito nas traduções em sala de aula e textos.”

TILSP 5: “Economia de tempo. Apesar de não ter um acesso prévio, o estudantes Surdos apresentam a mim os sinais desconhecidos.”

TILSP 6: “Porque proporciona uma contextualização do conteúdo ao qual o aluno esta familiarizado.”

TILSP 7: “Porque o aluno dominaria os conteúdos técnicos das disciplinas facilitando a interação com o conteúdo passado pelo professor.”

TILSP 8: “Diminuiria o tempo “perdido” na criação de sinais termos.”

TILSP 9: “Facilita o entendimento do Surdo, que nem sempre conhece o significado da palavra soletrada.”

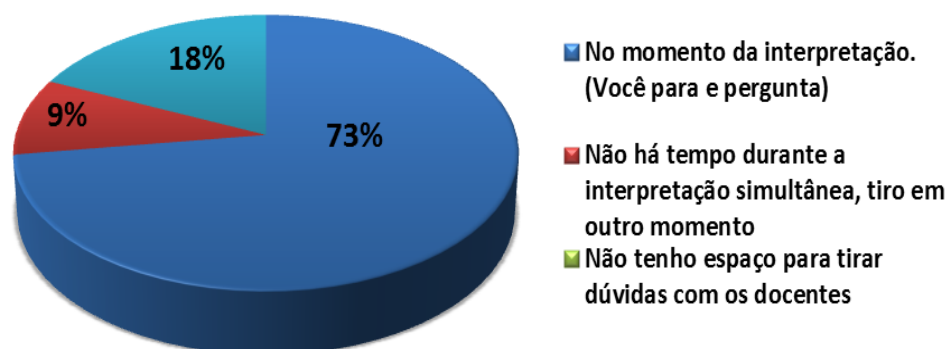
Percebemos, pelos relatos acima, que a principal preocupação dos profissionais é com a compreensão dos estudantes Surdos ao conteúdo trabalhado em sala. Essa preocupação é de suma importância, pois, segundo Ribeiro (2013 p. 30), “a falta de vocabulário em Libras dificulta os Surdos adquirirem conceitos científicos ou técnicos, assim como a compreensão do conteúdo abordado em sala de aula. O vocabulário é um dos aspectos mais importantes na aprendizagem de uma língua, tanto na L1 quanto L2”.

Além da preocupação com a compreensão dos estudantes Surdos, a preocupação dos profissionais também é com a modalidade da interpretação simultânea, pois, como informado

anteriormente, os profissionais não possuem acesso ao conteúdo ministrado antecipadamente. Desse modo, inevitavelmente, poderiam surgir dúvidas durante a interpretação simultânea. Quando questionados se os mesmos sanavam dúvidas de conceitos e/ou termos desconhecidos ou não compreendidos com o docente da disciplina, e se estes mostravam-se disponíveis para sanar as dúvidas, foi unânime a afirmação por parte dos TILS que conseguem tirar dúvidas de termos e/ou conceitos, como também os docentes estão disponíveis quando precisam.

Entretanto, devido à questão do tempo na interpretação simultânea, alguns profissionais não tiram as dúvidas no mesmo momento da aula, conforme o Gráfico 18. Daí, surgem alguns questionamentos: se não há tempo hábil para sanar dúvida no momento da interpretação, como fica a compreensão do estudante Surdos? Quando acontece o momento de sanar as dúvidas, o estudante Surdo está presente e consegue acompanhar o conteúdo após ficar possivelmente com um déficit de informação? Essa situação poderia ser minimizada com o acesso prévio do conteúdo por parte dos TILSP.

Gráfico 18 – Momento em que o profissional consegue sanar suas dúvidas com o docente



Fonte: Elaboração própria (2016).

Não sanar dúvidas com o docente no momento da aula, já que não possuem conhecimento prévio do conteúdo, pode incorrer num grande risco da produção de um texto diferente das informações passadas pelo docente, e, conseqüentemente, prejudicar a compreensão e a construção de conceitos científicos por parte dos estudantes Surdos (GAUCHE; FELTRINI, 2007). Isso mostra que não há uma implementação dos serviços de tradução e interpretação na instituição, e essa falta de planejamento não favorece a atuação do TILSP com qualidade e, possivelmente, não favorecerá a construção de conhecimento dos estudantes Surdos.

O não planejamento e implementação dos serviços de tradução e interpretação, conforme Santos (2015, p. 117), podem estar relacionados com a “falta de clareza dos

gestores institucionais sobre o papel do TILSP”. Essa afirmação foi observada na instituição pesquisada, pois os TILPS estão alocados num setor de inclusão, e se reportam a gestores que não possuem um conhecimento sobre questões linguísticas e culturais durante a atividade tradutória ou, ao menos, conhecimento sobre o papel dos TILSP.

Reconhecemos que, durante a dinâmica da sala e da interpretação simultânea, nem sempre é possível interromper a aula do docente para sanar uma dúvida. Isso foi reafirmado durante as observações dos sete profissionais em sala de aula: apenas um profissional afirmou ter tirado dúvida com o docente no momento da aula. Em consonância com Lacerda (2002 p. 123), “o intérprete precisa poder negociar conteúdos com o professor, revelar suas dúvidas, as questões do aprendiz e por vezes mediar a relação com o aluno para que o conhecimento que se almeja seja construído”. Entretanto, como afirmado pelos profissionais entrevistados e diante da afirmação de Santos (2015, p. 123)⁴⁰:

Às vezes, as exigências institucionais ou mesmo dos usuários dos serviços de tradução e de interpretação são priorizadas, frente à alta demanda por serviços a serem prestados, em detrimento de um espaço de qualificação e construção de uma metarreflexão das práticas tradutórias e interpretativas.

Necessita-se, então, que a instituição crie mecanismos para possibilitar, aos intérpretes, acesso aos docentes para que possam sanar as suas dúvidas. Novamente percebemos que esse problema de acesso a informações e ao docente poderia ser minimizado com um trabalho de implementação dos serviços de tradução e interpretação.

Durante a interpretação simultânea, na atuação do profissional TILSP em sala de aula, têm surgido novos sinais-termo. Quando questionados como se dá a criação desses sinais-termo em Libras, obtivemos as seguintes respostas:

TILSP 3: “*Eu não crio o sinal, soletro o termo técnico, explico o conceito que é passado pelo professor e depois o Surdo estudando melhor esse termo técnico cria um sinal específico e passa para o intérprete.*”

TILSP 6: “*Conceituo primeiramente o termo, em seguida certificada de que compreenderam o termo, peço-lhe que criem o sinal que melhor se adeque ao entendimento.*”

TILSP 9: “*Pesquisei em vídeo aula se já existe um sinal específico, caso contrário me reúno com os Surdos ou intérpretes para criar o sinal adequado.*”

TILSP 11: “*Faz-se a soletração, explica-se o conceito e dá-se exemplos. Procuro com outros colegas sinal daquela palavra, busco vídeos na internet sobre aquele termo e sento com o Surdo para que o mesmo crie.*”

Percebemos, nas respostas, que há uma preocupação com envolvimento dos estudantes Surdos na criação do sinal-termo. Faria-Nascimento (2009) afirma que é importante

⁴⁰ Santos (2015) traz uma reflexão sobre alguns elementos importantes na sistematização das rotinas de trabalho de tradutores e de intérpretes de Libras-Português. O objetivo não é traçar um manual, uma vez que cada contexto é singular, porém, através das discussões apresentadas é possível implementar serviços de tradução e de interpretação de Libras-Português nas instituições de ensino.

conscientizar os estudantes Surdos sobre os processos de construção terminológica. Segundo a autora, essa conscientização “permitirá o enriquecimento ainda mais acelerado da Libras, e a rápida sistematização e divulgação de neologismos terminológicos acarretará o acesso e o domínio mais rápido, também, dos TILSP para adequarem sua tradução com o contexto emergente” (FARIA-NASCIMENTO, 2009 p. 58). Apesar da autora se referir a conscientização de estudantes Surdos de cursos de graduação, acreditamos que os estudantes Surdos dos cursos do IFBA – *campus* de Salvador, apesar de estarem na educação profissional de nível médio, também devem ser conscientizados sobre os processos de construção terminológica, uma vez que esses estão constantemente em contato com as terminologias no dia a dia da sala de aula. Por conseguinte, poderão construir sinais-termo pensando no conceito de cada termo em língua portuguesa.

Além da presença dos estudantes Surdos, os relatos abaixo chamam a atenção para a presença do docente da área no processo criativo:

TILSP 1: “Acho que é necessário a presença de um professor da área para entrar com o conceito, o Surdo para analisar o melhor sinal que abrange esse conceito e um intérprete para mediar a comunicação.”

TILSP 2: “Precisa ter a presença do professor da área junto com o Surdo e o intérprete.”

A presença do docente da área técnica será importante nos casos de dúvidas sobre conceitos e/ou não compreensão dos mesmos, uma vez que, os profissionais TILSP não possuem formação nas áreas específicas do conhecimento envolvidas.

Quando se trata de criação de sinais-termo, precisamos de uma atenção especial, pois “quando se precisa utilizar um sinal-termo adequadamente e este parece faltar no repertório disponível, o falante de língua de sinais propõe a criação de sinais na Libras, que, muitas vezes não seguem um padrão e ou regras” (CASTRO JÚNIOR, 2014, p. 80). Essa afirmação acaba sendo reproduzida com os procedimentos relatados pelos TILSP, abaixo:

TILSP 4: “Procuro criar esses sinais sempre ligado ao conceito da palavra ou se for uma palavra que consiga usar CL fica ainda mais fácil criar esse sinal.”

TILSP 7: “Há uma variação; se a palavra tiver um conceito visual se torna mais fácil para a elaboração desse sinal. Quando se é um termo abstrato é necessário estudar o conceito com exemplos e aplicações.”

TILSP 8: “Após ouvir e entender o conceito, crio uma imagem deste conceito, depois um classificador que abrange ambos e criamos na maioria das vezes um sinal provisório, depois sentamos e chegamos a um sinal final.”

Identificamos, nos relatos supracitados, que há uma preocupação com conceito do termo em língua portuguesa, muito embora, não haja critérios estabelecidos para a criação desses sinais-termo. De acordo com Costa (2012, p. 56):

Os conceitos científicos são profundos, e é preciso iniciar o estudo do significado para chegar a cada sinal científico seguindo princípios. É preciso verificar as

situações e os contextos em que são produzidos os significados e reconhecê-los dentro do campo lexical, com a percepção da ideologia que gera a formação de sinais e palavras.

Ainda segundo o autor:

Os sinais de determinada área devem surgir de uma visão mais aprofundada dos conceitos e expressar por meio da configuração de mãos, movimento, ponto de articulação, e orientação de mão a informação do campo analisado. Como os padrões são visuais, as combinações de palavras e sinais de LSB devem respeitar sua sintaxe [...]. (COSTA, 2012, p. 56).

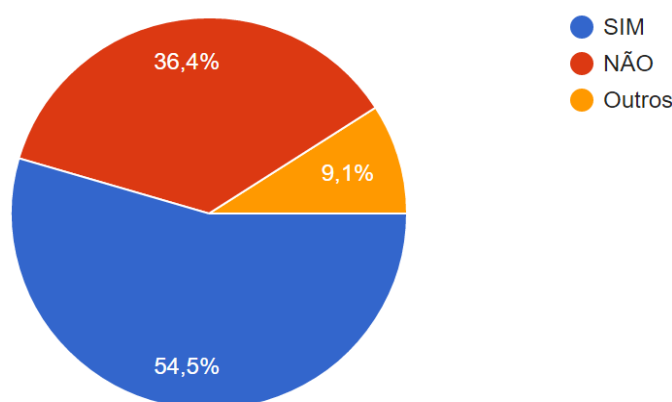
Assim, percebemos que os sinais não podem ser criados de qualquer jeito ou de forma aleatória. A criação do sinal-termo deve respeitar e levar em consideração as especificidades linguísticas da língua em questão. Os sinais-termo que são criados sem levar em consideração o conceito e não respeitam as características lexicais/linguísticas não favorecem a formação de sinais-termo e conseqüentemente a expansão lexical da Libras (COSTA, 2012).

De acordo com Castro Júnior (2014, p. 80),

Algumas inovações da língua de sinais, como os empréstimos linguísticos e ou neo-sinais-termo, devem fazer uso da base paramétrica e das condições paramétricas de sinalização de um sinal-termo já conhecido, para que um novo vocábulo siga as regras da língua para a formação de novos sinais-termo.

Na modalidade da interpretação simultânea, não há tempo hábil para criação de sinais-termo de forma a respeitar as regras da Libras na formação de novos sinais-termo, o que pode resultar na criação “de qualquer forma”, como relatado por um profissional anteriormente. Essa problemática pode ser minimizada com a criação de um grupo de estudos e pesquisa, composto por Surdos, pesquisadores linguistas atuantes na área da Lexicologia e Terminologia da Libras, e de professores das respectivas áreas de especialidade, para discussão do processo da criação de sinais-termo, a fim de evitar equívocos de conceitos na construção destes.

Ao serem questionados se desejavam ter mais tempo para discutir os sinais-termo para facilitar a sua atuação durante a interpretação, 100% dos profissionais afirmaram que sim. Entretanto, apenas 54,5% dos profissionais afirmaram que conseguem compartilhar os sinais criados em sala, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 19 – Compartilhamento de sinais técnicos criados em sala com outros profissionais

Fonte: Elaboração própria (2016).

Aqueles que afirmaram que conseguiam socializar os sinais-termo com outros profissionais relataram os seguintes momentos:

TILSP 1: *“Em horário de contra turno, quando não se tem atendimento.”*

TILSP 2: *“Intervalo.”*

TILSP 4: *“Durante os intervalos.”*

TILSP 6: *“Geralmente nos plantões realizados no turno oposto.”*

TILSP 9: *“No momento em que alguns Surdos estão sem atividades.”*

TILSP 11: *“No intervalo, no almoço, numa aula vaga.”*

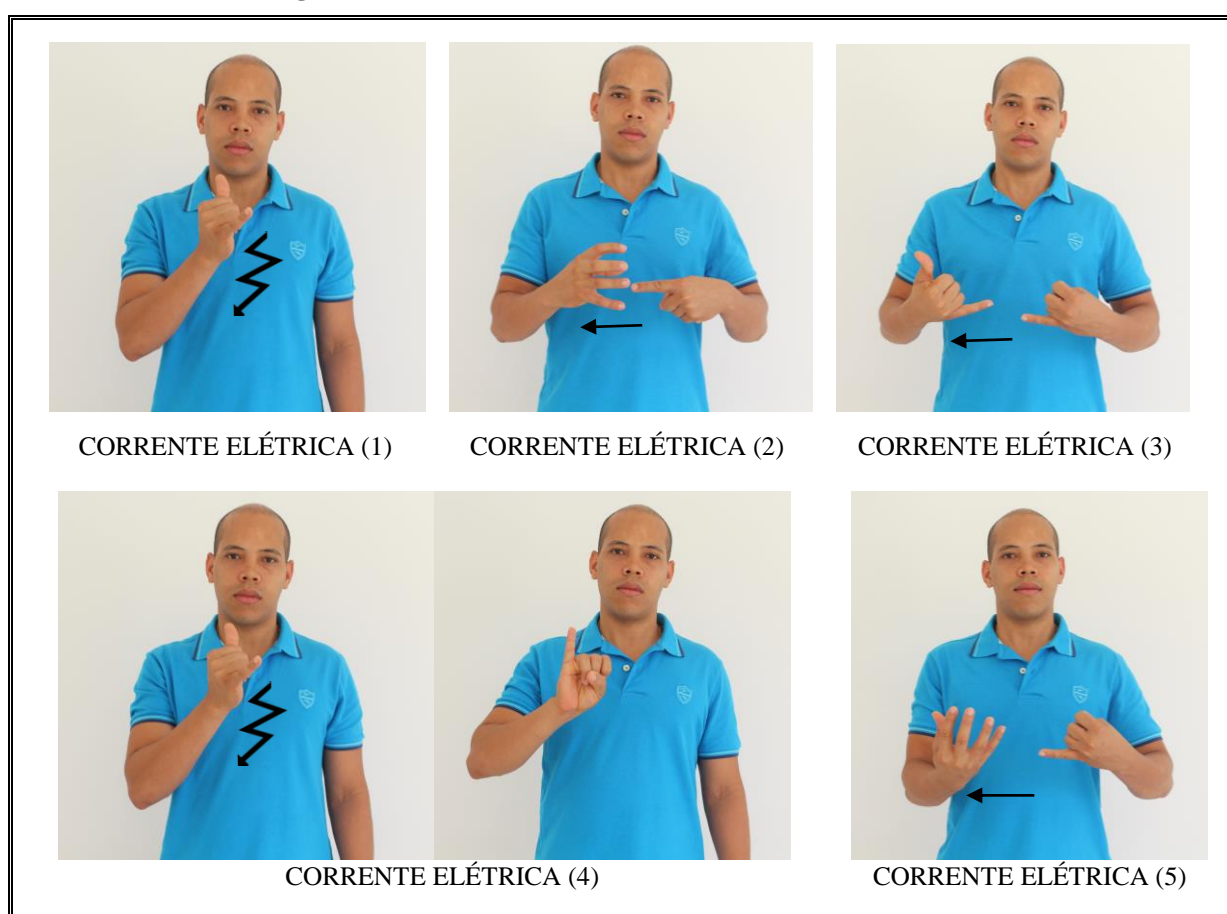
Percebemos, pelos relatos acima, que o momento de socialização dos sinais-termos informado pelos profissionais é curto diante da especificidade linguística da Libras, pois percebemos que não há um registro desses sinais-termo criados. Destarte, torna-se vital o registro desses sinais-termo, para que os TILSP tenham acesso a estes, como também os estudantes Surdos possam ter acesso como fonte de pesquisa.

Identificamos também pelos relatos, que não há uma validação dos sinais-termo criados. Isso foi confirmado durante a observação da atuação dos TILSP em sala de aula e em conversas com os mesmos. A falta de validação dos sinais-termo com os estudantes Surdos, a não socialização com os demais TILSP, e a falta de registro, têm gerado variantes linguísticas.

Segundo Tarallo (1986, p. 08), “variantes linguísticas são diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade”. Essas formas linguísticas de variação acontecem em toda comunidade de fala. A Libras, por ser uma língua natural, também apresenta essa característica, como bem apresentado por Castro Junior (2014), que elaborou uma proposta para o estudo e a análise da variação linguística em Libras.

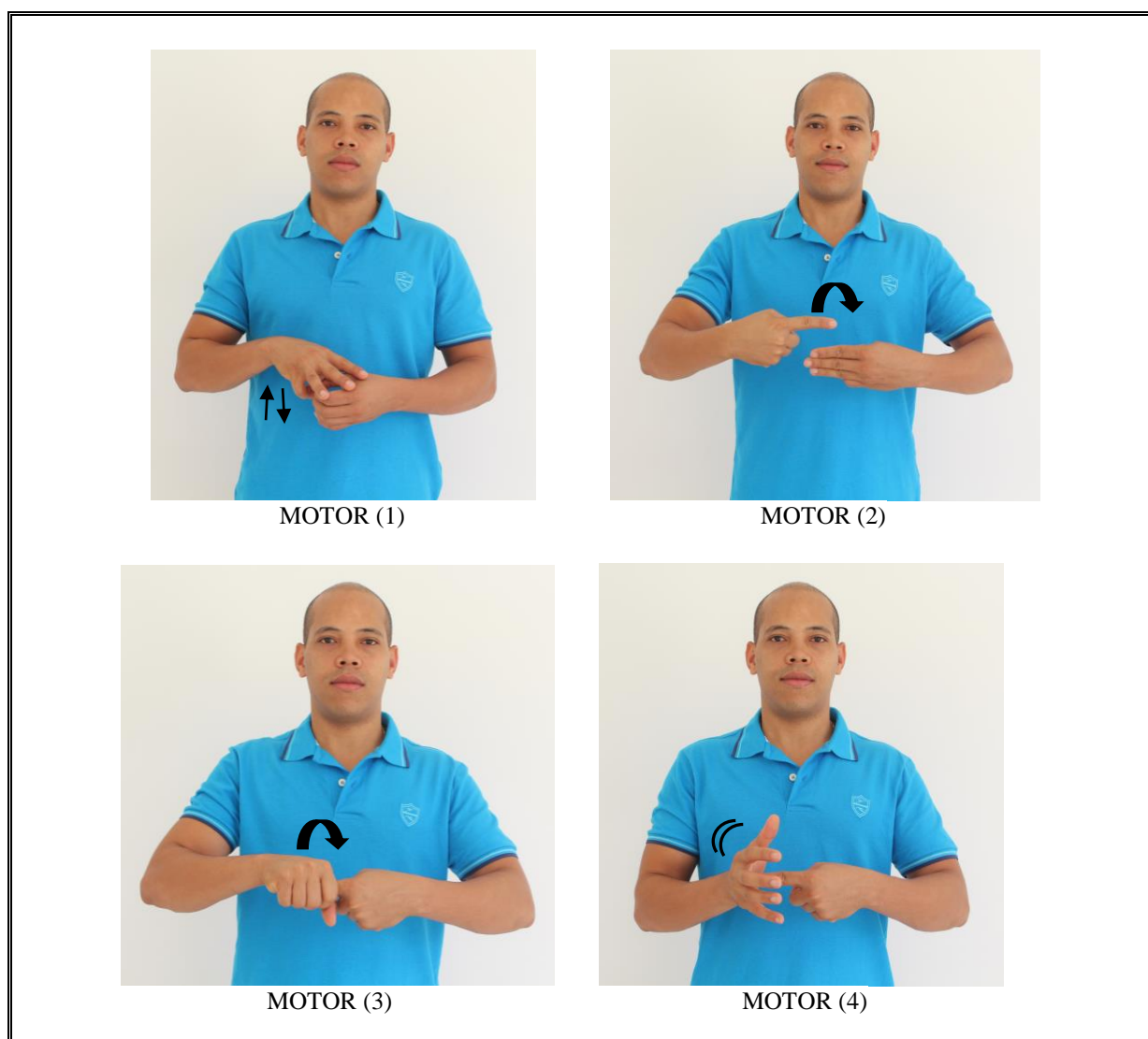
Diante do que foi observado durante as observações e em conversas com os sujeitos entrevistados, apresentamos algumas variantes identificadas nas figuras a seguir:

Figura 20 – Variantes do sinal-termo: “CORRENTE ELÉTRICA”



Fonte: Elaboração própria (2016).

Figura 21 – Variantes do sinal-termo: “MOTOR”



Fonte: Elaboração própria (2016).

Figura 22 – Variantes do sinal-termo: “RESISTOR”



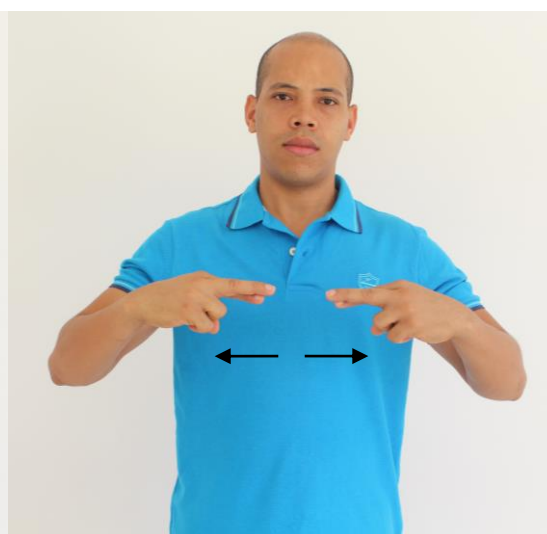
RESISTOR (1)



RESISTOR (2)



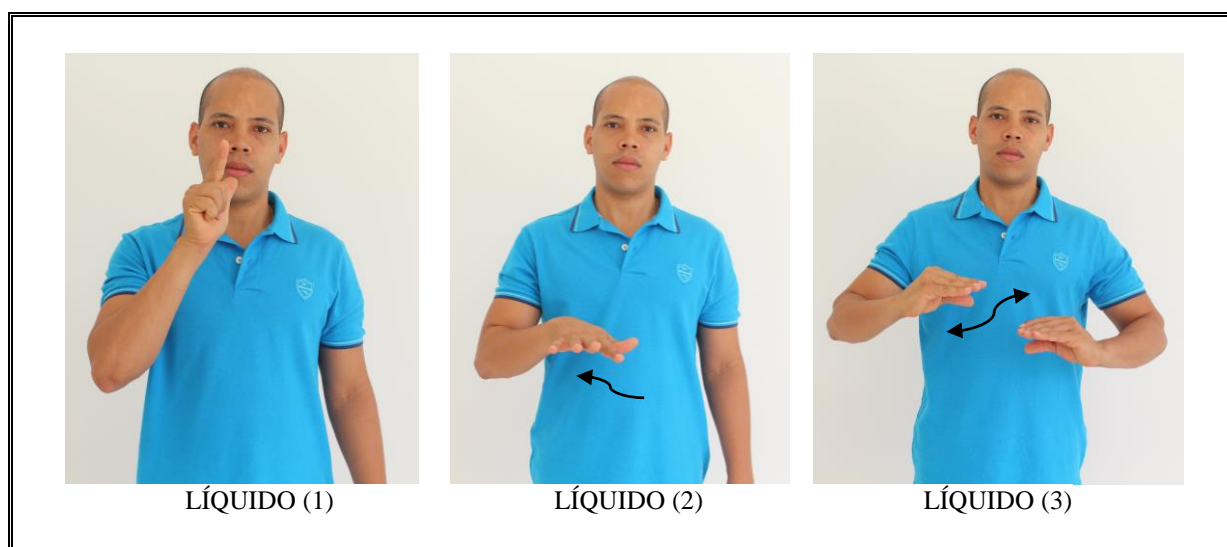
RESISTOR (3)



RESISTOR (4)

Fonte: Elaboração própria (2016).

Figura 23 – Variantes do sinal-termo: “LÍQUIDO”



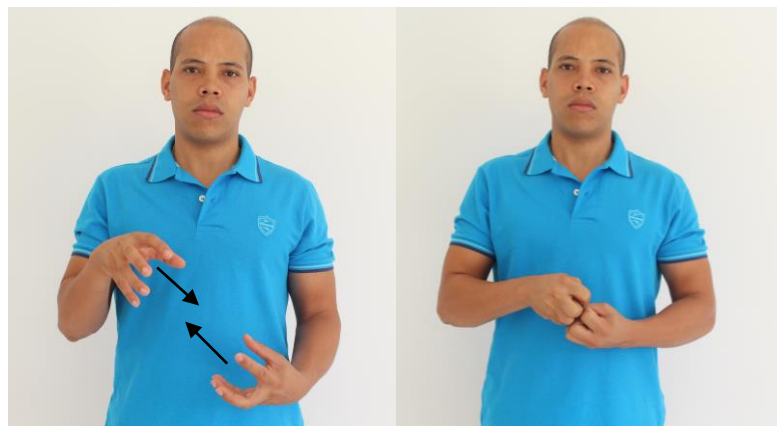
Fonte: Elaboração própria (2016).

Figura 24 – Variantes do sinal-termo: “VOLUME”

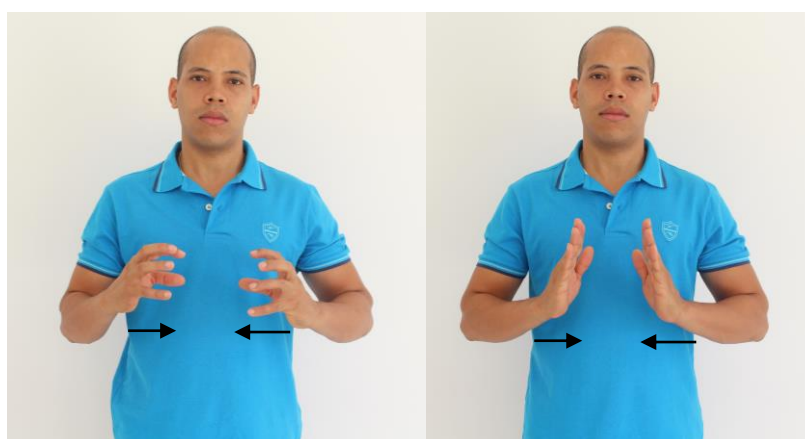


Fonte: Elaboração própria (2016).

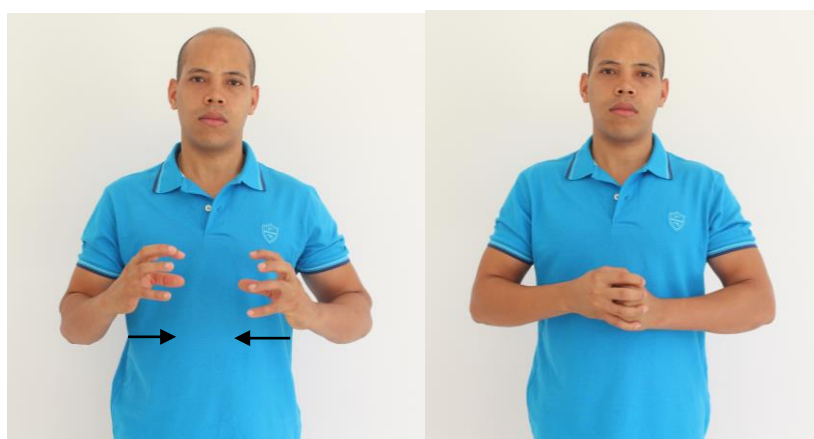
Figura 25 – Variantes do sinal-termo: “COMPRESSÃO”



COMPRESSÃO (1)



COMPRESSÃO (2)



COMPRESSÃO (3)

Fonte: Elaboração própria (2016).

Figura 26 – Variantes do sinal-termo: “NÍVEL”



NÍVEL (1)



NÍVEL (2)



NÍVEL (3)



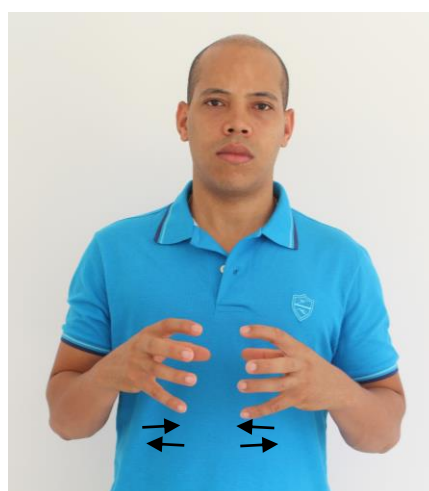
NÍVEL (4)

Fonte: Elaboração própria (2016).

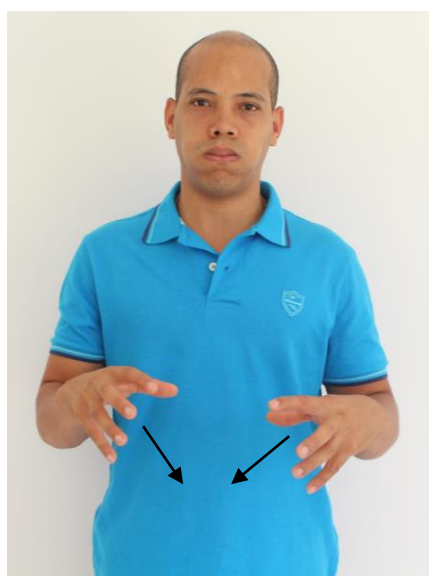
Figura 27 – Variantes do sinal-termo: “PRESSÃO”



PRESSÃO (1)



PRESSÃO (2)

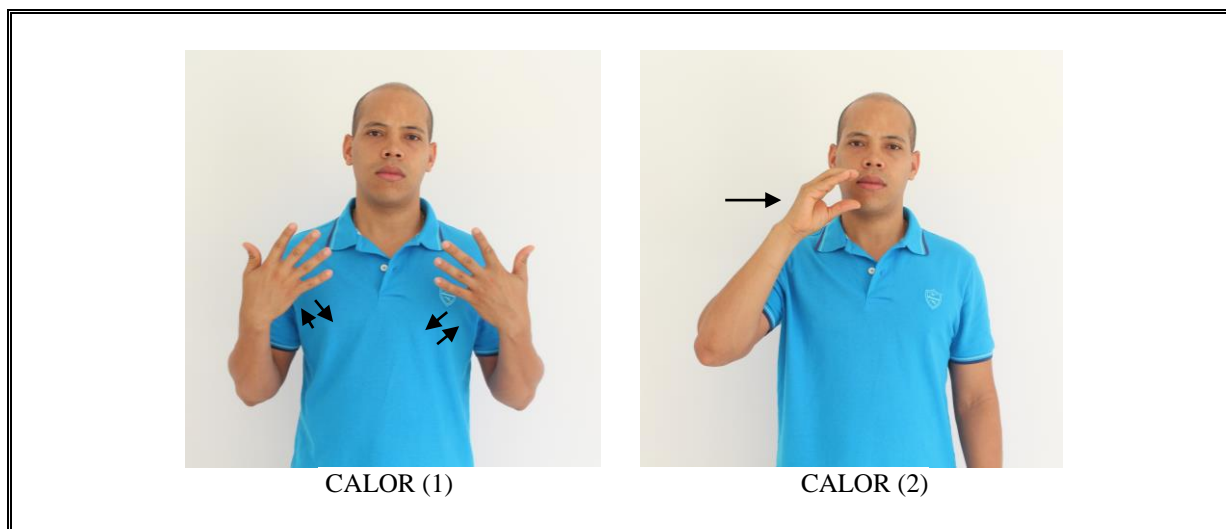


PRESSÃO (3)

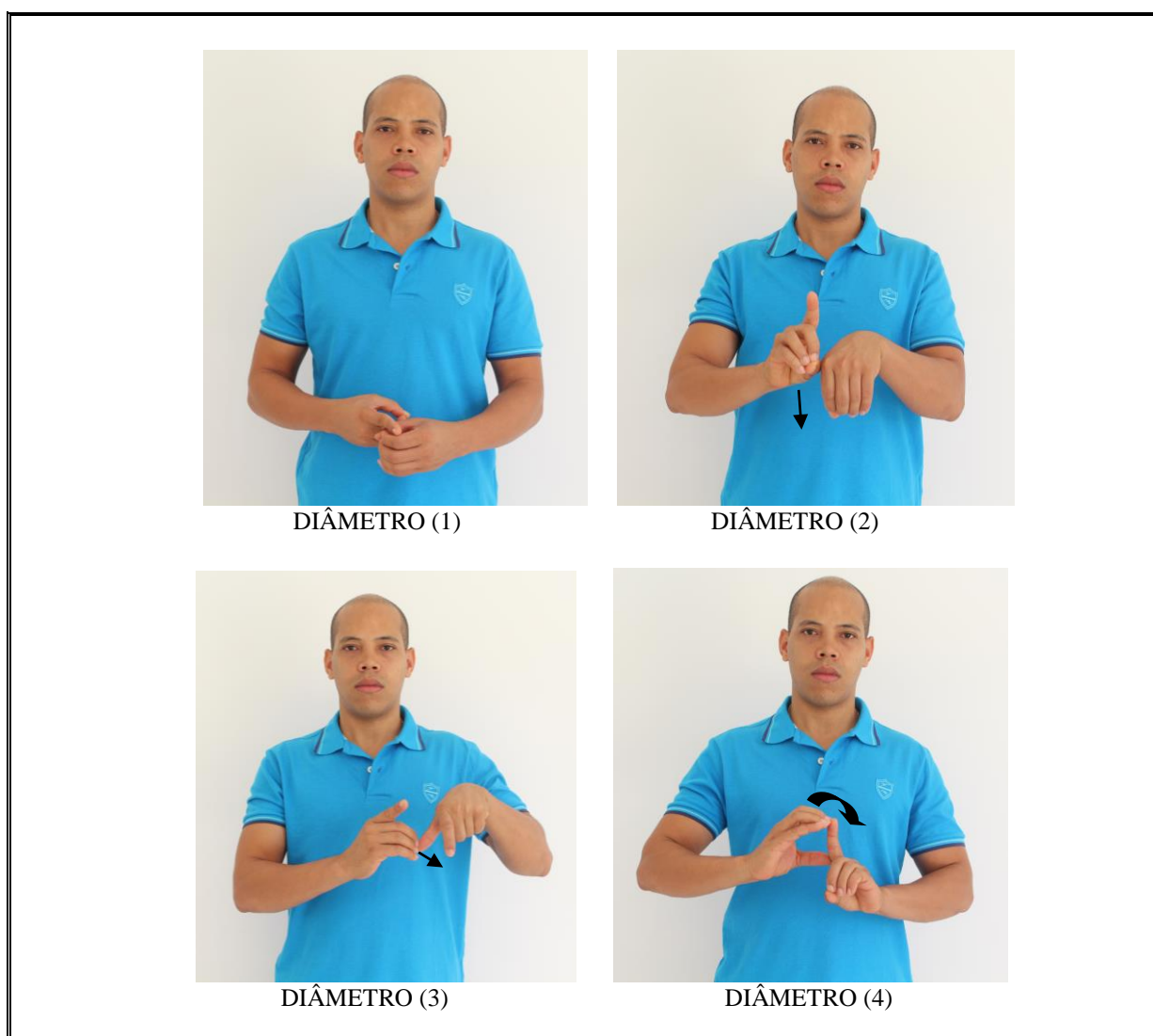


PRESSÃO (4)

Fonte: Elaboração própria (2016).

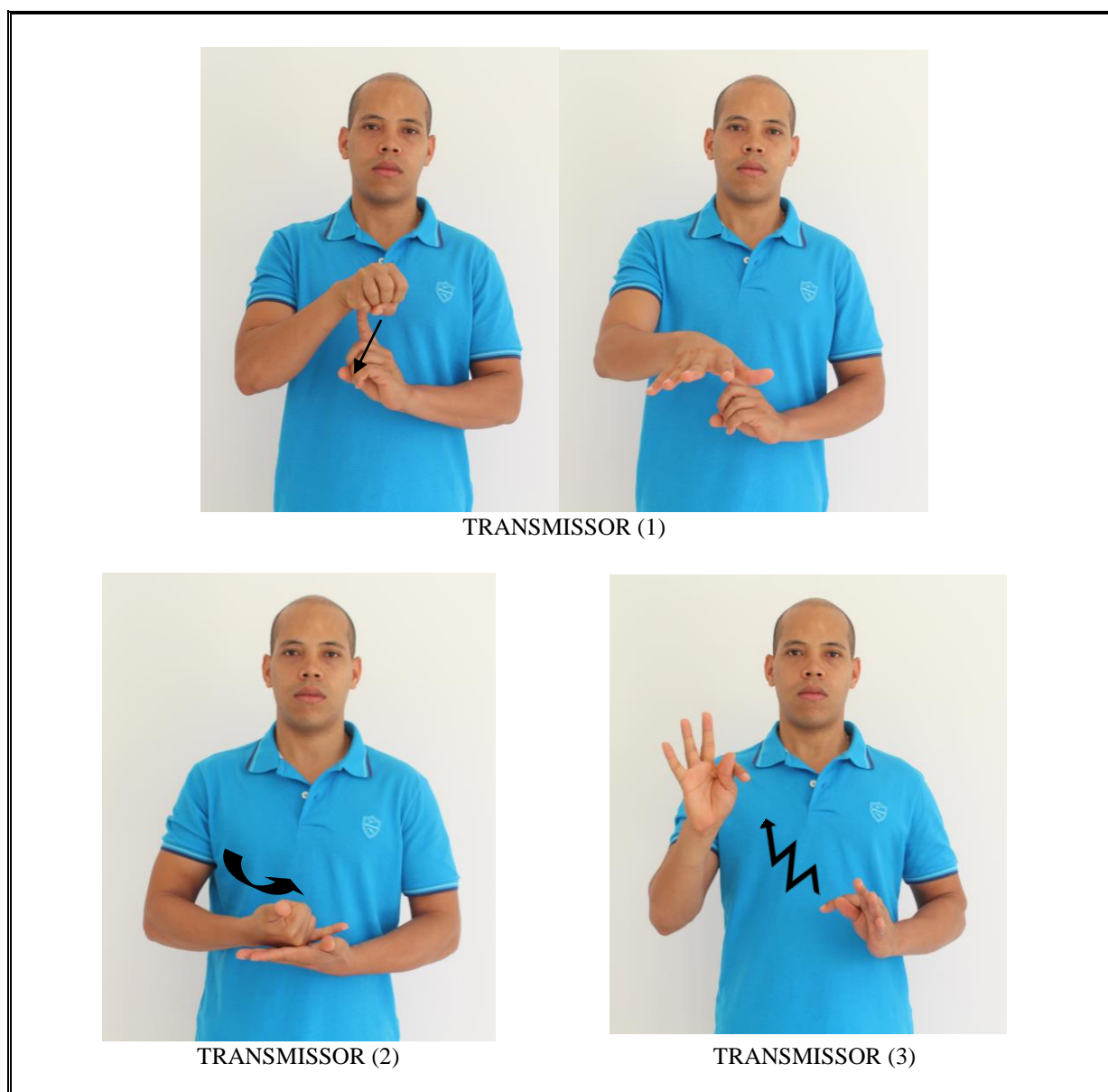
Figura 28 – Variantes do sinal-termo: “CALOR”

Fonte: Elaboração própria (2016).

Figura 29 – Variantes do sinal-termo: “DIÂMÉTRO”

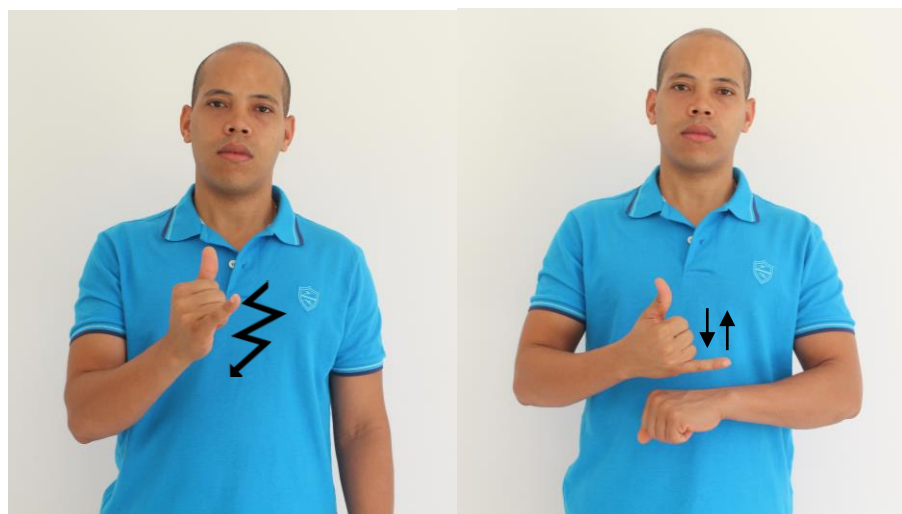
Fonte: Elaboração própria (2016).

Figura 30 – Variantes do sinal-termo: “TRANSMISSOR”



Fonte: Elaboração própria (2016).

Figura 31 – Variantes do sinal-termo: “ELETROMAGNÉTICO”



ELETROMAGNÉTICO (1)



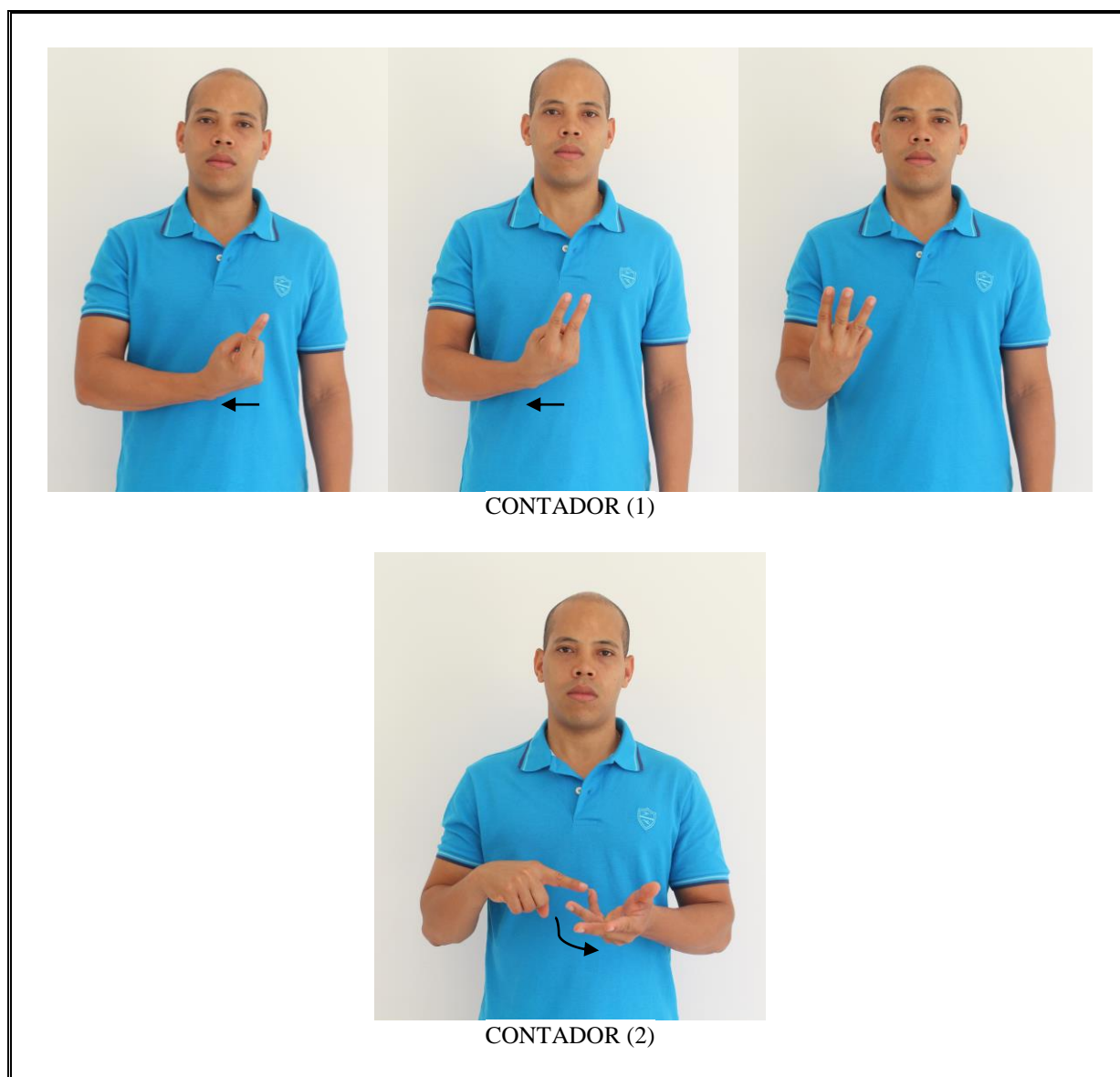
ELETROMAGNÉTICO (2)



ELETROMAGNÉTICO (3)

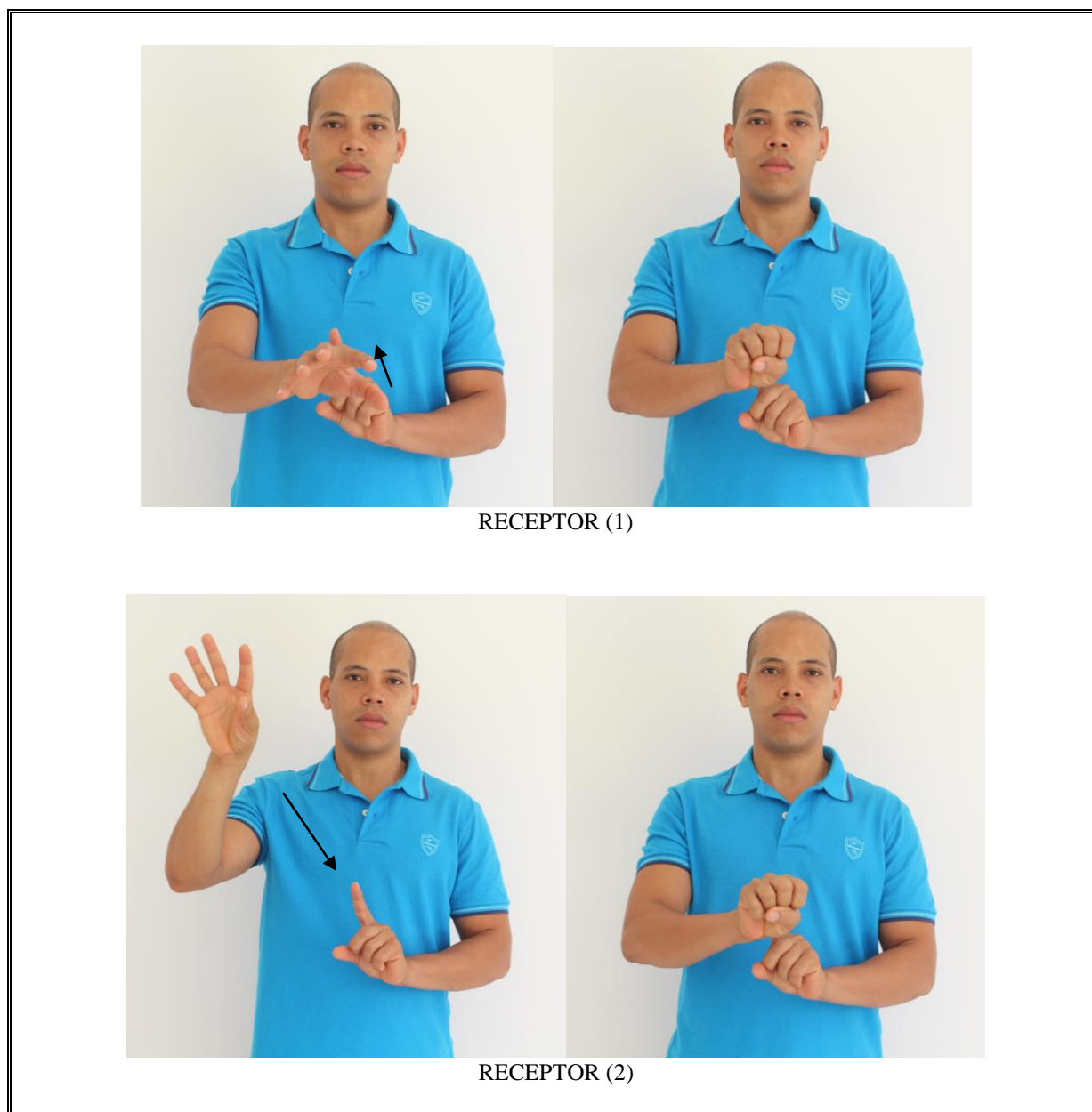
Fonte: Elaboração própria (2016).

Figura 32 – Variantes do sinal-termo: “CONTADOR”



Fonte: Elaboração própria (2016).

Figura 33 – Variantes do sinal-termo: “RECEPTOR”



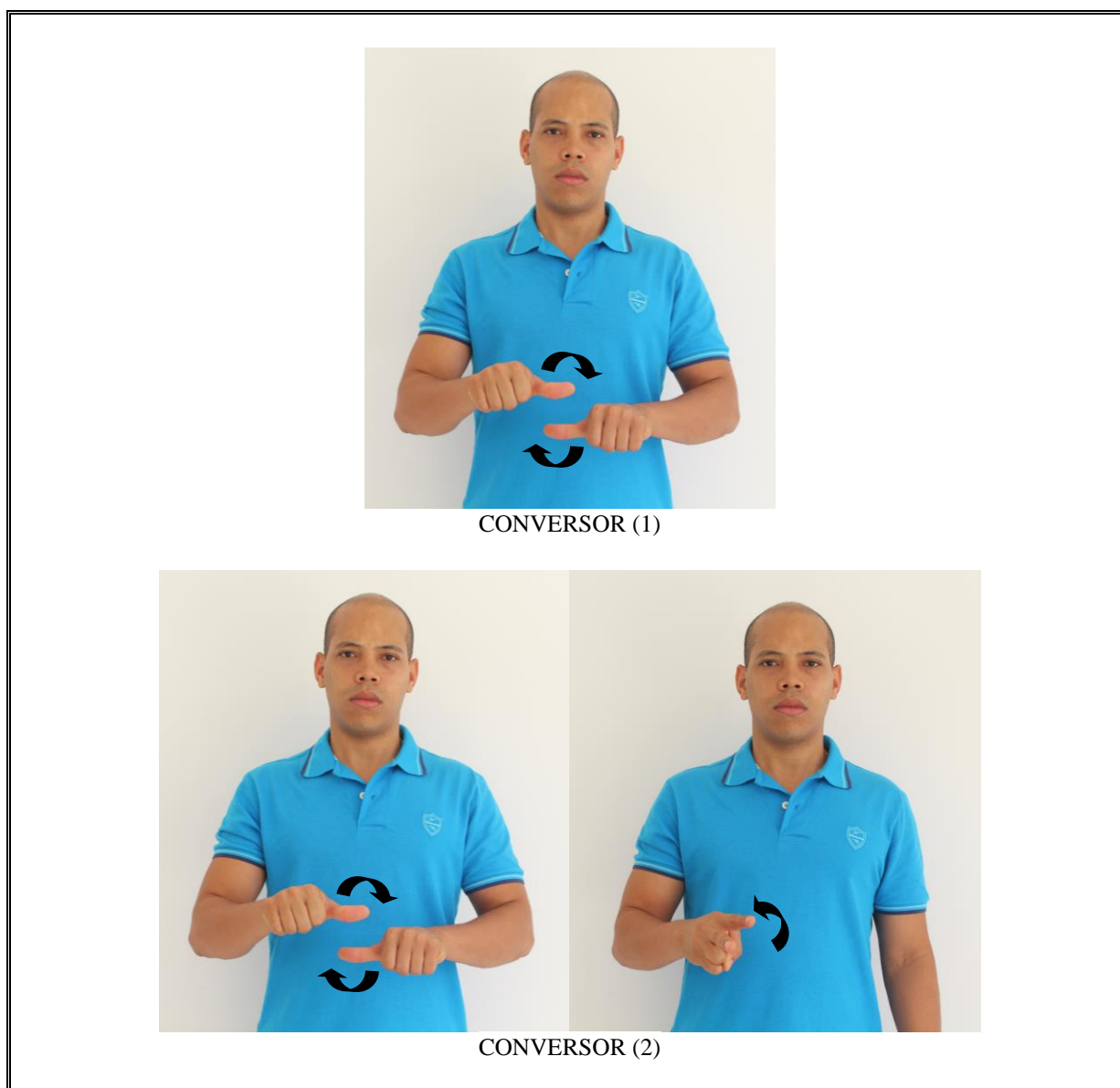
Fonte: Elaboração própria (2016).

Figura 34 – Variantes do sinal-termo: “TURBINA”



Fonte: Elaboração própria (2016).

Figura 35 – Variantes do sinal-termo: “CONVERSOR”



Fonte: Elaboração própria (2016).

Figura 36 – Variantes do sinal-termo: “FREQUÊNCIA”

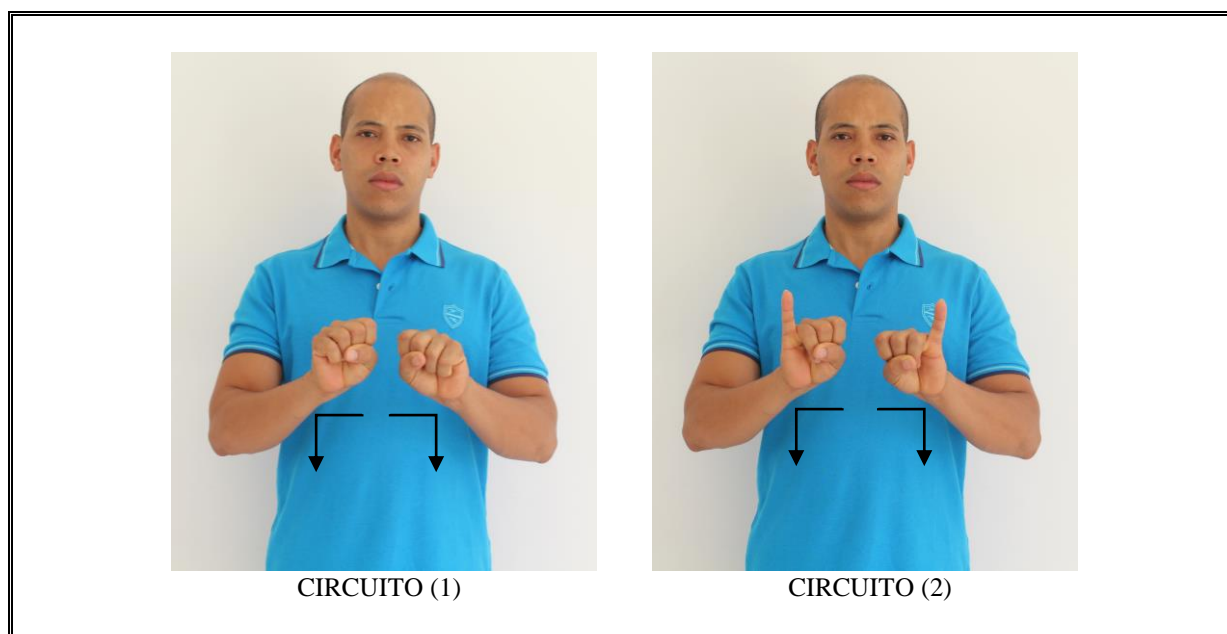


FREQUÊNCIA (1)



FREQUÊNCIA (2)

Fonte: Elaboração própria (2016).

Figura 37 – Variantes do sinal-termo: “CIRCUITO”

Fonte: Elaboração própria (2016).

Nas figuras apresentadas acima, notamos a ocorrência de variação terminológica. Essa variação ocorre quando “um sinal é criado e não disseminado, nem é reconhecido por uma instituição, com vistas a ser um sinal padrão” (CASTRO JUNIOR, 2011, p. 43), que é o caso do local pesquisado conforme as discussões anteriores.

A variação ocorre também pela mudança de traços fonológicos, ou seja, há uma variação na estrutura dos sinais-termo. Percebemos ainda a ocorrência da iniciação por empréstimo linguístico da língua oral, como observado nas Figuras 21 (sinais-termo 1 e 2), 24, 28 (sinal-termo 2), 29, 30 (sinal-termo 3) e 36 (sinais-termo 1 e 2). Também há uma variação articulatória sutil, como observado na Figura 33 para o sinal-termo RECEPTOR.

Na Figura 37, encontramos uma mudança de configuração de mão. Entretanto, chamamos atenção o sinal-termo CIRCUITO (1). Esse sinal-termo também é utilizado como SISTEMA pelos TILSP. Dessa forma, encontramos significados para um único significante. Entretanto, não podemos afirmar que este é um caso de polissemia, por ser um sinal-termo já “convencionado” ou se foi o profissional que utilizou o sinal-termo de forma equivocada.

Destarte, a partir dos sinais-termo acima descritos, percebemos que a criação de sinais-termo ocorre de forma desordenada e, pela falta de padronização, tem causado uma variação que, apesar de ser natural em todas as línguas, pode dificultar e/ou prejudicar a compreensão dos estudantes Surdos no momento em que houver troca de TILSP. Essa variação ocorre pela falta de discussão entre os TILSP e pela falta de registro desses sinais-termo.

Da forma como os sinais estão postos, não tem como prever ou determinar como as variantes vão ser parametradas. Além disso, não foi possível saber qual é a variante-padrão, pois não foi realizado um levantamento da variante mais recorrente, como também, não foi possível identificar a variante percebida como padrão, “no sentido apresentar possibilidades de uso dos parâmetros da Libras que depreenda uma característica linguística decorrente da variante linguística que difere das formas variantes que não apresentam estas propriedades paramétricas” (CASTRO JUNIOR, 2014 p. 28). Entretanto, uma coisa é certa, o que deve estar na raiz da criação dos sinais é o conhecimento da área específica e do conceito do termo em língua portuguesa.

À vista disso, urge a necessidade da criação de um grupo de estudos e pesquisa, com base na “fundamentação teórica da lexicologia e da terminologia e, também, de estudos de neologismos, para esclarecer como devem ser criados os sinais científicos” (COSTA, 2012 p. 22), e, a partir daí, construir um glossário terminológico como fonte de pesquisa para TILSP, estudantes Surdos, como também, difundir a terminologia aflorante de forma a contribuir com o desenvolvimento e ampliação lexical da Libras, e contribuir com novas pesquisas futuras.

Por consequência de tudo o que foi exposto, é urgente a discussão sobre o papel dos TILSP em âmbito institucional visando de modificar os cenários no IFBA – *campus* de Salvador. O que está em jogo é o acesso à informação e à comunicação e, conseqüentemente, a construção do conhecimento por estudantes Surdos. É fundamental que haja uma reflexão institucional dos serviços de tradução e interpretação para a sua efetiva implementação, a fim de para garantir aos estudantes Surdos o direito a um serviço de qualidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção do TILSP no âmbito educacional “não soluciona todos os problemas educacionais dos Surdos, sendo necessário pensar a educação inclusiva, em qualquer grau de ensino, de maneira ampla e consequente” (LACERDA, 2009, p. 35). TILSP em sala de aula não é garantia “de que o espaço socioeducacional em um sentido mais geral seja adequado”.

Nesse sentido, o presente estudo proporcionou-nos uma visão geral da prática tradutória dos TILSP, frente a uma instituição de educação profissional. Os dados forneceram-nos também uma noção dos aspectos práticos da atividade tradutória, tais como, as dificuldades enfrentadas no exercício da profissão, permitindo ainda refletir sobre as estratégias utilizadas para a tradução de termos em português, que não possuem um sinal-termo em Libras, na modalidade da interpretação simultânea, como também, o processo de criação de sinais-termo.

A formação acadêmica para atuar como TILSP não é universitária, porém o treinamento recebido para o exercício da profissão não provém de cursos técnicos, sequenciais ou de graduação em interpretação Libras/português, uma vez que não há quaisquer desses cursos no município de Salvador-BA. Até o momento, a formação para o exercício da interpretação em Libras que se encontra disponível na cidade tem sido ministrada por instituições filantrópicas em parceria com secretarias municipais e por instituições religiosas. Diante da não formação dos sujeitos em cursos de tradução e interpretação em Libras, faz-se necessária a oferta de curso formação continuada para os TILSP, com objetivo de melhorar as estratégias de interpretação, como também realizar avaliação da tradução pelos profissionais que atuam no instituto, de forma a estimulá-los a refletir sobre a sua prática.

No desafio de interpretar simultaneamente de uma língua oral-auditiva para uma visual-espacial, e da cultura ouvinte para a cultura surda, os TILSP se deparam com muitas dificuldades, dentre elas, a falta de acesso prévio aos conteúdos a serem ministrados. O desconhecimento do conteúdo é relatado como umas das maiores dificuldades encontradas pelos TILSP. É crucial uma intervenção institucional que garanta, aos profissionais, acesso prévio aos conteúdos. Esse acesso pode ser minimizado, se, ao menos, os TILSP tiverem acesso aos planos das disciplinas, de planejamento e tempo para tirar dúvidas com os professores.

Além do conhecimento prévio, a falta de sinais-termo também é relatada como um dos maiores problemas para a tradução. Apesar de não ser um fator determinante para que a tradução ocorra, diante da problemática, os TILSP lançam mão de estratégias para mediar a

informação aos estudantes Surdos. Dentre as estratégias, a soletração do termo da língua portuguesa, seguida da explicação do conceito, foram as mais utilizadas. Aplicando as Modalidades de Tradução, proposta por Aubert (1998), a modalidade “*empréstimo*” seguida de “*acréscimo*”, foi a mais recorrente. Entretanto, apesar de nossa análise ter resultado incipiente, por não ter sido possível quantificar o número de ocorrências, devido a impossibilidade de registro fílmico (não autorizados pelos sujeitos observados, para uma análise mais aprofundada das modalidades utilizadas), outras modalidades foram percebidas como: a utilização apenas de *empréstimo* e, o emprego sequencial de *empréstimo*, *acréscimo* e *tradução intersemiótica*.

Quanto à criação de sinais-termo, ficou demonstrado a relevância da presença dos estudantes Surdos no processo de sua criação. Entretanto, como são estudantes de cursos de formação profissional de nível médio, faz-se necessária uma orientação sobre os procedimentos para a criação de sinais-termo. A criação dos sinais-termo acontece de forma indiscriminada e impressionística, sem levar em conta o conceito e os critérios linguísticos da Libras. Dessa forma, o processo de criação do sinal-termo nem sempre satisfaz a complexidade lexical que o conceito traz diante do parâmetro da instantaneidade que ocorre na interpretação simultânea.

Também foi percebido que não há uma socialização dos sinais-termo criados, como também a validação e registro destes, o que acarreta alto grau de variantes linguísticas, ficando patente também a necessidade em relação à construção de um glossário de sinais-termo em Libras nas diferentes áreas de conhecimento do IFBA – *campus* de Salvador, que servirá como ferramenta de apoio para a atuação dos TILSP na instituição, como também como fonte de pesquisa para os estudantes Surdos. Sugerimos ainda a criação de grupos de pesquisa e de estudo de forma a identificar as reais dificuldades em relação à atuação dos TILSP, como também de momentos de reflexão sobre a prática profissional. Além disso, é importante a criação de grupo de estudos e de pesquisa para, além da criação de um glossário terminológico, padronizar os sinais-termo já existentes, garantir uma ampla discussão sobre a criação de novos sinais-termo, e conduzir o registro e a devida validação dos mesmos pela comunidade acadêmica. Esse glossário terminológico poderá contribuir para a ampliação lexical da Libras e como *corpus* para muitas pesquisas.

Diante de tudo o que foi explicitado, podemos chegar à conclusão de que muitos dos problemas e dificuldades com que os TILSP se deparam poderiam ser minimizadas por meio de reflexões e ações sobre a implementação dos serviços de tradução e interpretação no IFBA – *campus* de Salvador.

Esse trabalho que aqui esboçamos, portanto, deve ser continuado, abrindo espaço para futuras possibilidades de pesquisas entre as quais se colocam a criação de glossários terminológicos em diversas áreas do conhecimento dos cursos técnicos; a possibilidade ou não de uma sistematização de procedimentos a serem adotados na criação de sinais-termos; e a análise mais aprofundada sobre as modalidades de tradução aplicadas à interpretação simultânea da língua portuguesa para a Libras.

Espera-se que os resultados aqui obtidos contribuam com os Estudos da Tradução e Interpretação das Línguas de Sinais, como também tragam uma reflexão sobre a atuação do TILSP no IFBA – *campus* de Salvador, sobre a sua prática e o seu real papel dentro da instituição. Espera-se ainda que incentivem esses profissionais a estabelecer parcerias com seus colegas de trabalho, e que os instiguem a aprofundarem-se nos temas ligados à sua atuação no ambiente acadêmico. Dessa forma, será possível garantir aos estudantes Surdos acesso à informação e, conseqüentemente, a construção de conhecimento por meio de uma educação pública e de qualidade, de forma que possam se desenvolver em todas as suas potencialidades.

REFERÊNCIAS

- ALBRES, N. A. *Intérprete educacional: políticas e práticas em sala de aula inclusiva*. São Paulo: Harmonia, 2015.
- ALBRES, N. A.; NEVES, S. L. G. *Construção de Glossário Libras Libras-Português como Instrumento Didático-Pedagógico para Formação de Professor Bilíngue*. v. 1, p. 01-16, 2012.
- ALMEIDA, W. G. *O guia-intérprete e a inclusão da pessoa com surdocegueira*. 2015. 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- ALVES, F. (Org.). *Teoria da relevância & Tradução: conceituações e aplicações*. Belo Horizonte: FALE-UFMG, 2001.
- ARAÚJO, C. et al. *Estudo de Caso. Métodos de Investigação em Educação*. Minho: Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2008.
- ARAÚJO, T. C. S. *O trabalho do intérprete de língua brasileira de sinais em escolas inclusivas: possibilidades e desafios*. 2013. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- ARROJO, R. (Org.). *O Signo Desconstruído: Compreender X Interpretar e a questão da tradução*. Campinas: Pontes, 2003.
- AUBERT, F. H. *As (in)fideliades da tradução: Servidões e autonomia do tradutor*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- _____. Modalidades de tradução: Teorias e Resultados. *TradTerm*, São Paulo, v.5, nº. 1, p. 99-128, 1998.
- _____. Em busca das refrações na literatura brasileira traduzida – revendo a ferramenta de análise. *Revista Literatura e Sociedade*, São Paulo, n. 9, p. 60-69, 2006.
- BAKER, M. Translation Studies. In: _____. (Org.). *Encyclopedia of Translation Studies*. London/New York: Routledge, 1998. p. 277-280.
- BARBOSA, D. M. *Omissões na interpretação simultânea de conferência: Língua Portuguesa – Língua Brasileira de Sinais*. 118 f. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.
- BARBOSA, H. G. *Procedimentos técnicos de tradução: uma nova proposta*. 2. ed. São Paulo: Pontes, 2007.
- BASTIANETTO, P. C. *Legibilidade textual e modalidades de tradução: teoria e prática*. 20 f. 2013. Relatório de Estágio Pós-Doutoral (Pós-Doutorado em Letras Neolatinas). Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. Disponível em: <<http://www.letras.ufrj.br/pgneolatinas/media/bancoteses/PatriziaCollinaBastianetto.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

BATALHA, M. C.; PONTES JR, G. *Tradução*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

BENTO, N. A. *Adaptação e Validação do Protocolo Palavras e Gestos para a Língua Brasileira de Sinais*. 2016. 194 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016 (no prelo).

_____. *Os parâmetros fonológicos: configuração de mãos, ponto de articulação e movimento na aquisição da língua brasileira de sinais – um estudo de caso*. 2010. 145 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

BEZERRA, J. F. Verificação do modelo de tradução de Heloisa Gonçalves Barbosa na tradução da linguagem popular do romance *Essa Terra*, de Antônio Torres. *Rev. de Letras*, Fortaleza, v. 1/2, n. 21, p. 35-41, jan./dez. 1999.

BONTEMPO, K. et al. Does personality matter? An international study of sign language interpreter disposition. *Translation and Interpreting: The International Journal of Translation and Interpreting Research*, v. 6, n. 1, p. 23-46, 2014.

BRASIL. Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – *Libras*, e o art. 18 da Lei n 10.098, de 19 de dezembro de 2000. *Diário Oficial da União*, Brasília, 22 dez. 2005.

_____. Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras – e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 25 abr. 2002.

_____. Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 30 dez. 2008.

_____. Lei nº. 12.319, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2 set. 2010.

_____. Lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, 7 jul. 2015.

BRITTO, P. H. In: Mauri Furlan e Walter Costa “Entrevista: Paulo Henriques Britto”. *Cad. Trad.*, Florianópolis: v.1, n. 2, p. 467-495, 1997.

CASTRO JÚNIOR, G. *Projeto VARLIBRAS*. 2014. 259 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

_____. *Variação linguística em Língua de Sinais Brasileira: foco no léxico*. 2011. 123 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

_____. *A educação de surdos no Distrito Federal: perspectivas da política de inclusão*. 2011. 63 f. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar) - Universidade de Brasília, Universidade Aberta do Brasil, Brasília, 2011.

CINTRÃO, H. *Introdução aos Estudos Tradutológicos*. Disciplina FLM0206 – IET. São Paulo: USP, 2012. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/27072/mod_resource/content/3/Holmes.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2015.

COSTA, M. R. *Proposta de modelo de enciclopédia visual bilíngue juvenil*: EncicloLibras. 2012. 151 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

DERRIDA, J. *Torres de Babel*. Trad. Junia Barreto. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

DORZIAT, A.; ARAÚJO, J. R. O intérprete de língua de sinais no contexto da educação inclusiva: o pronunciado e o executado. *Rev. bras. educ. espec.*, Marília, v.18, n.3, jul./set. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382012000300004>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

ECO, U. *Quase a mesma coisa*: experiências de tradução. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

FARIA-NASCIMENTO, S. P. *Representações lexicais da Língua de Sinais Brasileira*: uma proposta lexicográfica. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

FAULSTICH, E. *Sinal-Termo*. Nota lexical. Brasília: Centro Lexterm, 2014. Disponível em: <<http://www.centrolexterm.com.br/#!/notas-lexicais/c22tu>>. Acesso em: 14 out. 2015.

FELIPE, T. A função do Intérprete na escolarização do Surdo. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DO INES, 2., Rio de Janeiro, 2003. Anais... Rio de Janeiro: INES, 2003. p. 87-98.

_____. *LIBRAS em Contexto*: curso básico [Livro do professor]. Brasília: MEC/SEESP, 2006. 6ª edição.

GAMBIER, Y.; DOORSLAER, L. V. (Eds.). *Handbook of Translation Studies*. v. 1, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2010.

GAUCHE, R; FELTRINI, G. M. Ensino de ciências a estudantes Surdos: pressupostos e desafios. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 6., Florianópolis, 2007. Anais... Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. Disponível em: <<http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/vienpec/CR2/p386.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). *Métodos de pesquisa*. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GESSER, A. *LIBRAS? Que língua é essa?*: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

GILE, D. Testando a hipótese da “corda bamba” do modelo dos esforços na interpretação simultânea – uma contribuição. Tradução de: WEININGER, M. J., SANTOS, G. B. F,

BARBOSA, D. M. *Cad. Trad.*, Florianópolis, v. 35, nº. especial 2, p. 590-647, jul-dez, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2015v35nesp2p590/30700>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

GONÇALVES, J. L. Repensando o desenvolvimento da competência Tradutória e suas implicações para a formação do tradutor. *Graphos*, João Pessoa, v. 17, n. 1, UFPB/PPGL, p. 114-130, 2015. Disponível em <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/graphos/article/viewFile/25053/13707>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

GONÇALVES, J. L.; MACHADO, I. T. N. *Um panorama do ensino de tradução e a busca da competência do tradutor*. In: VASCONCELLOS, M. L.; PAGANO, A. (Orgs.). *Cad. Trad.*, Florianópolis, v. XVII, UFSC, p. 45-69, 2006.

GUERINI, A.; COSTA, W. C. *Introdução aos Estudos da Tradução*. Material didático do Curso de Bacharelado em Letras Libras – UFSC. Florianópolis: UFSC, 2007.

HOLMES, J. *The name and nature of translation studies*. *Translation Studies Section*, Department of General Literary Studies, University of Amsterdam, 1972/1988.

HORTÊNCIO, G. F. H. *Um estudo descritivo sobre o papel dos intérpretes de LIBRAS no âmbito organizacional das Testemunhas de Jeová*. 2005. 108 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2005.

HURTADO ALBIR, A. *Traducción y Traductología: introducción a la tradutologia*. Cátedra, 2001

I FÓRUM DOS TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LÍNGUA DE SINAIS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO. Declaração do I Fórum dos Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais das Instituições Federais de Ensino, 2014. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), nov. 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA – CAMPUS DE SALVADOR. Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - CAPNE. Publicação eletrônica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <erivaldomarinho@ifba.edu.br>.

JAKOBSON, R. Aspectos linguísticos da tradução. In: _____. *Linguística e Comunicação*. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1970. p. 63-72 [1959].

LACERDA, C. B. F. *Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental*. Porto Alegre: Mediação, 2009.

_____. O intérprete educacional de língua de sinais no ensino fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades. In: LODI, A. C. et al. (Orgs.). *Letramento e Minorias*. Porto Alegre: Mediação, 2002. p. 120-128.

LANE, H. Do deaf people have a disability? In: BAUMAN, H-Dirksen L. (Org.). *Open your eyes: Deaf studies talking*. Minneapolis: University of Minnesota, 2008. p. 277-292.

LEMOS, A. M. *As estratégias de interpretação de unidades fraseológicas do Português para a Libras em discursos de políticos*. 2012. 177 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

LIPARINI, T.; SOUSA, R. C. de; GOMES, M. H. P. Formação de tradutores: o desenvolvimento das subcompetências instrumental e estratégica. *Cultura & Tradução*, João Pessoa, v.1, n.1, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/ct/article/view/13048/7554>>. Acesso em: 04 jun. 2016.

LUCHI, M. *Interpretação de descrições imagéticas: onde está o léxico?* 2013. 116 f. Dissertação de Mestrado em Estudos da Tradução) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

MAGALHÃES JR., E. *Sua Majestade, o intérprete: O fascinante mundo da tradução simultânea*. São Paulo: Parábola, 2007.

MAIA, S. R. et al. Projeto Pontes e Travessias: Formação de Intérpretes e Professores Especializados para as Funções de Guia-Intérprete Educacional e Instrutores Mediadores. In: CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISAS EM TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS E LÍNGUA PORTUGUESA, 3., 2012. Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2012. Disponível em: <http://www.congressotils.com.br/anais/anais/tils2012_formacao_maiawatanabe.pdf>. Acesso em: 23 set. 2015.

MARCON, A. M. O papel do tradutor/intérprete de *Libras* na compreensão de conceitos pelo Surdo. *ReVEL*, v. 10, n. 19, p. 233-249, 2012. Disponível em: <<http://www.revel.inf.br/files/644681b81f2cb7f90f93b613729ef637.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

MARINHO, M. L. *O Ensino da Biologia: o intérprete e a geração de sinais*. 2007. 145f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MARINHO, E. J; SANTANA, N. G. O curso de introdução à interpretação em libras/português do Pronatec/Fic: o proposto e o realizado. In: CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISAS EM TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS E LÍNGUA PORTUGUESA, 3., 2014. Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2014. Disponível em: <<http://www.congressotils.com.br/anais/2014/3065.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 18. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Base de dados de instituições e cursos de educação superior*. Brasília: Sistema e-MEC, 2016. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

MUNDAY, J. *Introducing translation studies: Theories and applications*. London/New York: Routledge, 2001.

NASCIMENTO, C. B. do. *Empréstimos Linguísticos do Português na Língua de Sinais Brasileira - LSB: Línguas em Contato*. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2010.

NICOLOSO, S. *Uma investigação sobre marcas de gênero na interpretação de Língua de Sinais Brasileira*. 2010. 208 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

_____. *Modalidades de tradução na interpretação simultânea da língua portuguesa para a língua de sinais brasileira: investigando questões de gênero (gender)*. 2015. 505 f. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 2015.

NICOLOSO, S.; HEBERLE, V. M. As modalidades de tradução aplicadas à interpretação em língua de sinais brasileira. *Cad. Trad.*, Florianópolis, v. 35, n.º. especial 2, p. 197-235, jul-dez, 2015.

PAGANO, A.; VASCONCELLOS, M. L. Estudos da tradução no Brasil: reflexões sobre teses e dissertações elaboradas por pesquisadores brasileiros nas décadas de 1980 e 1990. *DELTA*, São Paulo, v. 19, p. 1-25, 2003.

PAGURA, R. A interpretação de conferências: interfaces com a tradução escrita e implicações para a formação de intérpretes e tradutores. *DELTA*, São Paulo, v.19, n.spe, p.209-236, 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44502003000300013>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

PEREIRA, M. C. P. Produções acadêmicas sobre interpretação de língua de sinais: dissertações e teses como vestígios históricos. *Cad. Trad.*, Florianópolis, v.2, n. 26. Florianópolis, UFSC/PGET, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2010v2n26p99/14225>>. Acesso em: 23 ago. 2015.

_____. *Testes de Proficiência Linguísticas em Língua de Sinais: as possibilidades para os intérpretes de Libras*. 2008. 180 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

PERLIN, G. T. *O lugar da cultura surda*. In: THOMAS, A. S.; LOPES, M. C. (Orgs.). *A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004. p. 73-82.

POPESCU, F. Introduction: From Translation to Translation Studies. In: _____. (Org.). *Perspectives in Translation Studies*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2009.

QUADROS, R. M. *O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa*. Brasília: SEESP, 2004.

QUADROS, R. M.; VASCONCELLOS, M. L. B. Questões teóricas das pesquisas em Línguas de Sinais. In: THEORETICAL ISSUES IN SIGN LANGUAGE RESEARCH CONFERENCE, 9., Florianópolis, 2006. *Sign Languages: spinning and unraveling the past, present and future*. Forty five papers and three posters from the 9^o Theoretical Issues In Sign Language Research Conference, Florianopolis, Brazil, December 2006. Petrópolis-RJ: Arara Azul, 2006. p. 4-19.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

REUILLARD, P. C. R. *Neologismos Lacanianos e Equivalências Tradutórias*. 2007. 229 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

_____. Competência tradutória: a conversão do tradutor em revisor. *Revista de Letras da UFC*, Fortaleza, v. 33, n. 2, p. 65-74, jul./dez, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufc.br/index.php/revletras/article/download/2134/1610>>. Acesso em: 13 mar. de 2016.

RIBEIRO, D. P. *Glossário bilíngue da Língua de Sinais Brasileira: criação de sinais dos termos da música*. 2013. 107 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

RODRIGUES, C. H. *A interpretação para a Língua de Sinais Brasileira: efeitos de modalidade e processos inferenciais*. 2013. 243 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

SANTIAGO, J. V. B.; OLIVEIRA, J. S.; ROSA, M. M. S. A Saúde do Intérprete de Libras (*Língua Brasileira de Sinais*): Cuidados para a Prevenção de Possíveis Dors. In: CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISAS EM TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS E LÍNGUA PORTUGUESA, 5., 2010, Florianópolis. *Anais eletrônicos*. Florianópolis: UFSC, 2010. Disponível em: <<http://www.congressotils.com.br/anais/anais2010/Juliano%20Salomon%20de%20Oliveira.pdf>> Acesso em: 16 abr. 2016.

ROSA, A. S. *Entre a visibilidade da tradução da língua de sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete*. Petrópolis-RJ: Arara Azul, 2008.

SACKS, O. *Vendo Vozes: Uma viagem ao mundo dos Surdos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SAID, F. M. *Fidus interpres: a prática da tradução profissional*. 2. ed. São Paulo: Edição do Autor, 2011.

SANTOS, S. A. *Intérpretes de língua brasileira de sinais: um estudo sobre as identidades*. 2006. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: UFSC, 2006.

_____. *Tradução/interpretação de língua de sinais no Brasil: uma análise das teses e dissertações de 1990 a 2010*. 2013. 313 f. Tese (Doutorado em Estudos de Tradução) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

_____. A implementação do serviço de tradução e interpretação de libras-português nas universidades federais. *Cad. Trad.*, Florianópolis, v. 35, nº. Especial 2, p. 113-148, jul-dez,

2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2015v35nesp2p113/30710>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

SANTOS, L. F.; LACERDA, C. B. F. Atuação do intérprete educacional: parceria com professores e autoria. *Cadernos de Tradução.*, Florianópolis, v. 35, n.º. especial 2, p. 505-533, jul-dez, 2015. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2015v35nesp2p505/30723>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

SANTOS, S. A.; NECKEL, F. M. Enseñar a traducir: metodología en la formación de traductores e intérpretes. *Traduzires*, v. 2, p. 133, 2013.

SEGALA, R. R. *Tradução Intermodal e Intersemiótica/Interlingual: Português brasileiro escrito para Língua Brasileira de Sinais*. 2010. 74 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

SEGALA, R. R.; QUADROS, R. M. Tradução intermodal, intersemiótica e interlinguística de textos escritos em português para a libras oral. *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, v. 35, n.º especial 2, p. 354-386, jul-dez, 2015. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2015v35nesp2p354/30718>>. Acesso em 16 fev. 2016.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

SOBRAL, A. *Dizer o ‘mesmo’ a outros: ensaios sobre tradução*. São Paulo: Special Books, 2008.

SOBREIRO, A. P. *Compreensão musical de adolescentes surdos: um estudo exploratório*. 2016. 122 f. II. Dissertação (Mestrado em Música) – Escola de Música, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

SUTTON-SPENCE, R.; NAPOLI, D. J. *Anthropomorphism in sign languages: A look at poetry and storytelling with a focus on British Sign Language*. *Sign Language Studies*, Volume 10:4, 442-475. 2010.

TARALLO, F. *A Pesquisa Sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1986.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CARATINA. Departamento de Libras (LSB). *Curso de Graduação em Letras-Libras*. Disponível em: <<https://libras.ufsc.br/libras-distancia/>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

VASCONCELLOS, M. L.; BARTHOLAMEI JR., L. A. J. *Estudos da Tradução I*. Curso de Bacharelado em Letras/Libras. Florianópolis: CCE/UFSC, 2008. Disponível em: <http://www.LIBRAS.ufsc.br/colecaoLetrasLIBRAS/eixoFormacaoPedagogico/laboratorios/site/midias/laboratorio_3_tudo/textos_base/Texto_Base_Estudos_Traducao_I.pdf>. Acesso em: 18 maio 2016

WILLIAMS, J.; CHESTERMAN, A. *The Map: a beginner's guide to doing research in translation studies*. Manchester: St. Jerome Publishing, 2002.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Trad. Daniel Grassi 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido



**Universidade Federal da Bahia
Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura**

Rua Barão de Jeremoabo, n.º 147; CEP: 40170-290 campus Universitário – Ondina, Salvador-BA
Tel./Fax: (71) 3283-6256 E-mail: ppletba@ufba.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PESQUISA: A TRADUÇÃO DE TERMOS TÉCNICOS DO PORTUGUÊS PARA A LIBRAS NOS CURSOS DO IFBA – CAMPUS DE SALVADOR: UM ESTUDO DE CASO

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Profa. Elizabeth Reis Teixeira e Erivaldo de Jesus Marinho

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal da Bahia (UFBA)/Instituto de Letras

Caso, ao ler este termo de consentimento, encontre palavras que você não entenda, peça ao pesquisador que explique as palavras ou informações não compreendidas completamente.

Introdução.

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa: ***A Tradução de Termos Técnicos do Português para a Libras nos Cursos do IFBA – campus De Salvador: Um Estudo de Caso.*** Se decidir participar, é importante que leia estas informações sobre o estudo e o seu papel nesta pesquisa. A qualquer momento, você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com esta instituição. No caso de você decidir não participar mais deste estudo, deverá comunicar ao profissional e/ou o pesquisador que o esteja atendendo. É preciso entender a natureza e os riscos da sua participação para dar o seu consentimento livre e esclarecido.

Objetivo

Esta pesquisa tem por objetivo investigar como se dá o processo de tradução de termos técnicos da Língua Portuguesa para a Libras, como também as técnicas e estratégias utilizadas durante a atividade tradutória, e a partir daí identificar qual seria a melhor estratégia de tradução de termos técnicos da Língua Portuguesa para a Libras nas diferentes áreas de conhecimento do IFBA – campus de Salvador.

Procedimentos da Pesquisa

Se concordar em fazer parte desta pesquisa, sua participação será responder a um questionário e/ou uma entrevista, aplicado pelo pesquisador, por ocasião agendada por você. Também observaremos e filmaremos algumas aulas em que você realizará a tradução e interpretação do Português para a Libras.

Riscos e desconfortos

Você não terá nenhum risco a sua saúde, ao participar desta pesquisa. Mas, ao responder as perguntas, você poderá sentir desconforto pelo tempo que gastará em responder a entrevista, ou sentir algum tipo de constrangimento ao ser observado e filmado durante a tradução e interpretação

das aulas ou pelo conteúdo da pergunta na entrevista. Caso isso aconteça, avise ao entrevistador que irá imediatamente interromper o procedimento.

Benefícios

As informações coletadas poderão ser importantes para o maior conhecimento sobre os Estudos da Tradução da Língua de Sinais, traçar uma melhor formação para os profissionais tradutores/intérpretes de Libras, e conseqüentemente, melhor acesso aos estudantes Surdos a informação. Isso trará benefícios para a comunidade de Surdos que você faz parte.

Custos / Reembolso

Você não terá nenhum gasto e não será cobrada pela sua participação no estudo. Além disso, não receberá nenhum pagamento pela sua participação.

Caráter confidencial dos registros

Algumas informações obtidas a partir da participação nesse estudo não poderão ser mantidas estritamente confidenciais (em segredo), porém quando o material do seu registro for utilizado, seja para propósitos de publicação científica ou educativa, sua identidade será preservada, ou seja, você não será identificado (a) de forma alguma.

Para obter informações adicionais

Para qualquer outra informação, o(a) Sr(a) poderá entrar em contato com o pesquisador no Departamento Acadêmico de Línguas Estrangeiras (DALE), situado no endereço Rua Emídio dos Santos, s/n, Barbalho, Salvador-BA, CEP 40301-015, pelo telefone (71) 2102-9523 / (71) 9970-1944, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/IFBA, Av. Araújo Pinho, N.º 39 – Canela – Salvador-BA 40.110-150, telefone (71) 3221-0332.

Declaração de consentimento

Li, ou alguém leu para mim, as informações deste documento antes de assinar esse termo de consentimento. Declaro que tive tempo suficiente para entender as informações acima. Declaro também que toda linguagem utilizada na descrição desse estudo de pesquisa foi satisfatoriamente explicada e que recebi resposta para todas as minhas dúvidas. Confirmando também que recebi uma cópia deste formulário de consentimento. Compreendo que sou livre para me retirar do estudo em qualquer momento sem perda de benefícios ou qualquer outra penalidade. Dou o meu consentimento de livre e espontânea vontade e sem reservas para participar desse estudo.

Assinatura do participante

Local e data

NOME EM LETRA DE FORMA

Atesto que expliquei cuidadosamente a natureza e o objetivo deste estudo, os possíveis riscos e benefícios da participação no mesmo, junto ao participante e/ou seu representante autorizado. Tenho bastante clareza que o participante e/ou seu representante recebeu todas as informações necessárias, que foram fornecidas em uma linguagem adequada e compreensível e que ela compreendeu essa explicação.

Assinatura do pesquisador

Local e data

Assinatura da Testemunha

Local e data

NOME EM LETRA DE FORMA

APÊNDICE B – Autorização de uso de imagem e/ou depoimentos



Universidade Federal da Bahia
Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura

Rua Barão de Jeremoabo, n.º 147; CEP: 40170-290 *campus* Universitário – Ondina, Salvador-BA
 Tel./Fax: (71) 3283-6256 E-mail: ppletba@ufba.br

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E/OU DEPOIMENTOS

Eu _____, CPF _____, RG _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), **ACEITO** participar como voluntário no projeto de pesquisa intitulado “**A Tradução de Termos Técnicos do Português para a Libras nos Cursos do IFBA – campus de Salvador: um Estudo de Caso**”, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Elizabeth Reis Teixeira, desenvolvido pelo aluno do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, Erivaldo de Jesus Marinho; ficando esclarecido que esta participação não será remunerada sob nenhuma hipótese.

Permito que os pesquisadores relacionados neste documento obtenham fotografia, filmagem, gravação de voz e/ou depoimentos de minha pessoa para fins de pesquisa científica/educacional, ficando esses materiais sob a propriedade dos pesquisadores supracitados e sob sua guarda. Ao mesmo tempo, autorizo a utilização dessas informações videogravadas ou fotografadas e/ou depoimentos **estritamente para fins científicos** como reuniões, congressos, palestras e publicações científicas, desde que a minha identidade seja preservada e obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei Nº. 8.069/1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto Nº. 3.298/1999, alterado pelo Decreto Nº. 5.296/2004).

Salvador – BA, _____ de _____ de _____

 Participante da pesquisa

 Pesquisador responsável pelo projeto



APÊNDICE C – Questionário Aplicado com os TILSP



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA
Orientadora: Profa. Dra. ELIZABETH REIS TEIXEIRA
Mestrando: ERIVALDO DE JESUS MARINHO

QUESTIONÁRIO PARA TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS-PORTUGUÊS (TILSP)

Nome: _____ Sexo: () M () F Idade: _____

Formação: _____

Formação Técnica de Nível Médio: _____

Formação Superior: _____

() Outros cursos. Especifique: _____

Pós Graduação:

() Especialização Área: _____

() Mestrado

() Doutorado

1. Há quanto tempo atua como Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais-Português (TILSP)?

2. Você já participou de algum curso de formação para TILSP? Em caso afirmativo, qual e o total da carga horária?

() SIM () NÃO

3. Você acha que o curso de formação para TILSP ajudaria na sua prática profissional?

() SIM () NÃO

4. Você participa de Congressos, Seminários, Encontros e palestras que tratam do tema de TILSP?

() SIM () NÃO

Em caso afirmativo, qual a frequência?

() Muito frequentemente

() Com frequência razoável

- Raramente
- Nunca

5. Você lê conteúdos relacionados com ao tema de TILSP? Qual tipo?

- SIM NÃO

Artigo científico Dissertações ou teses Livros Outros _____

Em caso afirmativo, qual a frequência?

- Muito frequentemente
- Com frequência razoável
- Raramente
- Nunca

6. O que lhe motivou na escolha da profissão de TILSP?

- Contato com Surdos empiricamente
- Contato da Libras por meio de contextos religiosos
- Oriundo de família de Surdos
- Outros. Quais? _____

7. Há quanto tempo atua como TILSP no IFBA – *campus* de Salvador?

8. Você teve acesso previamente aos sinais técnicos já utilizados no IFBA – *campus* de Salvador?

- SIM NÃO

9. O acesso prévio aos sinais técnicos facilitaria o seu trabalho? Por quê?

- SIM NÃO

10. Em qual curso você atua/atou como TILSP no IFBA – *campus* de Salvador?

11. Você atua como TILSP com os estudantes Surdos de que forma?

- Aula regular
- Aula de reposição
- Avaliação
- Monitoria
- Atendimento
- Outros. Quais? _____

12. Tem alguma dificuldade relacionada à área do curso? Qual?

13. Existe alguma relação da sua formação com a área do curso que você atua?

SIM NÃO

14. A instituição disponibiliza recursos necessários para o desenvolvimento das suas atividades?

SIM NÃO

15. Cite quais os recursos que você gostaria que fossem disponibilizados:

16. Na sua relação de trabalho com os professores, você considera que existam dificuldades? Em caso afirmativo, quais?

SIM NÃO

17. Quais as suas sugestões para melhorar essa situação?

18. Como você define a sua relação interpessoal com os estudantes Surdos?

Ótimo Bom Regular Péssimo

19. Quais disciplinas técnicas ou específicas você já atuou/atua?

20. Quais dificuldades as mesmas ofereciam?

21. Que soluções você utilizou para minimizar as dificuldades?

22. Você já leu/estudou sobre estratégias de tradução?

SIM NÃO

23. Quais as estratégias de tradução você utiliza no caso de termos técnicos desconhecidos:

- Somente soletrar
- Soletrar e depois explicitar o conceito
- Soletrar e logo após criar um sinal provisório, sem explicar o conceito
- Soletrar, explicar o conceito e logo após criar um sinal provisório
- Não soletrar e utilizar classificadores
- Não soletra, só explica o conceito
- Outros. Quais? _____

24. Acha que a estratégia que utiliza é satisfatória no processo de interpretação? Por quê?

() SIM () NÃO

25. Qual foi o *feedback* que você obteve do aluno Surdo em relação ao usar da estratégia empregada para a tradução de termos técnicos?

26. Você gostaria de ter mais tempo para discutir os termos técnicos para assim poder realizar a interpretação para os estudantes Surdos?

27. Em sua opinião, que procedimentos deveriam ser adotados para a interpretação de termos técnicos?

28. Como foram as suas experiências frente à relação de ensino/aprendizagem com os docentes?

29. Você tira dúvidas de conceitos e/ou termos não conhecidos e/ou não compreendidos com o docente da disciplina?

() SIM () NÃO

30. O docente se mostra disponível para sanar suas dúvidas?

() SIM () NÃO

31. Em que momento consegue sanar suas dúvidas?

- () No momento da interpretação. (Você para e pergunta)
- () Não há tempo durante a interpretação simultânea, tiro em outro momento.
- () Não tenho espaço para tirar dúvidas com os docentes
- () Não tenho disposição para isso.
- () Outro. Especifique: _____

32. Você possui um momento para compartilhar sinais técnicos criados em sala com outros profissionais do *campus*? Em caso afirmativo, em que momento?

() Sim () Não

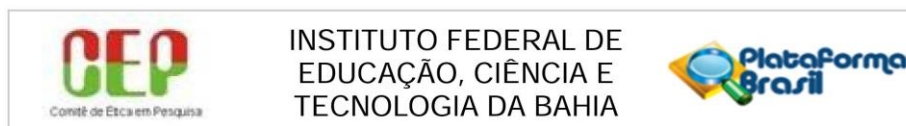
33. Você acha que durante a interpretação simultânea é possível passar um conceito de termos técnico antes desconhecido por você para o estudante Surdo? Justifique.

() Sim () Não

34. Como se dá a criação de sinais em Libras para termos técnicos da Língua Portuguesa ainda sem sinal específico?

ANEXOS

ANEXO A – Parecer consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A TRADUÇÃO DE TERMOS TÉCNICOS DO PORTUGUÊS PARA A LIBRAS NOS CURSOS DO IFBA - CAMPUS DE SALVADOR: EM ESTUDO DE CASO

Pesquisador: Erivaldo de Jesus Marinho

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 50649315.1.0000.5031

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.393.446

Apresentação do Projeto:

O projeto de pesquisa analisará as estratégias e decisões tradutórias tomadas pelos profissionais tradutores e intérpretes de Libras nos cursos técnicos do IFBA Campus de Salvador, a partir da análise e reflexão sobre os processos linguísticos constitutivos da Libras. Com base nos quadros teóricos fornecidos pelos Estudos de Tradução e Interpretação, pretende-se verificar se as estratégias e decisões tradutórias tem favorecido a compreensão de conceitos e, conseqüentemente, o desenvolvimento acadêmico dos estudantes Surdos.

Objetivo da Pesquisa:

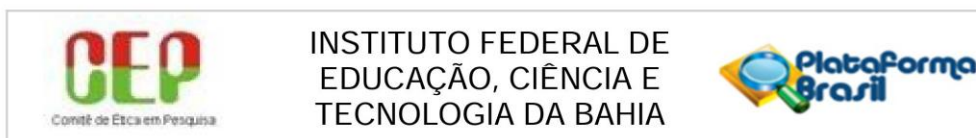
Objetivo Geral:

Investigar como se dá o processo de tradução de termos técnicos da Língua Portuguesa para a Libras do IFBA – Campus de Salvador.

Objetivo Específicos:

- a) analisar o processo da tradução português/Libras a fim de garantir a igualdade de acesso do estudante surdo à capacitação profissional;
- b) identificar os tipos de problemas enfrentados pelos profissionais durante o processo da

Endereço: Instituto Federal da Bahia (PRPGI), Av. Araújo Pinho, nº 39
Bairro: Canela **CEP:** 40.110-150
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3221-0332 **Fax:** (71)3221-0332 **E-mail:** cep@ifba.edu.br



Continuação do Parecer: 1.393.446

Considerações Finais a critério do CEP:

O pesquisador atendeu as recomendações e este colegiado considerada aprovado.

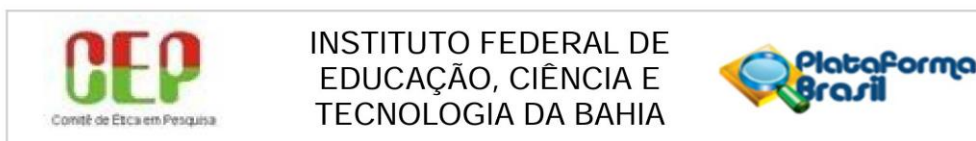
Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_557870.pdf	10/12/2015 22:56:39		Aceito
Outros	ROTEIRO_DA_ENTREVISTA_TILSP.pdf	10/12/2015 22:56:02	Erivaldo de Jesus Marinho	Aceito
Outros	ROTEIRO_DA_ENTREVISTA_ESTUDANTES_SURDOS.pdf	10/12/2015 22:55:21	Erivaldo de Jesus Marinho	Aceito
Outros	TERMO_DE_AUTORIZACAO_DE_USO_DE_IMAGEM.pdf	10/12/2015 22:51:58	Erivaldo de Jesus Marinho	Aceito
Outros	Declaracao_da_PPGLINC_UFBA.pdf	30/10/2015 19:58:18	Erivaldo de Jesus Marinho	Aceito
Outros	Declaracao_sobre_coleta_de_dados_Elizabeth_Teixeira.pdf	30/10/2015 19:53:47	Erivaldo de Jesus Marinho	Aceito
Outros	Declaracao_de_concordancia_da_pesquisa_Elizabeth_Teixeira.pdf	30/10/2015 19:52:06	Erivaldo de Jesus Marinho	Aceito
Outros	Declaracao_de_Observancia_Resolucao_466_Erivaldo_Marinho.pdf	30/10/2015 19:50:16	Erivaldo de Jesus Marinho	Aceito
Outros	Resumo_do_Projeto.pdf	30/10/2015 19:44:25	Erivaldo de Jesus Marinho	Aceito
Outros	Autorizacao_do_IFBA_para_realizacao_da_pesquisa.pdf	30/10/2015 19:42:14	Erivaldo de Jesus Marinho	Aceito
Outros	Curriculo_Elizabeth_Teixeira.pdf	30/10/2015 19:41:33	Erivaldo de Jesus Marinho	Aceito
Outros	Curriculo_Erivaldo_Marinho.pdf	30/10/2015 19:35:20	Erivaldo de Jesus Marinho	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	30/10/2015 19:33:10	Erivaldo de Jesus Marinho	Aceito
Outros	Declaracao_de_Recursos_Proprios.pdf	30/10/2015 19:31:28	Erivaldo de Jesus Marinho	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	30/10/2015 19:27:10	Erivaldo de Jesus Marinho	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	30/10/2015 18:02:28	Erivaldo de Jesus Marinho	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Instituto Federal da Bahia (PRPGI), Av. Araujo Pinho, nº 39
Bairro: Canela **CEP:** 40.110-150
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3221-0332 **Fax:** (71)3221-0332 **E-mail:** cep@ifba.edu.br



Continuação do Parecer: 1.393.446

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SALVADOR, 22 de Janeiro de 2016

Assinado por:
Juliana dos Santos Müller
(Coordenador)

Endereço: Instituto Federal da Bahia (PRPGI), Av. Araújo Pinho, nº 39
Bairro: Canela **CEP:** 40.110-150
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3221-0332 **Fax:** (71)3221-0332 **E-mail:** cep@ifba.edu.br